1964-2014: Golpe Militar,

História, Memória e Direitos Humanos

Maria Ribeiro do Valle
(Org.)

1964 – 2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos

TEMAS EM SOCIOLOGIA

1964 – 2014: GOLPE MILITAR, HISTÓRIA, MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS

Maria Ribeiro do Valle
(Org.)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A Pró-Reitoria de Extensão Universitária-PROEX da UNESP, em ação articulada com o Observatório de Educação em Direitos Humanos - OEDH e o Centro de Memória e Documentação-CEDEM, realizou vários eventos alusivos aos *50 Anos do Golpe Militar de 1964, no Brasil* durante o mês de abril, os quais aconteceram simultaneamente nas suas diversas Unidades Universitárias. Na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – campus de Araraquara, de 14 a 17 de abril, o seminário foi intitulado *1964 – 2014: Golpe Militar, Memória, História e Direitos Humanos*, visando a reconstrução histórica da ditadura militar no Brasil de 1964 a 1985, através da exposição das pesquisas realizadas por especialistas acadêmicos tanto sobre as violações ocorridas durante a Ditadura Militar quanto sobre os atos de resistência à mesma. Houve também a exibição de filmes sobre esse período e temática, seguida de debates com analistas e com seus protagonistas. Foi dada ênfase aos depoimentos daqueles que testemunharam ou sofreram com o arbítrio na UNESP e aos daqueles integrantes da Comissão Estadual da Verdade e de outras comissões universitárias, municipais e institucionais criadas e em fase de criação, atualmente no Brasil, que lutam pela consolidação dos direitos humanos, a partir do "acerto de contas" com esse período de exceção. Durante todo o período do evento esteve conosco a exposição fotográfica: "Vala Clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira" (Painéis do Instituto Macuco - São Paulo).

Cabe destacar que o evento *1964 – 2014: Golpe Militar, Memória, História e Direitos Humanos* teve o apoio da FAPESP, da CAPES, da Pós Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP - campus de Araraquara.

A conferência de abertura foi proferida pelo cientista Luiz Hildebrando Pereira da Silva, que foi preso e demitido tanto pelo Ato Institucional nº 1 e pelo Ato Institucional nº 5, fatos que o levaram a interromper atividades de pesquisa no Brasil, ligando-se até à sua aposentadoria ao Instituto Pasteur na França. Ele é autor do livro intitulado *Crônicas Subversivas de um Cientista*. O seu relato biográfico revelou-nos os bastidores de nossa história política, mas particularmente da científica que, durante a nossa ditadura militar estavam totalmente entrelaçadas. A história do CNPQ, da FAPESP, enfim, de toda a produção científica no Brasil foi atingida diretamente durante esse período de exceção. O professor Luiz Hildebrando, membro destacado de todas essas instituições, elencou os cientistas que, assim como ele, foram impedidos de continuar realizando suas pesquisas no Brasil devido ao exílio. Mas como eram extremamente comprometidos com o desenvolvimento científico e destacavam-se por sua competência, participaram dos principais centros de pesquisas internacionais, alavancando pesquisas de ponta. Como contrapartida, houve uma inflexão nesse campo no Brasil. Acreditamos que seu relato, não muito difundido, teve em nosso evento o espaço para reconhecermos a situação da pesquisa no Brasil e a necessidade de lutarmos contra os seus empecilhos, como aqueles herdados pelo regime ditatorial.

A tematização da ditadura militar foi distribuída nos três outros dias em mesas redondas, depoimentos, exibição e debates de filmes: A memória e a história da ditadura militar no Brasil; as repercussões do período ditatorial da história da criação da UNESP; e as comissões da verdade nacionais e internacionais. No livro que ora apresentamos merecerão destaque, além do instigante texto do professor Luiz Hildebrando, as contribuições comentadas a seguir.

A primeira mesa contou com renomados pesquisadores brasileiros, particularmente na temática do golpe militar, causando bastan-

te polêmica uma vez que os pesquisadores traziam versões diversas sobre ele. Acreditamos, assim, que ela cumpriu o seu papel, uma vez que o debate acadêmico é muito salutar ao avanço das ideias e do exercício da democracia. Contamos nessa coletânea com os artigos - *Teses revisionistas sobre 1964: democracia e golpismo,* de Caio Navarro de Toledo, e *Crise política e derrota da democracia,* de José Antonio Segatto, emblemáticos do debate no calor da hora.

Os depoimentos de Maria da Conceição D'Incao e de José Murari Bovo, durante a segunda mesa, emocionaram os presentes ao trazer à tona os fatos ocorridos e muito pouco conhecidos durante a ditadura militar na UNESP. Tendo sido alvos de perseguição política no interior da própria instituição universitária, suas ações de resistência ao arbítrio institucional e às violações de direitos humanos surpreenderam o público. Os dois professores aposentados da UNESP mostraram uma face muito nebulosa da história de nossa universidade que começa a ser trazida à tona. Quando fizemos a proposta dessa mesa ainda não tinha sido criada a Comissão da Verdade da UNESP, e agora, sem dúvida, os depoimentos dados nessa mesa contribuirão para os seus trabalhos.

O palestrante Horácio Verbitsky, escritor e jornalista argentino teve participação destacada na terceira mesa intitulada *Atualidade e memória: as comissões da verdade*, fazendo uma longa exposição sobre a ditadura argentina – sobre a qual tem 22 livros publicados – que permite uma comparação com a ditadura militar brasileira. Tivemos a oportunidade de assistir uma aula brilhante sobre as ditaduras latino americanas que, se por um lado se aproximam devido à experiência ditatorial, por outro se distanciam por suas peculiaridades. O Deputado Adriano Diogo, presidente da Comissão Estadual Rubens Paiva, cedeu seu tempo de fala para que tivéssemos a oportunidade de um contato maior com Horácio Verbitsky, cuja participação está transcrita nessa coletânea.

Com relação aos filmes exibidos, publicamos aqui o texto de Isa Grinspum Ferraz, autora e diretora do filme *Marighella.* Impossibilitada de estar presente ela nos indicou a vinda de sua prima e neta de Carlos Marighella, Maria Marighella, que além de tematizar a história do avô e do pai – que foi preso por dois anos,

quando sua mãe estava grávida de seis meses –, contou o que é ser neta de Marighella: um dos principais inimigos da ditadura, que dedicou sua vida a pensar o Brasil e a transformá-lo através de sua ação. O debate foi regado à emoção e, particularmente à memória afetiva que a família Marighella tem como missão manter viva.

O Filme *Jango* também carregado de emoções foi debatido pelo professor doutor Cláudio Novaes Pinto Coelho, que tem extensa bibliografia sobre o período da ditadura militar e experiência em debates do filme por sua atuação na área de comunicação. O viés de sua exposição, aqui publicada, foi a abordagem sociológica presente nas teses de autores clássicos sobre o populismo e a revisão da mesma a partir da discussão do governo Jango e de sua trajetória política. Acreditamos que este tenha sido um importante momento para o público refletir sobre a importância e pertinência de conceitos sociológicos à luz de uma produção artística e cultural sobre a vida de Jango.

E, finalmente fazemos menção à importante contribuição do professor Moniz Bandeira que impossibilitado de viajar da Alemanha – onde reside – ao Brasil, enviou-nos suas reflexões sobre *1964 – a CIA e o Golpe Militar no Brasil,* apresentando provas contundentes sobre a interferência direta dos Estados Unidos na ditadura militar brasileira.

De nossa parte acreditamos que a publicação de significativa parte do evento *1964 – 2014: Golpe Militar, Memória, História e Direitos Humanos* possa contribuir para que um público maior possa ter acesso às discussões das pesquisas acadêmicas, às experiências contadas, às memórias ainda vivas pelo prisma de familiares e cineastas que permitem passar o período da ditadura militar a limpo, ampliando o espaço de construção dos direitos humanos no Brasil. Acreditamos que, a partir do momento que a ditadura militar no Brasil for sendo conhecida, será despertada em nós a vontade de lutar para que ela não volte a se repetir em nossa história política.

Maria Ribeiro do Valle

A CIA e a técnica do golpe de Estado

Luiz Alberto MONIZ BANDEIRA[1]

"*Il problema della conquista e della difesa dello Stato moderno non è un problema politico, ma tecnico*"[2], observou Curzio Malaparte, nos anos 30, quando escreveu seu famoso livro *Tĕcnica del colpo di Stato*. A conquista e a defesa do Estado moderno não deixara de ser, naturalmente, um problema político. Mas o mérito de Curzio Malaparte foi ressaltar o aspecto golpe, que se modificara e se tornara ainda mais complexo, no curso dos séculos, acompanhando a transformação da natureza do Estado[3]. Essa técnica se desenvolveu enormemente e ganhou maior dimensão, entretanto, durante a Guerra Fria, empregada pelo Estados Unidos como instrumento de política exterior e ingerência nos assuntos internos de outros países, desde a criação da Central Intelligence Agency (CIA), em 1947. "*We must learn to subvert, sabotage and destroy our enemies by more clear, more sophiticated and more effective method than those against us*" [4] – recomendava um documento secreto, anexado ao Doolitle Report para a Hoover Commission, em 1950[5].

---

1 O texto não foi normalizado segundo as normas da ABNT e mantém formatação própria definida pelo autor do capítulo.

2 MALAPARTE, Curzio. Tecnica del colpo di Stato. Roma: Oscar Mondadori, 2002, p. 31.

3 Id, ibid., p. 47.

4 Apud JOHNSON, Loch K. Secret agencies: U.S. intelligence in a Hostile World. New Haven-London: Yale University Press, 1996, p. 60.

5 A Commission on Organization of the Executive Branch, do governo americano foi estabelecida pela P.L. 80-162 de 27 de julho de 1947, sob a presidência

A CIA, sucessora do Ofice of Strategic Services (OSS), dedicou-se não apenas à coleta de dados, mas a vários tipos de operações de guerra psicológica e paramilitar, conhecidas como PP ou KUKAGE, que jamais deveriam ser a ela atribuídas ou ao governo dos Estados Unidos e sim a outras pessoas ou organizações[6]. O ex-agente da CIA, Philip Agee reconheceu, em seu livro *Inside the Company: Cia Diary*, que essas operações são arriscadas porque quase sempre significam intervenção, pois visam a influenciar, por meios encobertos, os assuntos internos de outro país, com o qual os Estados Unidos mantém relações diplomáticas normais, e a técnica consiste essencialmente na "*penetration*"[7], buscando aliados desejosos de colaborar com a CIA. Daí que a regra mais importante na sua execução é a possibilidade de "*plausible denial*", i.e., negar convincentemente a responsabilidade e a cumplicidade dos Estados Unidos com o golpe de Estado, ou outra operação, uma vez que, se fosse descoberto seu patrocínio, as consequências no campo diplomático seriam graves.

As operações de guerra psicológica implicam propaganda e divulgação, ou seja, campanha através da mídia, junto às diversas organizações estudantis, sindicatos, outros grupos profissionais e culturais, bem como junto aos partidos políticos, sem que a procedência das informações possa ser atribuída ao governo americano. Ela é efetivada, muitas vezes, por agentes da CIA, estacionados na Embaixada Americana como diplomatas, ou homens de negócios, estudantes ou aposentados, enquanto as operações paramilitares consistem na infiltração em áreas proibidas, sabotagem, guerra

---

deHerbert e criou uma Task Force on National ecurity Organization, dirigida por Ferdinand Eberstadt, que esboçara o projeto do Security Act of

1947. U.S. War Dept. Board on Officer-Enlisted Man Relationships. The Doolittle Report: The Report of the Secretary of War's Board on Officer-Enlisted Man Relationships. 27 May 1946.

6 AGEE, Philip. Inside the Company: Cia Diary. London: Allen Lane, 1975, pp. 69-70.

7 MARCHETTI, Victor & MARKS, John D. The CIA and the Cult of Intelligence. New York: Alfred A. Knopf, 1974, pp. 36-37.

econômica, apoio aéreo e marítimo, financiamentos de candidatos nas eleições, suborno, assassinatos (*executive actions*) pela Division D, dentro do projeto conhecido como ZR/RIFLE[8], treinamento e manutenção de pequenos exércitos (*covert actions*) etc[9]. Essas operações tipificam a técnica do golpe de Estado, que a CIA desenvolveu e aplicou no Brasil e em diversos países da América Latina, nos anos 60 e 70 do século XX, radicalizando, artificialmente, as lutas sociais, até ao ponto de provocar o desequilíbrio político e desestabilizar governos (*spoling actions*) que não se submetiam às diretrizes estratégicas dos Estados Unidos. "*In some cases, a timely bombing by a station agent, followed by mass demonstrations and finally by intervention by military in the name of the restoration of order and national unity* – revelou Philp Agee, acrescentando que as operações políticas da CIA foram responsáveis por *coups* que obedeceram ao mesmo padrão no Irã, em 1953, e no Sudão, em 1958.

Os agentes da CIA e seus mercenários nativos, encarregados de promover "*hidden World War Three*"[10], executaram no Brasil, desde 1961, as mais variadas modalidades de operações políticas (PP), *covert action* e *spoiling action*, engravescendo a crise interna e induzindo, artificialmente, o conflito político à radicalização, muito além dos próprios impulsos intrínsecos das lutas sociais, das quais a comunidade empresarial norte-americana participava como significativo segmento de suas classes dominantes. A técnica consistiu em induzir a radicalização das lutas de classes, mediante a guerra psicológica de atos de provocação, de modo a socavar a base de sustentação social do governo e só lhe restasse a apoio da extrema esquerda. A consequência era a sua desestabilização. Como Philip Agee descreveu, essa técnica pode implicar a colocação de uma bomba relógio acertada

---

8 BAMFORD, James. Body of Secrets:Anatomy of the Ultra-Secret National Security Agency. New York: Anchor Book, 2002, p. 479.

9 Id., ibid., pp. 69-72.

10 JOHNSON, Loch K. Secret agencies: U.S. intelligence in a Hostile World. New Haven-London: Yale University Press, 1996, p. 38.

pelo agente da base, seguindo-se uma demonstração de massa (e.g. Marcha da Família com Deus pela Propriedade) e, finalmente, a intervenção dos militares em nome da restauração da ordem e da unidade nacional.[11]

Mutação da estratégia de segurança continental

Apesar dos fatores domésticos, que os possibilitaram, os golpes de Estado nos países da América Latina, após a revolução cubana, constituíram batalhas da "*hidden World War Three*". Eles resultaram da mutação da estratégia de segurança continental, promovida pelo Pentágono, redefinindo as ameaças, com prioridade para o inimigo interno, e difundindo, através da Junta Interamericana de Defesa, particularmente, as doutrinas de contra-insurreição e da ação cívica. Quase todos os golpes de Estado na América Latina, durante os anos 60 e 70, configuraram, assim, um fenômeno de política internacional continental, mais do que de política nacional, interna, da Argentina, Peru, Guatemala ou Brasil. Evidenciou-o o fato de que a intervenção das Forças Armadas no processo político visou, sobretudo, a alterar diretrizes de política exterior e ditar decisões diplomáticas, conforme os objetivos estratégicos dos Estados Unidos, e ocorreram, geralmente, contra os governos que se recusavam a romper relações com Cuba.

Embora, nos anos 60, as corporações multinacionais, em busca de fatores mais baratos de produção, não pudessem tolerar nos *new industrializing countries* nenhum governo de corte social-democrático, que, sob influência dos sindicatos, favorecesse a valorização da força de trabalho, e o presidente John F. Kennedy (1961-1963) condenasse, formalmente, os golpes de Estado e privilegiasse a democracia representativa como forma de evitar revoluções e combater o comunismo, os Estados Unidos trataram de enfraquecer e derrubar o governo do presidente João Goulart, não apenas por causa de algumas nacionalizações, mas, sobretudo, com o objetivo

---

[11] AGEE, Philip – Inside the Company – CIA Diary. Londres: Allen Lace-Penguin Books, 1975, pp. 79-82.

de modificar a política externa do Brasil, que defendia os princípios de autodeterminação dos povos e se opunha à intervenção armada em Cuba.

O que mais afetava então os interesses de segurança dos Estados Unidos no hemisfério não era exatamente a luta armada pró-comunista, como as guerrilhas na Venezuela e na Colômbia, mas sim, o desenvolvimento da própria democracia naqueles países, onde o recrudescimento das tensões econômicas e dos conflitos sociais aguçava a consciência nacionalista e os sentimentos anti-norte-americanos passavam a condicionar o comportamento de seus respectivos governos. Em tais circunstâncias, conquanto Kennedy adotasse, como um dos pressupostos da Aliança para o Progresso, o princípio de não reconhecer governos que não obedecessem às normas do regime democrático-representativo, sua administração foi a que mais incentivou as Forças Armadas, percebidas como a organização social mais estável e modernizadora, a participarem da política interna de seus respectivos países, através de "ações cívicas" e de contra-insurreição. Daí o surto militarista, com a propagação dos golpes de Estado, que tinham como principal fonte de inspiração a Junta Internacional de Defesa. Não sem motivo o embaixador Ilmar Pena Marinho, chefe da Delegação de Brasil na OEA, manifestou sua preocupação com a possibilidade de que o Colégio Interamericano de Defesa, criado por pressão dos Estados Unidos e ao que Goulart se opôs, viesse a transformar-se em uma "academia de golpes de Estados"[12], onde os estagiários e instrutores norte-americanos, a influenciar seus colegas latino-americanos, expressavam abertamente opiniões sobre a necessidade de criar-se um sistema permanente de ação coletiva, capaz de intervir onde quer que não se pudesse enfrentar, com recursos internos do próprio país, a ameaça comunista.

A política exterior do presidente João Goulart, ao defender a soberania e a autodeterminação de Cuba, obstaculizava os objetivos de Kennedy, que em 11 de dezembro de 1962 reuniu o Comitê

---

[12] Telegrama nº 303, confidencial, da Delegação do Brasil junto à OEA, a) embaixador Ilmar Pena Marinho, Washington, 25/25.06.1962, AHMRE-B, Junta Interamericana de Defesa, América, 1961/65.

Executivo do Conselho de Segurança Nacional para examinar a "ameaça comunista" no Brasil e a crise do seu balanço de pagamentos. Ao que tudo indica, naquela oportunidade, decidiu-se que os Estados Unidos suspenderiam totalmente qualquer financiamento ao Governo Goulart, nada fazendo, como prorrogação de vencimentos, para aliviar as dificuldades de suas contas externas, e só destinando recursos aos Estados, depois denominados "ilhas de sanidade administrativa", cujo governadores eram militantes anticomunistas. No dia seguinte, ao falar à imprensa, Kennedy referiu-se duramente à situação do Brasil, declarando que uma inflação de 5% ao mês anulava a ajuda norte-americana e aumentava a instabilidade política. Segundo ele, uma inflação no ritmo de 50% ao ano não tinha precedentes e os Estados Unidos nada podiam fazer para beneficiar o povo brasileiro, enquanto a situação monetária e fiscal dentro do país fosse tão instável. Assim, publicamente, proclamou que o Brasil estava em bancarrota. E ao receber em audiência, no dia 13, o senador Juscelino Kubitschek, ex-presidente do Brasil, e Alberto Lleras Camargo, ex-presidente da Colômbia, prognosticou que, não importando o que os EUA fizessem, a situação do Brasil devia deteriorar-se[13].

A operação para eventualmente intervir no Brasil começou por volta de 1961. O Departamento de Estado, naquele ano, começara a solicitar ao Itamaraty vistos para cidadãos americanos, que entravam no Brasil sob os mais diferentes disfarces (religiosos, jornalistas, comerciantes, Peace Corps etc.), dirigindo-se a maioria para as regiões do Nordeste. Em meados de 1962, da tribuna da Câmara Federal, o deputado José Joffily, do partido Social-Democrático (PSD), denunciou a "*penetration*" e, no princípio de 1963, o jornalista José Frejat, através de *O Semanário,* revelou que mais de 5.000 militares norte-americanos, "fantasiados de civis", desenvolviam, no Nordeste, intenso trabalho de espionagem e desagregação do Brasil, para dividir o território nacional. Se a guerra civil eclodisse, segundo

---

[13] KENNEDY, John F. Public papers. Washington, DC: Government Printing Office, 1962, p. 871. O Estado de São Paulo , São Paulo, 13.2.1962. Diário de Notícias , Rio de Janeiro, 14.2.1962.

ele, a esquadra do Caribe estaria pronta para apoiar as atividades dos supostos civis americanos, com armas e tropas. Comprovadamente, até 1963, o Itamaraty concedera mais de 4.000 vistos e recebera solicitação para mais 3.000, cujo atendimento os militares nacionalistas brasileiros obstaram. Esse volumoso número de requerimentos causara tanta estranheza que levou o Itamaraty, certa vez, a interpelar o embaixador Gordon. A resposta foi evasiva. Ele declarou que apenas 2.000 americanos utilizaram efetivamente os vistos, sendo que os demais ficariam como reservas. Não era verdade. Mentiu. Cerca de 4.968 norte-americanos, conforme as estatísticas oficiais de desembarque, chegaram ao Brasil apenas em 1962, batendo todos os recordes de imigração originária dos EUA e superando quase todos os números registrados durante os anos da Segunda Guerra Mundial, quando eles instalaram, oficialmente, bases militares em diversos estados do Nordeste. Aquele número baixou, em 1963, para 2.463, talvez em virtude de restrições do Itamaraty, mas, ainda assim, continuou acima da média de entradas de norte-americanos em todos os anos anteriores e posteriores.

Esses americanos integravam as *Special Forces*, conhecidas como *Green Berets*, criadas para travar guerras de baixa-intensidade (*low-intensity wars*) e treinar as forças nos diversos países, onde houvesse essa perspectiva de conflito armado. E desde meados de 1963, pelo menos, a CIA e o Pentágono começaram a elaborar vários planos de contingência, denominados *Brother Sam*, a fim de intervir militarmente no Brasil, diante da eventualidade de que João Goulart, como consequência da pressão econômica dos Estados Unidos, reagisse e envergasse para a esquerda, não propriamente comunista e sim sob a forma do autoritarismo ultranacionalista, algo no modelo de Getúlio Vargas ou Juan D. Perón, conforme a avaliação da CIA. E até o seu assassinato (*executive action*) foi planejado. Em 10 de outubro de 1963, à mesma época em que o Grupo Especial do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos autorizara novas operações de sabotagem em Cuba, os soldados do 1º Batalhão da Polícia do Exército brasileiro, sob o comando do Major Ary Abrahão Ellis, vasculharam um sítio em Jacarepaguá (Rio de Janeiro), perto de uma propriedade de Goulart, e des-

cobriram 10 metralhadoras Thompson, calibre 45, 20 carregadores, 72 caixas de cartuchos Remington Kleanbore 45, 10 granadas Federal Blast Dispersion Tear Gas (CN) e um rádio transmissor Motorola, marcado com o símbolo do programa Ponto IV (mãos apertadas), da embaixada dos Estados Unidos (32). O ministro da Justiça, Abelardo Jurema, declarou que as metralhadoras Thompson entraram clandestinamente no Brasil, pois nenhuma daquele tipo existia nas suas organizações de polícia nem no seu Exército, cujos oficiais desconheciam todos aqueles modelos de armamentos, tão modernos que eram. E as investigações evidenciaram a existência de uma trama para a eliminação de Goulart e de seus filhos, bem como de muitos políticos e generais favoráveis ao governo. Não há dúvida de que a CIA estava por trás do complô.

O golpe de Estado que derrubou em 1964 presidente João Goulart tipificou o conjunto das operações que a CIA desenvolveu e aprimorou, e com tais procedimentos ela conseguiu desestabilizar o governo e permitir a sublevação dos militares, a pretexto de restaurar a ordem e evitar o comunismo. A oposição tinha, decerto, uma dinâmica interna própria, determinada pelas contradições econômicas e sociais, que se aguçaram no Brasil. Mas teriam os militares brasileiros, que conspiravam contra Goulart, desfechado o golpe de estado, para derrubar um governo legalmente constituído, se não soubessem que contariam com o respaldo dos EUA? Teriam ousado empreender essa aventura, que poderia deflagrar uma guerra civil, se não estivessem seguros de que receberiam assistência militar Washington, sob a forma de gasolina, armas, munições e até mesmo assessores, se necessário fosse? Seguramente, não. A assertiva do embaixador Lincoln Gordon, segundo a qual derrubada de Goulart foi realizada pelos militares brasileiros sem "*assistance or advice*" dos EUA não corresponde à realidade. Não é consistente com os fatos. O embaixador Lincoln Gordo, como sempre, mentiu.

O embaixador Lincoln Gordon e o golpe de 1964

Uma série de documentos desclassificados em 2004, por solicitação do National Security Archives, da George Washington

University, com base no *Freedom of Information Act* (FOIA), evidenciaram a técnica que os Estados Unidos empregaram no Brasil, a fim de criar as condições políticas para a efetivação do golpe militar em 1964. O general Humberto Castelo Branco, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, era quem comandava, clandestinamente, a conspiração e, em telegrama ao Departamento de Estados e às mais altas autoridades em Washington, inclusive John McCone, diretor da CIA, o embaixador Lincoln Gordon, em 27 de março, revelou que ele preferia atuar "*only in case of obvious inconstitutional provocation*" e que por isso estava "*preparing for a possible move sparked by a communist-led genera.l strike, another sergeants rebellion, a plebiscite call opposed by Congress, or even a major governamental countermove against the democratic military or civilian leadership*."

O embaixador Lincoln Gordon pressionou Washington para que se envolvesse diretamente no golpe contra o governo de Goulart, respaldando o general Castelo Branco. "*If our influence is to be brought to bear help avert a major disaster here - which might make Brazil the China of the 1960s – this is where both I and al my senior advisors believe our support should be placed*" – escreveu em telegrama ao Departamento de Estado, Casa Branca e CIA, datado de 27 de março de 1964.[14]

A fim de assegurar o sucesso do golpe, no mesmo telegrama, Lincoln Gordon recomendou que medidas fossem tomadas para a "*clandestine delivery of arms of non-US origin*", que seriam colocadas à disposição dos que apoiavam Castello Branco em São Paulo, e preparar "*without delay against the contingency of needed covert intervention at a second stage*." Os telegramas desclassificados confirmam que a CIA empreendera "*covert measures*", que incluíam "*covert support for pro-democracy street rallies (next big one being April 2 here in Rio, and others being programmed), discrete passage of word the U.S. Government deeply concerned at events, and encouragement [of] democratic and*

[14] State Department, Top Secret Cable from Rio de Janiero, March 27, 1964 - 2718342 – Immediate DIR CITE RIOD 3824 – IN48986. National Security Archives – Washington.

anti-communist sentiment in Congress, armed forces, friendly labour and student groups, church, and business." [15]

Esse telegrama evidencia, incontestavelmente, que as Marchas da Família com Deus pela Propriedade (a primeira em 19 de março, em São Paulo) foram organizadas pela CIA e que o governo dos Estados Unidos tinha um plano para "*the contingency of needed covert intervention at the second stage* (...)".

Lincoln Gordon ainda reclamou o envio imediato de uma força naval para manobras no Atlântico Sul, que deveriam estacionar em frente ao porto de Santos. E, em outro telegrama datado de 29 de março, insistiu junto ao Departamento de Estado e a outras autoridades, entre as quais John McCone, diretor da CIA, para que fosse enviada secretamente uma variedade de armas, de modo que elas estivessem "*pre-positioned prior any outbreak of violence*" e pudessem ser usadas "*used by paramilitary units working with Democratic Military groups*". Também recomendou que Washington fizesse uma declaração pública para assegurar ao "*large numbers of democrats in Brazil that we are not indifferent to the danger of a Communist revolution here*" e sugeriu que, de modo a ocultar o papel dos Estados Unidos, as armas deviam ser despachadas via "*unmarked submarine to be off-loaded at night in isolated shore spots in state of Sao Paulo south of Santos*." [16] Já então Goulart recebera a informação de que por volta da meia-noite do dia 16 de julho de 1963, um submarino norte-americano, com o prefixo WZY-0983 e sob o comando de um sobrinho do general Mac Clark, provavelmente chamado Roy, desembarcou, ao largo de Pernambuco, munições de guerra, entre as quais 750 bazucas, revólveres, espingardas e granadas, com o auxílio de alguns generais brasileiros reformados[17]. Estas armas se espalha-

---

[15] Ibid.

[16] Personal from Ambassador Gordon, Top Secret, March 29, 1964. National Security Archives.

[17] Informe do Serviço Federal de Informação e Contra-informação (SFICI). Documentação de João Goulart. Essa documentação, que estava em poder do Autor, foi doada ao CPDOC-FGV.

ram pela Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte e outros estados, sendo muitas de origem tcheca, dentro de um plano de provocação, que visava a justificar, de acordo com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a intervenção dos EUA no Brasi1.[18] Vários depósitos com armamentos chegaram a ser descobertos pela Polícia do Exército, que em 10 de outubro vasculhou uma chácara em Jacarepaguá (Rio de Janeiro), perto de uma propriedade de Goulart, o Sítio do Capim Melado, e encontraram 10 metralhadoras Thompson, calibre 45, 20 carregadores, 72 caixas de 50 cartuchos Remington Kleanbore 45, 10 granadas Federal Blast Dispersion Tear Gas (CN) e um rádio transmissor-receptor portátil Motorola, marcada com o símbolo do Ponto IV (mãos apertadas), da Embaixada dos EUA[19].

O sítio pertencia a um amigo de Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara (então a cidade do Rio de Janeiro), e as armas eram tão modernas que os oficiais do Exército brasileiro estranharam, porquanto ainda não as conheciam. Segundo o ministro da Justiça, Abelardo Jurema, as metralhadoras Thompson entraram clandestinamente no Brasil. Não existia nenhuma daquele tipo nas organizações de polícia do país, nem sequer do Exército, e as investigações evidenciaram que se tramava o assassinato de Goulart e de seus filhos, bem como o de muitos políticos e generais favoráveis ao governo.[20] O Inquérito Policial-Militar

---

[18] Informe do Serviço Federal de Informação e Contra-informação (SFICI). Documentação de João Goulart. Vide MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro-Brasília:Revan-Editora da Universidade de Brasília, pp. 133-135.

[19] Relatório do general de Brigada Paulo Francisco Torres, encarregado do Inquérito Policial-Militar que investigou o caso. DJG. Ver também *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11-10-1963 e 12-10-1963. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11-10-1963 e 12-10-1963.

[20] “O Sr. Ruy de Freitas Guimarães declara e confirma, quando acareado, que o coronel Gustavo Borges, pelo telefone, lhe dissera que: ‘Se alguma coisa acontecesse ou viesse a acontecer ao Sr. Carlos Lacerda e sua família, os filhos de Jango seriam eliminados, bem como os de muito políticos e generais’.” Relatório do general Paulo F. Torres. DJG. “Diante das provas colhidas (...), não poderemos fugir a hipótese de que houve maquinação contra a vida

comprovou a "intenção criminosa" de vários colaboradores do governador Carlos Lacerda Lacerda, que, sem dúvida alguma, não estava alheio à iniciativa, segundo o SFICI, que, em informe a Goulart, incriminou também os deputados estaduais da UDN Sandra Cavalcanti e Nina Ribeiro.[21]

Todas as alternativas foram excogitadas pela CIA e pelo embaixador Lincoln Gordon, que, quatro dias antes do golpe, informou a Washington que "*we may be requesting modest supplementary funds for other covert action programs in the near future*", e demandou o envio de petróleo e lubrificantes para facilitar as operações logísticas dos conspiradores e o deslocamento de uma força naval visando a intimidar as forças que apoiavam Goulart. Em 30 de março, a estação da CIA no Brasil transmitiu a Washington que, segundo as fontes em Belo Horizonte, que "*a revolution by anti-Goulart forces will definitely get under way this week, probably in the next few days*," e marcharia para o Rio de Janeiro .[22] No mesmo dia 30, no momento em que Goulart discursava para os sargentos no Automóvel Club, o secretário de Estado, Dean Rusk, leu para o embaixador Lincoln Gordon, por telefone, o texto do telegrama nº 1296, informando-o de que, como os navios, carregados de armas e munições, não podiam alcançar o Sul do Brasil antes de dez dias, os EUA poderiam enviá-las por via aérea, se fosse assegurado um campo intermediário em Recife ou em qualquer outra parte do Nordeste, capaz de operar com grandes transportes a jato, e manifestou o receio de que Goulart, o deputado Ranieri Mazzilli, os líderes do Congresso e os chefes militares alcançassem naquelas poucas horas uma acomodação, fato que seria "*deeply embarrassing*" para governo norte-americano e "*would leave*

ou a incolumidade ou a segurança do presidente da República". Parecer do general Dantas Ribeiro, ministro da Guerra, encaminhando o relatório à Justiça Militar. DJG. Ver *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28-11-1963.

[21] Relatório do general Paulo F. Torres. DJG. Ver também *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28-11-1963.

Informe do SFICI a Goulart, s./d. DJG.

[22] CIA, Intelligence Information Cable on "Plans of Revolutionary Plotters in Minas Gerias," March 30, 1964

us branded with an akward attempt at intervention"[23]. No mesmo telegrama, Dean Rusk forneceu o *script* da encenação, de forma a disfarçar o golpe de estado e a intervenção dos EUA, ao recomendar que:

"*It is highly desirable, therefore, that if action is taken by the armed forces such action be preceded or accompanied by a clear demonstration of unconstitutional actions on the part of Goulart or his colleagues or that legitimacy be confirmed by acts of the Congress (if it is free to act) or by expressions of the key governors or by some other means which gives substantial claim to legitimacy*"[24].

Havia, decerto, vários grupos que conspiravam. O motim dos marinheiros, em 26 de março, constituiu a provocação que o general Castelo Branco esperava e, sem dúvida alguma, fora encorajada pela CIA, a fim de induzir a maioria dos militares a aceitar a ruptura da legalidade, em face da quebra da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas. O golpe estava previsto para depois da Marcha da Família com Deus pela Propriedade, a ser realizada no Rio de Janeiro, em 2 de abril. Mas o general Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, com sede em Juiz de Fora (Minas Gerais), precipitou os acontecimentos. De qualquer forma era necessário que o golpe de Estado tivesse uma aparência de legitimidade, conforme Dean Rusk enfatizara, de modo que os EUA pudessem fornecer a ajuda militar aos sediciosos[25]. E de seu rancho no Texas, no dia 31 de março, o presidente Lyndon B. Johnson, falando por telefone com o sub-secretário de Estado e o secretário-assistente Thomas Mann, deu

---

23 Text of State Department telegram 1296 to American Embassy, Rio de Janeiro, dated March 30, 1964, 9:52 p.m. (Washington time), in GORDON, Lincoln. Brazil's Second Chance: En route toward the First World. Washington: Brook Institution Press, pp. 68-70.

24 Id., ibid., p. 69.

25 "Rusk continued by reading a long draft telegram to me, noteworthy for ist emphasis on the need of legitimacy in any anti-Goulart movement to wich we might provide military support". Id., ibid., p. 68.

a luz verde para que os Estados Unidos ativamente respaldassem o golpe contra o governo de Goulart. *"I think we ought to take every step that we can, be prepared to do everything that we need to do"* – Johnson ordenou e, em aparente referência a Goulart, acrescentou: *"we just can't take this one."* [26]

Quando Goulart saiu de Brasília, tentando organizar a resistência a partir do Rio Grande do Sul, o senador Auro Moura Andrade cumpriu literal e fielmente o roteiro prescrito. Declarou a vacância da presidência da República, mesmo sabendo que ele, Goulart, não renunciara e continuava no Brasil, e empossou no cargo o deputado Ranieri Mazzilli, que como presidente do Congresso estava imediatamente na linha de sucessão. Ai, se resistência houvesse e a guerra civil irrompesse, ele poderia requerer a assistência dos EUA, com base no Acordo Militar, renovado através das notas reversais de 28 de janeiro de 1964. Mas não foi necessário. Resistência não houve. E o embaixador Lincoln Gordon pôde declarar que estava "muito feliz" com a vitória da sublevação de Minas Gerais, "porque evitou uma coisa muito desagradável, que seria a necessidade da intervenção militar americana no Brasil"[27]. E continuou a insistir na "*plausible denial*", i.e., em negar convincentemente a responsabilidade e a cumplicidade dos EUA com o golpe de estado, norma esta pela qual os governos norte-americanos pautaram muitas vezes suas políticas de intervenção em outros países.

Com a vitória do golpe de Estado, Thomas Mann, na sexta-feira, 3 de abril, telefonou a Johnson e manteve seguinte conversação:

"*Thomas Mann*: *I hope you're as happy about Brazil as I am.*
Lyndon B. Johnson: I am

---

[26] White House Audio Tape, President Lyndon B. Johnson discussing the impending coup in Brazil with Undersecretary of State George Ball, March 31, 1964 This audio clip is available in several formats: Windows Media Audio - High bandwidth (7.11 MB) - Windows Media Audio - Low bandwidth (3.57 MB) MP3 - (4.7 MB) – National Security Archives – Washington.

[27] "As confissões de Lacerda," in Jornal da Tarde, São Paulo, 6-6-1977, p. 20.

Thomas Mann: I think that's the most thing that's happened in the hemisphere in three years.

Lyndon B. Johnson: I hope they give us some credit, instead of hell"[28].

Conclusão

O golpe de Estado, que derrubou o governo constitucional do presidente João Goulart, triunfou em 1° de abril 1964 e, em homenagem ao Dia da Mentira, logo se denominou Revolução Redentora, antecipando a data para 31 de março, ao mesmo tempo em que, a pretexto de defender a democracia, destruía a democracia e implantava uma ditadura militar. E, com toda a razão, ao escrever sobre o golpe de Estado na França, em 1848, o 18 Brumário de Luís Bonaparte, Karl Marx comentou, ironicamente, que

"a sociedade é frequentemente salva todas as vezes que o círculo dos seus dominadores se restringe e um interesse mais exclusivo se sobrepõe. Qualquer reivindicação, ainda que da mais elementar reforma financeira burguesa, do liberalismo mais vulgar, do mais formal republicanismo, da mais trivial democracia, é ao mesmo tempo castigada como 'atentado contra a sociedade' e estigmatizada como 'socialismo'. Por fim, os pontífices da 'religião e da ordem' são eles mesmo expelidos a pontapés de suas cadeiras de Pythia[29], arrancados da cama no meio da noite e da névoa, colocados em camburões, lançados no cárcere ou enviados para o exílio, seu templo arrasado, sua boca lacrada, suas plumas partidas, sua lei rasgada, em nome da religião, da propriedade, da família, da ordem"[30].

---

28 O diálogo foi extraído das gravações publicadas por Beschloss, Michael (edit). *Taking Charge*: the Johnson White House Tapes, 1963-1964. New York: Simon & Schuster, 1997, p. 306.

29 Pythia foi a sacerdotisa de Apolo do oráculo em Delphi. O nome deriva-se de Python, o dragão que Apolo matou.

30 "Die Gesellschaft wird ebenso oft gerettet, als sich der Kreis ihrer Herrscher verengt, als ein exklusiveres Interesse dem weiteren gegenüber behauptet wird. Jede Forderung der einfachsten bürgerlichen Finanzreform, des ordinärsten Liberalismus, des formalsten Republikanertums, der plattesten

Esse trecho de Marx sobre a França de 1848 parece descrever, exatamente, o que ocorreu no Brasil, durante e logo após o golpe de Estado de 1964. Contudo, embora se recomende aos governantes, estadistas, povos preferivelmente o ensinamento através da experiência da história, como Hegel ressaltou, o que a experiência e a história ensinam é que os povos e governos nunca aprenderam qualquer coisa da história nem se comportam de acordo com suas lições[31]. A CIA, nove anos depois da queda de Goulart, aplicou no Chile a mesma técnica para derrubar em 1973 o governo constitucional do presidente Salvador Allende, mas fracassou quando, em março de 2002, articulou outro golpe para derrubar o presidente Hugo Chávez, na Venezuela.

Demokratie, wird gleichzeitig als ‚Attentat auf die Gesellschaft' bestraft und als Sozialismus' gebrandmarkt. Und schließlich werden de Hohenpriester der Religion und Ordnung' selbst mit Fußtritten von ihren Pyathiastühlen verjagt, bei Nacht und Nebel ais ihren Betten geholt, in Zellenwagen gesteckt, in Kerker geworfen oder ins Exil geschickt, ihr Tempel wird der Erde gleichgemacht, ihr Mund wird versiegelt, ihre Feder zerbrochen, ihr Gesetz zerrissen, im Namen der Religion, des Eigentums, der Familie, der Ordnung". MARX, Karl – Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte, in MARX, Karl – ENGELS, Friedrich – Werke, Band 8, Berlin, Dietz Verlag, 1982, p. 123.

[31] "Man verweist Regenten, Staatsmänner, Völker vornehmlich an die Belehrung durch die Erfahrung der Geschichte. Was die Erfahrung aber und die Geschichte lehren, ist dies, dass Völker und Regierungen niemals etwas aus der Geschichte gelernt und nach Lehren, die aus derselben zu ziehen gewesen wären, gehandelt haben". HEGEL, G. W. F. – Vorlesungen über die Philosophie der Weltgeschichte, Band 1 (Die Vernunft in der Geschichte), Hamburg, Felix Mainer Verlag, 1994, p. 19.

Teses revisionistas sobre 1964: democracia e golpismo

Caio Navarro de TOLEDO

Neste breve texto buscarei examinar recentes formulações, de caráter revisionista, sobre o golpe de 1964; ao questioná-las, buscarei também mostrar seus pressupostos teórico-ideológicos como também seus efeitos políticos na batalha sobre as interpretações em torno do golpe de Estado.

As teses revisionistas sobre 1964

Embora se distingam dos ideólogos golpistas, civis e militares, alguns ensaístas têm afirmado que, no início dos anos 1960, todos os atores relevantes do processo político estavam comprometidos com o golpismo. Ou seja, por não terem firmes compromissos com os valores democráticos, tanto a alta hierarquia das Forças Armadas e as organizações civis de direita quanto as entidades de esquerda se preparavam para desfechar um golpe de Estado.

Sumarizemos algumas das formulações revisionistas.

Em depoimentos, um historiador paulista tem afirmado que existiria uma identidade política entre todos os atores acima mencionados. Um acadêmico que tem presença constante na mídia empresarial (TV's, rádios e grandes jornais) afirmou num artigo: "[...] O que une ambos os lados é que todos querem chegar ao poder por golpe, seja os militares, seja Brizola e mesmo Jango, no caso para continuar no poder. Tanto é assim que o golpe veio." (VILLA, 2004).

Por sua vez, o historiador Ferreira ponderou que, nos tempos de Goulart, havia um reduzido compromisso das esquerdas brasileiras com a defesa da democracia. Reivindicando a realização de reformas sociais e econômicas, "a qualquer preço", as esquerdas defendiam "soluções não democráticas" desde que fossem realizadas as mudanças sociais ditas radicais. Nas palavras do autor, direita e esquerdas se equivaliam em matéria de posições antidemocráticas:

> A questão central era a tomada do poder e a imposição de projetos. Os partidários da direita tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. Os grupos de esquerda exigiam as reformas, mas também sem valorizar a democracia [...] A direita sempre esteve disposta a romper com a legalidade, utilizando-a para defender seus interesses econômicos e privilégios sociais. As esquerdas, por sua vez, lutavam pelas reformas a qualquer preço, inclusive com o sacrifício da democracia. (FERREIRA, 2004a)[1].

Ferreira (2004a) não emprega o termo "golpismo" para denominar as chamadas posições "não democráticas" das esquerdas no pré-1964; no entanto, esta prudência terminológica não o impediu de afirmar que: "[...] de uma posição defensiva e legalista em 1961, as esquerdas adotaram (no governo João Goulart, CNT) a estratégia ofensiva e de rompimento institucional." (FERREIRA, 2004b)[2].

A noção de "golpismo" não é utilizada, mas a ideia domina a cena com o agravante de que teria sido o conjunto das esquerdas – não apenas alguns de seus setores – que estaria disposto a romper a legalidade institucional. Na visão do autor, as esquerdas – com exceção do moderado Partido Comunista Brasileiro (PCB) – estavam representadas pela "atuação revolucionária" de Brizola e por lideranças

---

[1] O artigo é uma versão abreviada de outro texto, publicado em livro em coautoria com a pesquisadora sobre Delgado e Ferreira (2003) sobre o golpe de 1964.

[2] Na perspectiva de Ferreira (2004b, grifo nosso), as "esquerdas radicalizadas" estavam reunidas na *Frente de Mobilização Popular* que tinha Leonel Brizola como seu principal dirigente.

"[…] sindicais, camponesas, estudantis, dos subalternos das Forças Armadas, grupos marxistas-leninistas, políticos nacionalistas."

Deve-se ressaltar que a análise de Ferreira está apoiada em obra de Argelina Figueiredo, publicada 20 anos atrás, em 1994. Embora deixe também de utilizar a noção crítica de "golpismo", Figueiredo entende que, no pré-1964, as esquerdas privilegiaram a realização de reformas "radicais" em detrimento da preservação das instituições democráticas.

> [...] (havia um, CNT) fraco compromisso com a manutenção das regras democráticas, tanto por parte da direita como da esquerda. A direita, sempre pronta a romper com a democracia, mostrava fidelidade às regras democráticas, quando essas serviam para defender seus interesses e manter seus privilégios, como no caso da reforma agrária. A esquerda, com frequência, mostrava-se disposta a apoiar soluções não-democráticas para atingir as reformas propostas. (FIGUEIREDO, 1997)[3].

Por sua vez, o respeitado filósofo marxista Leandro Konder – numa entrevista publicada pela revista *Margem esquerda* – não deixou de utilizar a expressão omitida nos textos de Ferreira e Figueiredo. Afirmou Konder (2004) que "[...] o golpismo, entranhado nos costumes e na cultura política da sociedade brasileira, se manifestava também no campo da esquerda." Exemplo disso teria sido o apoio do então secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes, à proposta da reforma da Carta de 1946 que objetivava permitir a reeleição de Goulart. Para Konder (2004), "[...] dadas as circunstâncias (exiguidade dos prazos e inexistência de consenso, CNT), a proposta era, certamente, golpista." Embora nenhuma argumentação seja elaborada na entrevista, Konder (2004) conclui: "[...] Assim, a reação contra o golpismo do campo da esquerda resultou no golpe da direita"[4]. Literalmente, o golpe da direita teria

---

[3] O livro de Figueiredo (1993) que está na origem de algumas teses revisionistas sobre 1964 é *Democracia ou reformas? alternativas democráticas à crise política de 1961-1964.*

[4] Distinguindo-se de alguns autores aqui mencionados, Konder (2004) jamais renegou suas posições teórico-ideológicas. Em minha opinião, as formulações

sido, pois, uma *reação* a uma tentativa golpista vinda do “campo da esquerda”.

Talvez a formulação que melhor sintetize o *revisionismo* é a do historiador Aggio et al. (2002) (acadêmico que, em décadas passadas, esteve vinculado ao eurocomunismo brasileiro):

> Ambos os lados, de fato, conspiravam contra a democracia representativa e preparavam um golpe contra suas instituições: a direita para impedir o avanço e a consolidação das reformas; a esquerda para eliminar os obstáculos que se antepunham a esse processo [...] o golpismo, concepção e prática já arraigada na direita brasileira se combinava dramaticamente com a ausência de tradição democrática da esquerda, levando a uma confrontação que seria fatal para a democracia. (AGGIO, et al., 2002)[5].

Como evidência da incorporação das teses revisionistas no atual debate político sobre o pré-1964, podem também ser mencionadas as opiniões de intelectuais, jornalistas e políticos do campo democrático: Francisco Weffort, José Arthur Giannotti, Leôncio Martins Rodrigues, Boris Fausto, Elio Gaspari e outros[6].

Destaquemos aqui a opinião de Rodrigues (2004), ex-docente da USP e Unicamp. Em 2004, numa entrevista ao Estadão, afirmou o sociólogo: “[...] venceu a direita e o golpe representou um terrível retrocesso; se vencesse a esquerda, haveria outro retrocesso, talvez pior, aprofundando o modelo populista.” Literalmente, o atraso representado pelo hipotético avanço do populismo poderia significar uma crueldade maior do que os conhecidos horrores da ditadura.

---

equivocadas de sua entrevista em nada comprometem o conjunto de sua obra crítica e de orientação socialista.

5 Sem poder desenvolver o argumento, julgo que as opiniões de Konder (2004) e Aggio (2002) se afinam com os trabalhos teóricos do eurocomunismo que defendem a tese da “democracia como valor universal”. A crítica desta perspectiva teórico-ideológica pode ser conhecida em Toledo (1995).

6 Frise-se que são autores do campo progressista e da democracia, pois não falamos aqui de autênticos “cães de guarda” da direita brasileira como os civis Luiz Pondé, Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Denis Rosenfield, vários jornalistas da revista semanal *Veja* e de outras publicações liberais-conservadoras.

Em suma, no atual debate político, não são apenas os ideólogos civis e militares de direita que responsabilizam as esquerdas e o ex-presidente João Goulart pela crise política que culminou no golpe; hoje, acadêmicos, ensaístas e intelectuais do campo democrático também colocam as esquerdas e o governo Goulart no banco dos réus. Para eles, a derrocada da democracia política em 1964 não deve ser apenas creditada aos setores da direita brasileira e agentes internacionais.

As falácias e os efeitos ideológicos das teses revisionistas

Diante das teses revisionistas, algumas preliminares deveriam ser levantadas: quais seriam as evidências empíricas e as provas documentais – os chamados "fatos cabeçudos", como diria um pensador russo – oferecidas pelos autores mencionados que comprovariam o "golpismo" do governo João Goulart, dos Grupos dos Onze, das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro e demais setores progressistas ou de esquerda? Outra preliminar: durante o regime liberal-democrático de 1946, tiveram as esquerdas iniciativas golpistas semelhantes àquelas que, comprovadamente, protagonizaram a direita brasileira em 1954, 1961 e 1964? Enfim, no pré-1964, os recursos materiais e simbólicos que detinham as esquerdas podiam ser comparados aos da direita civil e militar?

Inicialmente, examinemos o caso do governo João Goulart. Teria esse governo cogitado e agido na direção de um golpe de Estado?

Nos poucos meses sob o regime presidencialista, o governo Goulart não teve a simpatia de dois partidos importantes do Congresso Nacional, PSD e UDN; sofreu a ferrenha oposição de governadores de importantes estados da federação (São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Paraná etc.); teve a oposição de significativos setores da "sociedade civil" (empresariado industrial e rural e dos banqueiros); da alta hierarquia da Igreja católica; da embaixada e agências do governo dos EUA.

Não seria, pois, razoável imaginar que o presidente da República – aconselhado por "radicais de esquerda", em algum momento, tives-

se cogitado a ideia de um golpe de Estado? Afinal, com o Congresso fechado ou tutelado, as reformas sociais e econômicas poderiam ser realizadas! Não era exatamente isso o que a direita alardeava pela mídia quando lembrava o golpe que instituiu o Estado Novo, promovido por Vargas (o patrono político de João Goulart)?

Ora, passados 50 anos nem mesmo um simulacro de documento de conspiração ou um "plano golpista" – como foi o *Plano Cohen*, forjado em 1937 – foi apresentado pelos militares e civis golpistas. Lembre-se ainda que todos os setores progressistas tiveram seus arquivos apreendidos e amplamente investigados pela ditadura militar: a saber, os militares nacionalistas e democráticos (vários deles vinculados ao chamado "dispositivo militar" de Goulart); os quadros civis (ex-ministros, parlamentares e governadores de estado que apoiavam o presidente da República); o conjunto das organizações de esquerda (legais e extra-legais); as entidades nacional-reformistas (entre elas, Comando Geral dos Trabalhadores, Ligas Camponesas, União Nacional dos Estudantes, Frente Parlamentar Nacionalista e Instituto Superior de Estudos Brasileiros etc.) Igualmente, deve ser enfatizado que frequentes e sistemáticos Inquéritos Políticos Militares (IPM's), durante a ditadura militar, vasculharam as vidas privadas e as atividades de lideranças políticas nacionalistas e de esquerda.

Em resumo: até o presente, nenhum documento apreendido pelos aparelhos da inteligência repressiva comprovou supostos planos "golpistas" de João Goulart. Nem mesmo os serviços de segurança estadunidenses (CIA, Departamento de Estado, Embaixada dos EUA no Brasil etc.), que colaboravam amplamente com os militares brasileiros, apresentaram quaisquer indícios do propalado "golpismo" do governo.

Diante da ausência de documentos e evidências sobre o "golpismo" do presidente da República, não se pode senão dar razão ao jornalista Freitas (2013) que, recentemente, ponderou: "[...] quaisquer que sejam os erros atribuíveis a João Goulart [...], entre eles não está ato algum de traição à democracia"[7].

---

7 De forma simbólica, o Senado brasileiro, passados quase 50 anos, aprovou um projeto que anulou a sessão parlamentar do dia 2/4/1964 que, ao declarar

Por último, não seria um contrassenso admitir o golpismo de Goulart quando seu governo – conforme revelavam as pesquisas do Ibope em 1964 – tinha relativa popularidade em vários estados do país, inclusive no estado politicamente conservador que é SP? Digno de menção também era o apoio popular às reformas e medidas econômicas propostas (agrária, controle do capital estrangeiro).

No entanto, sugerem as teses revisionistas que, além de Goulart, alguns setores das esquerdas também estariam planejando um golpe. Para um dos autores citados, o chefe nacional dos chamados *Grupos dos Onze,* Leonel Brizola, também conspirou contra o regime democrático.

Quais as "provas" contra o chefe dos "Grupos dos Onze"? Ei-las: os inflamados discursos de Leonel Brizola transmitidos pela Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, como também seus artigos "radicais" em jornais de reduzida circulação (não em O Globo, O Estadão etc.) Sabe-se que em *O Panfleto* (jornal da "imprensa nanica") era eloquente na defesa das reformas quando atacava com veemência os políticos conservadores da UDN e PSD e incentivava a organização dos *Grupos dos Onze* em todo o país.

"Evidência" também do "golpismo" teria sido o discurso de Brizola no comício de 13 de março de 1964 quando apelou para a "derrogação do Congresso" e a convocação de uma *Assembleia Nacional Constituinte* a fim de viabilizar as reformas de base radicais e as medidas econômicas nacionalistas.

Seria preciso, contudo, lembrar que os *Grupos dos Onze* – como revelaram os fatos – tinham uma frágil estrutura organizacional, estavam reduzidos ao Rio de Janeiro e RGS e eram destituídos de qualquer poder de fogo? Movimento político ainda gestação e polêmico dentro das esquerdas, os "*Grupos dos Onze*", a rigor, não tinham sido concebidos para ter uma orientação militar, mas, sim, para resistir ao golpe da direita. A ideia era a de reviver agosto de 1961 quando a liderança de Brizola foi decisiva ao barrar o golpe da junta militar contra a posse de Goulart. Numa auto-

---

vago o cargo da presidência da República, legitimou e consolidou o golpe de 1964.

crítica posterior ao golpe, Brizola reconheceu que o nome mais apropriado dos Grupos de Onze deveria ser "Clube de resistência democrática".

Por último: uma prova da inexistência de uma estratégia militar, por parte dos Grupos dos Onze, não foi a conclusão dos inquéritos políticos militares após o golpe de 1964?

De forma semelhante, as *Ligas Camponesas* eram dotadas de organização interna precária, estavam divididas politicamente, tinham recursos financeiros reduzidos para a realização de suas atividades e também eram controvertidas no interior das esquerdas. (O PCB, partido de esquerda hegemônico no pré-1964, combatia as Ligas).

Como o golpe amplamente demonstrou*, as Ligas e os Grupos dos Onze* não explodiram um único rojão contra os sediciosos; a explicação desse fato é simples e objetiva: estes setores nacional-reformistas não tinham armas nem munições.

Por sua vez, ficou evidenciado também que as candentes afirmações de Francisco Julião e as "pregações revolucionárias" de Brizola foram, a rigor, autênticas bravatas ou meros "fogos de artifício". Eram protagonistas de autênticas "guerras de saliva", pois suas lideranças não tiveram qualquer eficácia em termos de arregimentação e organização política dos setores populares, trabalhadores rurais e operários no momento em que o golpe estava nas ruas.

É de se reconhecer que uma experiência guerrilheira das Ligas, em Goiás, liderada por Clodomir Morais, foi bastante fugaz e não teve qualquer consequência, além de ter ela a oposição aberta de Francisco Julião, o principal dirigente nacional das Ligas e de setores de esquerda (PCB, PCdoB, MRT).

Por fim, a tese de uma Constituinte, levantada pelo PCB e Prestes, teria características golpistas? Concedamos a palavra a uma historiadora: "[...] a convocação de uma Constituinte, que implica amplíssima mobilização política nacional e eleições mais gerais, pode ser vista como um equívoco naquele momento, mas é impossível identificar golpismo nela." (VIANNA, 2004).

Afinal, a ideia da convocação de uma Assembleia Constituinte é sempre cabível e legítima em qualquer democracia política; a sua

efetivação, certamente, dependerá da capacidade dos partidos e movimentos sociais concretizá-la no processo político. Se naquela conjuntura a proposta era politicamente equivocada ou contraproducente, é, contudo, desmesurado afirmar que ela tinha um caráter "golpista".

De forma sintética, deve se dito que é um evidente exercício de natureza contrafactual imputar posições golpistas às esquerdas na conjuntura de 1964; do ponto de vista histórico e analítico, essa hipótese não tem consistência nem rigor científico.

Tais como os ideólogos golpistas civis e militares, estes autores não apresentam quaisquer documentos que comprovem planos e complôs conspiratórios de setores de esquerda visando a ruptura do regime democrático; na verdade, durante todo o período de vigência da Carta de 1946, nenhuma ação objetiva das esquerdas é revelada para comprovar o chamado golpismo das esquerdas. Embora não apreciemos a expressão, deve ser dito que não houve nenhuma *intentona comunista* durante os anos 1950 e 1960.

Mas, em contrapartida, são comprovadas as tentativas de golpe, por parte da direita, contra a democracia política, de natureza liberal, durante a vigência da Carta de 1946: em 1954, 1961 e 1964.

Duvidosa como uma especulação intelectual, a hipótese que atribui "golpismo" às esquerdas, contudo, não é inocente na medida em que tem efeitos importantes na luta ideológica sobre o significado e a natureza do golpe de 1964. Em duas palavras, a hipótese do golpismo das esquerdas, formuladas por autores democráticos, favorece, inintencionalmente, as teses da direita golpista para quem, em abril 1964, houve uma "contra-revolução preventiva". Mais grave: o golpe de 1964 fica, assim, justificado e legitimado, pois teria evitado que o Brasil – como não se cansam de repetir os apologetas do golpe – fosse entregue à barbárie representada pela implantação do comunismo ateu, apátrida e terrorista...

Em suma, para os golpistas, preferíveis seriam os *reais arbítrios* da ditadura (prisões, desaparecimentos, mortes e torturas) do que uma eventual tomada do poder pelo "terror vermelho".

Considerações finais

Para mim, todos os autores acima mencionados – com exceção do socialista Konder – têm em comum a firme convicção de que a democracia política na ordem capitalista não deve ultrapassar os limites e marcos da democracia liberal. Em outras palavras, para estes críticos das esquerdas, a democracia liberal é concebida como o paradigma ou modelo de regime político nas sociedades capitalistas.

Assim, tudo aquilo que poderia colocar em risco a democracia política existente nos anos 1960 era visto como um inaceitável risco à democracia *tout court*. Neste sentido, as reformas de base reivindicadas pelas esquerdas e setores nacional-reformistas não deveriam ter uma natureza e uma extensão que pudessem comprometer a democracia liberal existente no país. Contrariamente, à direita conservadora, estes ensaístas do campo democrático reconheciam a legitimidade da mobilização dos reformistas e de suas bandeiras, mas acreditavam também que estas deveriam – bandeiras e natureza das reformas – ser regradas e não-radicais.

Contrariamente ao pensamento das esquerdas reformistas e socialistas, nenhum desses autores admite que, em quaisquer sociedades capitalistas, as democracias liberais são politica e socialmente excludentes. Em todos os regimes de democracia liberal, na ordem capitalista, as liberdades e os direitos políticos não têm sido capazes de atenuar as profundas desigualdades sociais e as distintas opressões extra-econômicas (de gênero, raça, sexuais etc.) existentes na sociedade. Democracias liberais no capitalismo nunca são *democracias sociais*.

Cativos de uma concepção liberal de democracia, esses autores denominavam e acusavam de "não-democráticos" os setores de esquerda que lutavam pela realização de reformas em profundidade na sociedade capitalista brasileira. Ou seja, golpistas eram todos aqueles que – na teoria e na prática – questionavam e combatiam os limites classistas de democracia liberal existente no país.

Concluindo: Não se deduza desta análise uma tentativa de inocentar a atuação política e ideológica dos setores nacional-reformistas e das esquerdas socialistas no pré-1964. É inegável que todos estes

setores têm responsabilidades pelo aguçamento da crise política no pré-1964; afinal, eram relevantes protagonistas das lutas sociais e embates políticos e ideológicos na conjuntura dos anos 1960.

Não se pode, pois, deixar de lembrar que a retórica radical, o discurso eloquente e a linguagem desabrida de lideranças de esquerda e nacionalistas ("reforma agrária na lei ou na marra"; os golpistas terão suas "cabeças cortadas", "os generais do povo são sustentáculos da democracia", o CGT era o "4º. poder da República" etc.) contribuíram decididamente para o acirramento da luta ideológica e a unificação política da direita civil e militar golpista. Em grande medida, o *esquerdismo* teve papel importante no contundente derrota dos setores nacional-reformistas e das esquerdas em geral.

Os setores reformistas cometeram erros e desatinos de toda a espécie que contribuíram para a debacle política de abril de 1964. No entanto, os setores reformistas e de esquerda não devem ser acusados de golpistas pelo fato de lutarem pela realização daquilo que Florestan Fernandes denominou a "Revolução dentro da ordem". Em outras palavras, não tinha características golpistas ou antidemocráticas a luta por reformas sociais e políticas que, nos anos 1960, poderiam permitir a emergência de uma democracia politicamente menos formal e socialmente mais igualitária para os trabalhadores, setores médios e classes populares.

De forma sintética: o golpe civil-militar impediu a ampliação da democracia política e a realização da "revolução dentro da ordem" configurada pelas reformas sociais e econômicas.

Ou seja, a ampliação da democracia política, nos anos 1960, significava: a extensão do voto aos analfabetos e aos subalternos das Forças Armadas, a irrestrita liberdade partidária, a ampliação da liberdade de organização sindical, a revogação da lei de Segurança Nacional, a eliminação de dispositivos jurídicos que afetavam as atividades das mulheres, o fim das discriminações religiosas e raciais etc.

De outro lado, por meio das reformas de base em profundidade buscava-se alcançar um desenvolvimento econômico menos dependente, um capitalismo nacional mais autônomo, uma Nação mais soberana e uma democracia social, semelhante às de países do capitalismo avançado; numa palavra, uma espécie de Estado de bem-estar

que ampliaria os direitos sociais e políticos dos trabalhadores no campo e nas zonas urbanas.

REFERÊNCIAS

AGGIO, A. et al. **Política e sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.

DELGADO, L.; FERREIRA, J. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, J. **O comício revisto**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004a. (Nossa História, n.5).

______. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n.47, p.181-212, 2004b.

FIGUEIREDO, A. Democracia e reformas: uma conciliação frustrada. In: TOLEDO, C. N. **1964:** o golpe contra as reformas e a democracia. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. p.47-54.

______. **Democracia ou reformas?** alternativas democráticas à crise política de 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREITAS, J. de. Jango em Brasília. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 nov. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/138937-jango-em-brasilia.shtml>. Acesso em: 11 jan. 2014.

KONDER, L. **"Vaca fardada", margem esquerda**: estudos marxistas. São Paulo: Boitempo, 2004.

RODRIGUES, L. M. Março de 64–40 anos esta noite. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2004. Caderno especial.

TOLEDO, C. N. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? **Crítica Marxista**, São Paulo, n.1, p.27-38, 1995. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo285CM_1.3.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2014.

VIANNA, M. A. G. 40 anos depois. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 abr. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2204200410.htm>. Acesso em: 13 out. 2011.

VILLA, M. Presidente quis forçar reformar, diz historiador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 mar. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1303200421.htm>. Acesso em: 13 out. 2011.

Crise política e derrota da democracia

José Antonio SEGATTO

O movimento político-militar que desfechou o golpe de Estado que, por sua vez destituiu o governo democrático constitucional da República, em abril de 1964, e seus desdobramentos históricos (regime de exceção instituído sob a forma de ditadura), já foi objeto de incontáveis análises e estudos, apreciações e julgamentos – tendo sido publicado um número incalculável de artigos, teses, livros, além de reportagens e entrevistas, memórias e depoimentos. No intento de explicá-lo, justificá-lo ou desaprová-lo, produziu-se um considerável e diversificado acervo bibliográfico e documental, tanto de natureza científica e/ou acadêmica, política e/ou ideológica, quanto jornalística e memorialística. Bastante heterogêneo nos fundamentos, entendimentos e concepções que o informam, é composto de explicações as mais discrepantes e dessemelhantes possíveis. As muitas avaliações e interpretações, não obstante fornecerem, muitas vezes, elementos e subsídios fundamentais e constituírem-se em contribuições necessárias e relevantes para a compreensão daquele momento crucial, não esgotaram totalmente o problema histórico-político do golpe de 1964. Hoje, meio século passado, é necessário não só rever determinadas interpretações, como fazer uma profunda reflexão sobre esse momento crucial da história brasileira – o pretérito insiste em continuar atormentando e mesmo cerceando atores e agentes sociopolíticos no presente –, retificando concepções e intervenções estabelecidas e autenticadas.

Experimento democrático

O curto período do governo João Goulart – cerca de dois anos e meio –, com todos os problemas e atribulações, representou um dos raros momentos autenticamente democráticos na história de uma República excludente e autoritária. Nele confluíram e encontraram condições propícias para desabrochar vários movimentos e organizações, reivindicações e lutas, que vinham se desenvolvendo desde o início dos anos cinquenta e que se achavam, de alguma forma, constringidos. Durante o governo Jango houve, indubitavelmente, o alargamento das liberdades, a expansão dos direitos de cidadania, o encorpamento e a autonomização, ainda que relativa, da sociedade civil.

Desde meados da década de 1950, vinha ocorrendo um aumento da capacidade mobilizatória do sindicalismo urbano: renovaram-se diretorias de sindicatos, federações e confederações; foram organizadas diversas entidades de trabalhadores, inclusive uma central sindical (CGT), esboçando a criação de uma estrutura organizativa horizontal, em detrimento da estrutura oficial, de perfil vertical; as lutas (greves, mobilizações) alcançaram uma razoável expansão e, além das reivindicações econômicas e corporativas, agregaram-se outras mais amplas, como as reformas de base. Esse sindicalismo passou a se apoderar e penetrar nas agências estatais e paraestatais e também a influir no aparato governamental, criando, inclusive, uma situação anômala, na medida em que subvertem as finalidades (de controle e subjugação) para as quais havia sido criado.

Um elemento novo nesse quadro é a emergência dos trabalhadores rurais no cenário sociopolítico nacional. As associações, ligas e uniões, que se formaram na década de 1950, transformaram-se em sindicatos no início dos anos sessenta e foram reconhecidos a partir de 1962. Esse fato impulsionou a luta pela reforma agrária e pela conquista de direitos sociais. Em 1963, é promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo aos trabalhadores do campo os direitos trabalhistas já conquistados pelos trabalhadores urbanos. Esse desenvolvimento organizativo e mobilizador foi momento singular de extensão da cidadania ao trabalhador rural,

historicamente excluído e subjugado pelo patronato e pelas relações clientelistas.

Concomitantemente, ocorreu uma ampliação muito grande das organizações e mobilizações estudantis, de profissionais liberais (médicos, advogados, jornalistas), bem como o estímulo politizante da vida artística, intelectual e de outros setores da sociedade civil (como a Igreja Católica). Isso tudo permitiu que se colocasse na ordem do dia um conjunto de exigências no sentido de promoverem-se reformas estruturais e mudanças mais profundas que pressupunham a ampliação da democracia e o alargamento dos direitos de cidadania. O avanço organizativo, politizante e mobilizador, foi favorecido naqueles anos pela vigência de determinadas liberdades democráticas e pela forma como se compôs o poder estatal.

Em consonância com esse processo, desencadeou-se uma ampla mobilização pelas reformas de base (agrária, urbana, tributária e fiscal, universitária, bancária etc.); foram aprovadas e/ou promulgadas as leis de Remessas de Lucros, de Diretrizes e Bases da Educação, a que instituiu o 13º salário; foi conquistado o direito de sindicalização e sancionado o ETR, entre outras medidas e direitos.

A irrupção dos trabalhadores urbanos e rurais, de estudantes e intelectuais no cenário sociopolítico é um elemento notável na renovação de organizações e instituições (sindicatos, partidos de esquerda, Igreja Católica, universidades, Forças Armadas, judiciário, Itamarati e várias outras), na recomposição de forças sociopolíticas, nas coligações eleitorais e nos compromissos partidários. Esse realinhamento implicou a realocação de alianças partidárias e a readequação de interesses e posições, despertando antagonismos e dissensões. Exemplar disso foi o crescimento eleitoral significativo do PTB, sobretudo da esquerda trabalhista nas eleições de 1962, o crescimento e inserção do PCB e o surgimento de uma esquerda católica. A tradicional aliança PTB/PSD, que havia servido de base de apoio a diversos governos após 1945, foi sendo esgarçada, com sérias implicações para a estabilidade política do governo Goulart, introduzindo mesmo elementos perturbadores no processo político.

Confrontações e impasses

O governo de João Goulart, do início ao fim, da posse à destituição - assolado por constantes crises de poder e institucionais, associadas à adversidades econômico-financeiras (inflação alta, crescimento baixo, carência de investimentos e ameaça de recessão) - viveu o tempo todo num equilíbrio instável, caminhando no "fio da navalha".

Não é demais lembrar que Jango assumira a presidência numa situação extraordinária, fruto de um fato imprevisto: a renúncia intempestiva de Jânio Quadros da presidência da República em agosto de 1961, com somente sete meses no cargo. Goulart, eleito vice em chapa diversa, era o sucessor imediato. Os ministros militares das três forças, no entanto, instados por setores antidemocráticos das classes dominantes, resolveram vetar, arbitrariamente, sua posse, alegando que ele era não só um demagogo populista, mas um adversário da ordem. Isso, aliás, não era novidade; situação análoga já havia ocorrido em 1954 (tentativa de deposição e suicídio de Vargas) e 1955 (veto à posse de Juscelino Kubitschek). Goulart só assumiria depois de uma grave crise política, ameaça de guerra civil e uma grande mobilização em defesa da legalidade e, mesmo assim, por meio de uma solução de compromisso com a reforma da Constituição e o estabelecimento de um parlamentarismo de ocasião.

O parlamentarismo, eventual e de curta vigência (setembro de 1961 a janeiro de 1963), foi deveras tumultuado, marcado por constantes trocas de gabinetes – em apenas 16 meses ocuparam o cargo de primeiro ministro Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima. Em janeiro de 1963, é realizado um plebiscito sobre o regime de governo e a volta do presidencialismo é vitoriosa por larga margem de votos. Como não interessava praticamente a ninguém, da esquerda à direta, o parlamentarismo foi derrotado na proporção de cinco votos para um. O resultado foi interpretado por setores governamentais e aliados e, em especial, pela esquerda (PCB, Brizola, CGT, UNE etc.), como derrota das forças conservadoras e do imperialismo e, em consequência, como aprovação das reformas de base e a favor de um governo nacionalista e popular.

Na contiguidade do plebiscito, inicia-se no governo a discussão do Plano Trienal. Elaborado pelo ministro do Planejamento (Celso Furtado) com a colaboração do da Fazenda (San Tiago Dantas), continha, ao mesmo tempo, uma política de estabilização e um projeto de desenvolvimento e modernização, visando enfrentar a crise econômica e o aumento da inflação, juntamente com a retomada das taxas de crescimento. "A racionalidade econômica e política proposta – às vezes apenas implícita – é o máximo jamais alcançado no empenho para a implantação definitiva do sistema capitalista de produção no país." (IANNI, 1965, p.24).

Porém, não era essa a avaliação que, tanto aliados como oposição, fariam do Plano. À esquerda é acusado de "[...] jogar nas costas do povo o ônus da resolução da crise [...]" e manter "[...] os interesses e privilégio do capital estrangeiro, dos latifundiários e da burguesia." (PRESTES, 1963, p.4). E à direita, as críticas iam no sentido de acusá-lo de nacionalista e estatista. Combatido por forças as mais diversas e não implementado à risca pelo próprio governo, o Plano não lograria sucesso, o que implicou a agudização da crise.

Associado às dificuldades econômicas, o governo se debateu com constantes transtornos políticos: seguidas trocas de ministros, pressão pró e contra as reformas, embaraços no Congresso, aumento das greves e reivindicações, em especial nos serviços públicos, oposição tanto da esquerda como de liberais e conservadores etc. No conjunto, esses problemas – que foram sendo aguçados no decorrer do segundo semestre de 1963 e primeiros meses de 1964 – criaram um clima de confrontação irreversível e levaram ao enfraquecimento ou mesmo isolamento do governo.

O governo Jango, acossado pela direita e pela esquerda, viveria o tempo todo na "corda bamba", sob dois fogos. De um lado, setores dominantes, no mais das vezes conservadores e de direita, aglutinados num complexo de organizações – composto, entre outros, pelos Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Ação Democrática Parlamentar (ADP), Escola Superior de Guerra (ESG), sindicatos e federações de trabalhadores e patronais, Igreja Católica (setores majoritários), imprensa, embaixada e outras representações norte-americanas – bra-

davam acusações de incompetência, corrupção, desordem, subversão, anarquia, populismo, exasperando a histeria anticomunista, enraizada no imaginário militar, desde 1935, e nas camadas médias e superiores, radicalizada nos anos sessenta pela guerra fria. Procuravam bloquear qualquer tipo de reforma e/ou de mudança socioeconômica que afetasse seus interesses e negócios, além de empenharem-se em obstaculizar a ampliação dos direitos de cidadania. Passam a usar todos os meios, lícitos ou ilícitos, para desestabilizar o governo.

A mobilização e a ação política da oposição conservadora foi em muito facilitada pela eleição de Carlos Lacerda (Guanabara) e Magalhães Pinto (Minas Gerais) em 1960 e de Adhemar de Barros (São Paulo), Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul), Lomanto Jr. (Bahia) em 1962, para governadores; Lacerda, Adhemar e Magalhães Pinto desempenhariam papel ativo nas articulações golpistas e desestabilizadoras contra o governo Goulart.

Já a esquerda, constituída de grupos e vertentes bastante heterogêneas – "Grupo Compacto" do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Comunista Brasileiro – PCB, Frente de Mobilização Popular (FMP), Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), União Nacional de Estudantes (UNE), Ligas Camponesas etc. – manifesta ou oficialmente situacionista, em muitas ocasiões e episódios, comportou-se como oposição; é o caso de seguidores de Leonel Brizola, como, por exemplo, setores da baixa oficialidade militar (cabos e sargentos). Esforçaram-se, insistentemente, em empurrar o governo para a tomada de medidas e posições cada vez mais radicais. Defendeu as reformas de base, "na lei ou na marra" (caso da reforma agrária), acompanhadas de medidas de caráter nacionalista e estatizante. As reformas – dados os obstáculos institucionais – poderiam ter uma solução extralegal: realizá-las a revelia do Congresso, por um governo nacionalista, forte e resoluto.

Diante dos impasses legais para a aprovação das reformas pelo Congresso – caracterizado como conservador e reacionário – começou-se a gestar na esquerda (comunistas, trabalhistas e outros) a hipótese de realizá-las via Executivo com poderes excepcionais, como único meio possível. Brizola (1964, p.8), em discurso no comício de 13 de março de 1964 na Central do Brasil, propôs mesmo a dissolu-

ção do Congresso e a convocação de um plebiscito a fim de instalar uma Assembleia Constituinte para mudar a Constituição e "[...] permitir a formação de um Congresso popular, onde se encontrem trabalhadores, camponeses, sargentos e oficiais nacionalistas."

Fazer ou impor as "reformas de base" por esses meios, apesar e "por cima" das instituições e das normas constitucionais, requereria um poder Executivo com forças suficientes para tal empreendimento. O grande trunfo seria o "dispositivo militar" de Jango, capaz não só de barrar qualquer reação ou tentativa golpista da direita, mas por meio de uma ação enérgica, com apoio das massas e respaldado pelo "V Exército" (CGT, PUA, Contag, FMP, UNE e outros), desencadear o processo de reforma.

Combatido ferozmente pela direita e pressionado severamente pela esquerda, o governo foi sendo desgastado, caminhando inexoravelmente para o isolamento, o que engendrou uma crise difícil de ser equacionada. E, para agravar o quadro, além da escalada crescente de greves nos serviços públicos, um movimento de insubordinação promovido por setores do baixo escalão das Forças Armadas (revolta dos sargentos em Brasília em setembro de 1963; revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro em março de 1964), provocou a reação da oficialidade militar contra a quebra da disciplina e da legalidade. Esses dois episódios revelaram a fragilidade do governo e mostraram a face golpista e perigosa de determinadas vertentes nacionalistas e de esquerda, bem como seu total desrespeito à legalidade democrática. Com isso, a grande maioria da oficialidade, legalista e defensora da ordem constitucional, foi sendo impelida para a direita, que, ardilosamente, apropriou-se das bandeiras da legalidade institucional e da defesa da hierarquia militar.

Uma iniciativa no sentido de superar a crise de poder instaurada é apresentada em fins de 1963 e discutida nos primeiros meses de 1964 por San Tiago Dantas – importante liderança do PTB e com trânsito em outros partidos e organizações – propondo a articulação de uma Frente Progressista. O projeto envolvia a constituição de uma aliança de centro-esquerda, que ia do PSD ao PCB, para dar sustentação ao governo e superar a crise de poder. Visava desbloquear o entendimento em torno das reformas e mudanças políticas,

colocava a possibilidade de um governo de coalizão, tendo por base uma "esquerda positiva". A proposta, no entanto, não encontrou receptividade – além das desconfianças no próprio governo e no PTB, é vista com muitos senões pelo PCB e recebe a oposição de Brizola e da FMP.

Reação conservadora e revés da democracia

Frustradas as iniciativas de San Tiago Dantas de costura de um acordo que criasse um consenso mínimo de reformas com democracia, o governo Jango é empurrado para a esquerda encampando propostas imprudentes. Seu *staff* político passa a aventar várias possibilidades que iam do continuísmo ao golpe, da imposição de reformas por decreto à convocação de um plebiscito. Em março, acordado com o movimento sindical por meio do CGT, decidem-se realizar vários comícios em pontos estratégicos do país. Seu objetivo era dar uma demonstração de força para o Congresso, para a opinião pública e para a oposição.

O primeiro (e o único) deles foi realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de março, uma sexta-feira, em frente à Central do Brasil. Com um grande público (estimado entre 150 e 200 mil presentes), os líderes políticos, sindicais e estudantis revezavam-se no palanque com uma retórica altissonante e um tom ameaçador (contra os golpistas e reacionários, o imperialismo e o latifúndio, os conciliadores e vacilantes); uma grande quantidade de cartazes e faixas expunham palavras de ordem destemidas: "reformas na lei ou na marra", "forca para os gorilas", "reeleição de Jango", "legalidade para PCB" etc. Ao fim, Jango anunciou um decreto referente à reforma agrária e outro sobre a encampação de refinarias particulares e falou da necessidade de revisão da Constituição para poder fazer as reformas.

Menos de uma semana após o comício (19/03), em São Paulo, a reação conservadora revida com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada pelo governo estadual, pela Igreja Católica, por entidades empresariais etc e com o dobro de participantes, segundo a imprensa. Suas palavras de ordem foram a defesa da democracia,

da Constituição, da propriedade, da religião e contra o comunismo. A partir da marcha, a direita capturou de vez o lema da legalidade democrática e com isso "[...] ampliou sua margem de ação e atraiu amplo apoio da opinião pública." (FIGUEIREDO, 1997, p.52).

Na medida em que a direita exagerava propositalmente a força da esquerda e o perigo do comunismo ou de uma "República Sindicalista" – para criar um clima de terror e intimidar a classe dominante, as camadas médias, os católicos e outros setores –, a esquerda não só acreditou como passou a autossuperestimar seu poderio. Sua retórica tornava-se cada vez mais radical e estridente – criou-se, de fato, uma ilusão fantasiosa de que o país viveria uma situação revolucionária; era necessário agir e com rapidez para se chegar a seu desenlace, e quem sabe ao dia do juízo final. "Criava-se uma bola de neve radicalizante que se afastava cada vez mais da realidade. Sobrestimando a própria força e subestimando a do inimigo, o presidente e as esquerdas se empenharam numa corrida para o abismo." (CARVALHO, 2005, p.125).

Nos círculos do poder e entre os aliados, acreditava-se que o governo estava protegido pelo "dispositivo militar" montado por Jango e respaldado pelo "V Exército" – eram fortalezas inexpugnáveis que seriam capazes de debelar qualquer tentativa golpista e "cortaria a cabeça" de quem ousasse insurgir-se contra o governo. L. C. Prestes chegou mesmo a afirmar, em março de 1964, que não havia condições propícias para um golpe de direita, mas se fosse tentado, "[...] os golpistas teriam as cabeças cortadas" (apud GORENDER, 1987, p.64). E não faltavam bravatas – Francisco Julião, deputado pelo PSB e líder das Ligas Camponesas, no dia 31 de março, fez um discurso na tribuna da Câmara dos Deputados em Brasília, prometendo ser mais assíduo no Congresso, pois não havia comparecido no ano anterior (1963) porque estivera ocupado no Nordeste em organizar as ligas; e advertia: "[...] Se amanhã alguém tentar levantar os gorilas contra a Nação, já podemos dispor – por isso ficamos no Nordeste o ano todo – de quinhentos mil camponeses para responder aos gorilas." (apud CARVALHO, 1979, p.179). Leonel Brizola, por seu turno, além da retórica agressiva e ameaçadora, lançava-se à tarefa

de organizar os "grupos dos onze" – caracterizados pelos adversários como milícias – para engrossar as fileiras do "V Exército".

O desenlace final e que serviu de mote para os golpistas foi o discurso imprudente de Jango, na noite de 30 de março, em solenidade promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, interrogando a disciplina e o respeito à ordem constitucional. De certa forma, o discurso revela o fato de que o presidente, ciente do isolamento e do colapso iminente, tentou ainda uma última cartada usando o artifício do blefe.

Na sequência, é desfechado o golpe de Estado, tendo à frente militares, respaldados por uma ampla composição de forças sociopolíticas.

> No instante em que eclodiu o movimento militar pela derrubada do governo, o povo encontrou-se desarmado politicamente para enfrentar os golpistas. [...] as forças populares viram-se diante de um fato que não estava previsto em seus cálculos, ficando hemiplégicas ao anunciar-se o movimento militar nas Alterosas [...]. Toda a tática dos concorrentes progressistas e do próprio governo Goulart encontrava-se apoiada numa base falsa: *não havia uma justa análise da correlação de forças e do desenrolar do processo*. (TAVARES, 1966, p.33, grifo do autor).

Democracia sustada

O movimento político-militar triunfante que suspendeu, indefinidamente, o ainda incipiente processo de renovação democrática expressou, de fato, o desenlace da polarização de forças – acirrada continuamente no início dos anos sessenta – envolvendo duas alternativas de projetos sociopolíticos muito diversos.

A primeira, vitoriosa – implicando, em grande medida, na continuidade de um processo histórico excludente e antidemocrático, opressor e iníquo que marcou o país desde a fundação do Estado Nacional no século XIX e que persistiu na República de 1889/1930-37 – procurava readequar o poder estatal aos padrões de desenvolvi-

mento capitalista implantado nos anos trinta, reelaborado e potencializado com o Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek; vinha sendo incubado na ESG desde sua fundação em 1949, norteado pela doutrina de segurança nacional – forjada nos Estados Unidos no pós-guerra – e, no início dos anos sessenta, também no IPES/IBAD.

Já a segunda, abortada, tinha o intuito de reversão daquele processo histórico, criando pressupostos e/ou condições que possibilitassem a redenção sociopolítica das classes e camadas sociais subalternas, a democratização do Estado e suas relações com a sociedade civil, a expansão dos direitos de cidadania, o estabelecimento de um capitalismo nacional e autônomo com forte direcionamento estatal, por meio de uma série de reformas e transformações – vinha sendo gestada em várias instituições, como a CEPAL, o ISEB, o PCB e outras.

Um dos fatores básicos para o desenlace a favor da primeira alternativa é necessário que se diga, é que nenhum dos agentes responsáveis por elas tinham compromissos com a democracia, a não ser retóricos e/ou como profissão de fé. A solução golpista e autoritária estava posta pelos dois lados que se polarizavam. Os vencedores vinham todos, com raras exceções, de uma tradição golpista e antidemocrática, mesmo aqueles alegadamente liberais. Os derrotados, por seu lado, que congregavam desde positivistas e trabalhistas, liberais e cristãos de esquerda, até comunistas e socialistas – diante das dificuldades de impor suas propostas – acabaram seduzidos por recursos extralegais e de menosprezo pelos procedimentos democráticos ou ainda pelo resgate de heranças pretéritas como tradição golpista tenentista: um nacionalismo de extração autoritária. O que constitui um paradoxo, pois ambos tinham, em suas palavras de ordem ou *slogans,* a defesa da legalidade e da democracia.

De qualquer forma, "[...] tornou-se impossível a construção de um compromisso que combinasse democracia com reformas." (FIGUEIREDO, 1993, p.187) – de fato "[...] a convicção democrática era tênue tanto na esquerda como no centro e na direita. Nossos liberais não hesitavam em recorrer às Forças Armadas para derrubar

o governo. Nossa esquerda não valorizava os métodos democráticos para promover a reforma social." (CARVALHO, 2005, p.126).

Naquele momento histórico singular, o governo e seus aliados, como responsáveis pela moldura daquele quadro e agentes fundamentais do cenário sociopolítico, com seu poder e influência, tinham, sem dúvida, capacidade e margens de manobra para redirecionar o curso do processo – a derrota não era inevitável. O problema é que, em vez de optarem por conquistas parciais e progressivas e pela construção da hegemonia – com elementos ainda muito embrionários – deixaram-se cair na tentação de uma solução rápida e fácil, acatando e/ou resgatando velhas concepções e práticas golpistas, tradicionais na vida brasileira. Não é mero acaso que o Executivo e seus aliados à esquerda serão responsáveis pelo bloqueio a qualquer saída – que quebrasse a polarização extrema e oferecesse espaços de negociação em busca de soluções para a crise – suportável ou possível nos marcos do regime constitucional (como propôs San Tiago Dantas).

As forças políticas vitoriosas por meio do movimento político-militar trataram, desde a primeira hora, de mostrar a que vinham: sustaram a democracia e desencadearam uma verdadeira razia política (suspensão de direitos políticos, cassação de mandatos, intervenção em sindicatos e outras organizações, invasão e depredação das sedes da UNE e do ISEB, inquéritos policiais-militares, perseguições, prisões, assassinatos, tortura etc). O regime ditatorial, sob o invólucro militar, procurou legitimar-se autoproclamando-se "revolução" – apresentou-se como ruptura, como algo novo; no entanto, o que fez foi reatualizar elementos pretéritos, modificados com novos componentes. Seu lema, "Segurança e desenvolvimento", nada mais era do que "[...] a última metamorfose de ordem e progresso" (IANNI, 1981, p.201). Há ainda aqueles que apontam similitudes entre a ditadura instaurada em 1964 e a ditadura estado-novista de 1937, uma atualizando a outra. Ou seja:

> [...] 1964 teria vindo como que para confirmar 1937, não apenas pelo registro coercitivo de suas instituições – o corporativismo sindical do Estado Novo foi legitimado pelo regime

> militar, em que pese a publicística ortodoxamente liberal da época de arregimentação de forças pré-golpe –, mas sobretudo pela concepção de que os fins da aceleração econômica deveriam prevalecer na ação dos aparelhos do Estado. Os dois momentos fariam parte do processo de longa duração da modernização conservadora brasileira, em que as elites políticas se sobreporiam às elites econômicas, e promoveriam a compatibilização entre os interesses modernos da indústria e do *ethos* do industrialismo com as oligarquias agrárias tradicionais, num contexto institucional de controles sociais repressivos sobre as classes subalternas. (VIANNA, 1994, p.7).

O regime ditatorial foi, na realidade, manifestação “extrema e radicalizada”, da “tendência dominante na história brasileira”, a do “caráter elitista e autoritário” que assinalou o processo de estabelecimento da formação social brasileira, “mesmo em breves períodos democráticos” (COUTINHO, 1980).

Ditadura e democracia na práxis da esquerda

Nos anos imediatamente posteriores ao golpe de Estado – desfechado em abril de 1964 por um movimento político-militar, que depôs o governo constitucional e instaurou um regime de exceção sob a forma de ditadura civil-militar – desencadeou-se no seio da esquerda e do PCB, em particular, uma acirrada luta político-ideológica. Seria polarizada, principalmente, em torno das avaliações das causas da derrocada de 1º de abril, do papel desempenhado por determinados atores e protagonistas no processo político que antecedeu o golpe. Das análises e julgamentos decorreriam as elaborações das diretrizes e das ações da esquerda na resistência e na luta contra a ditadura: frente democrática ou luta armada, democracia ou ditadura do proletariado (ou ainda governo de libertação nacional). Seriam também a matriz básica na reorganização da esquerda e na reordenação do movimento sindical no final dos anos 70 e início da década de 1980.

Situado nesses termos, o exame das concepções e intervenções sociopolíticas das forças de esquerda (comunistas e socialistas, traba-

lhistas e cristãos de esquerda e outras de menor relevância) naquele período não se resume a apenas reinterpretar a conjuntura pregressa – o passado constitui-se, neste caso, num elemento modelador de projetos e práticas presentes; ou seja, persiste como "história viva" e não simplesmente como um "pretérito morto". É manifesta a tese segundo a qual toda a interpretação do passado incide, direta ou indiretamente, em maior ou menor grau, na práxis dos autores e atores na construção da história. Não é fortuito que os embates políticos-ideológicos envolvendo a resistência democrática e os projetos que engendraram e conduziram à superação do estado de exceção e a conquista do estado de direito democrático, ou como agiram e se portaram na condução da transição democrática continuam ativados. Nesse sentido é que a derrota de 1964 e seus desdobramentos devem ser pensados como um problema histórico-político. Não por acaso, meio século passado, aquela experiência histórica continua assombrando e condicionando a intervenção dos agentes e protagonistas no tempo presente.

Consumada a deposição do governo Jango e a derrota das forças sociopolíticas que lhe davam sustentação, ou não, tem início, entre os vencidos, a discussão e as tentativas de entender o que havia acontecido. Quais eram as causas da debacle? Por que foi tão rápida, avassaladora e ultrajante? As avaliações e/ou julgamentos tenderam a polarizar-se, apesar da heterogeneidade de pontos de vista, principalmente, em dois extremos.

De um lado colocar-se-iam vários grupos de dirigentes e militantes do PCB e de outras forças de esquerda (POLOP, AP, PC do B, brizolistas etc.). Suas avaliações da derrota, não obstante as diferenças, tinham vários pontos em comum e baseavam-se na constatação de que a derrocada teria sido fruto: a) da tibieza e da política de conciliação do governo Jango com a reação conservadora, especialmente, com o latifúndio e o imperialismo; b) da inexistência de um dispositivo militar eficaz que pudesse barrar os militares golpistas e realizar um contra golpe preventivo; c) dos erros de direita do PCB, do seu reboquismo em relação à burguesia nacional, da sua política de conciliação de classes, de sua passividade e imobilismo, de seu eleitoralismo e do "cretinismo parlamentar", do reformismo

de seu projeto, do seu pacifismo ou da absolutização do caminho pacífico e da não pregação da resistência militar para o enfrentamento armado ao golpe. Uma ilustração sintética dessas avaliações está nas análises de dois intelectuais protagonistas da época – um, dirigente do PCB na época, afirma que "[...] nos primeiros meses de 1964 esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter revolucionário preventivo [...]" (GORENDER, 1987, p.67) atribuindo seu sucesso "[...] ao pacifismo e ao reboquismo pró-burguesia do PCB." (GORENDER, 1987, p.87); outro, da POLOP, quase no mesmo diapasão, julga que o "[...] comportamento da maioria da esquerda, sobretudo do PCB, com sua teoria da revolução pacífica e seu 'cretinismo' parlamentar, tiveram o mesmo efeito, desarmamento das massas." (MARINI, 1968, p.47). Observe-se que ambos, apesar das concepções teórico-políticas diversas, aproximavam-se em seus entendimentos e conjecturas: consideram que na conjuntura que precedeu o golpe havia sido criada uma situação pré-revolucionária, mas o "pacifismo e o reformismo" do PCB haviam desarmado e imobilizado a ação das massas. O PCB teria sido, assim, o grande vilão ou, no mínimo, culpado, pois teria responsabilidades não só por não ter resistido ao golpe de Estado, mas também, e fundamentalmente, por não ter desencadeado a revolução.

Outra análise crítica da política e da prática do PCB e que teria repercussão na luta político-ideológica da esquerda nestes anos seria feita por Caio Prado Jr. (1966), que contesta tanto as interpretações pecebistas sobre a realidade histórica brasileira, como dogmatismo de seu projeto e suas concepções políticas e teóricas: a compreensão do Brasil a partir de um modelo pré-determinado (do VI Congresso da Internacional Comunista de 1928) e do projeto político dele derivado – predominância de relações sociais pré-capitalistas (feudais ou semisservis) no campo, o papel progressista da burguesia nacional na etapa da revolução anti-imperialista e antifeudal.

Além dessas, outras explicações corroborariam aqueles juízos críticos já expostos, elaborados nos meios universitários. Delas, a que mais incidiu na luta polítco-ideológica foi a que ficou conhe-

cida como "teoria do populismo" (WEFFORT, 1978; IANNI, 1968). Segundo seus autores, o regime ou Estado populista (1930-1964), tendo como base a colaboração de classes, buscava sua legitimidade nas massas urbanas como ponto de apoio para seu projeto. Para isso, era obrigado a se abrir à participação popular. Mas, ao mesmo tempo em que abria espaços à participação das massas e satisfazia algumas das suas aspirações, procurava controlá-las e manipulá-las, impedindo, assim, sua organização e intervenção autônoma e independente. As esquerdas e o PCB, em particular, com seu projeto nacional-reformista, ao aliarem-se ao populismo contaminaram-se pela "política de massas" (abandonando ou secundarizando o projeto classista), contribuindo, sobremaneira, para obscurecer a consciência social dos trabalhadores e para neutralizar seu potencial revolucionário. A teoria do populismo tornou-se moeda corrente nos anos 70, influenciando grande parte das análises (acadêmicas e políticas) e projetos das mais variadas forças de esquerda no Brasil.

Pelo exposto, é plausível asseverar que tanto as análises histórico-teóricas, como as político-ideológicas sobre as causas do golpe tiveram enfoque acentuadamente crítico ou mesmo acusatório aos supostos agentes e/ou protagonistas responsáveis pela derrota política: governo Goulart, PTB, PCB, CGT, UNE, FMP etc. – foram mesmo colocados no banco dos réus, julgados e condenados à revelia por não terem realizado as tarefas sócio políticas e a missão revolucionária ou reformista a elas imputadas.

No campo da esquerda, em posição oposta, as avaliações que contestavam aquelas ficaram quase que restritas a dirigentes e intelectuais pecebistas. Esses constataram que, em realidade, tanto o PCB como os demais aliados do governo havia cometido desvios de esquerda. Os equívocos perpetrados e que levaram à derrota derivaram: a) da má apreciação da correlação de forças e à subestimação da capacidade de reação das classes dominantes e de instituições estatais e civis; b) da precipitação do confronto, do desprezo pela legalidade democrática, da pressa pequeno-burguesa que via a vitória como fácil e imediata; c) do golpismo, do baluartismo e do subjetivismo – fatos que, em

seu conjunto, levaram ao abandono da linha política e contribuíram para a derrota.

Numa primeira avaliação realizada pelo Comitê Central do PCB, em maio de 1965, reconheceu-se que eram falsos os créditos no "dispositivo militar" do governo Goulart. "Também falsa era a perspectiva que então apresentávamos ao Partido e às massas de uma vitória fácil e imediata." Constatou que a "[...] oposição ao governo adquiria o sentido de luta contra o governo entreguista, com o objetivo principal de desmascará-lo perante as massas." (BRASIL, 1965). Admitiu ter "[...] contribuído para a radicalização do processo e enveredado por um caminho sectário e golpista." (VINHAS, 1982, p.237).

As divergências iriam se acirrar e atingir seu ponto de maior tensão na *Tribuna de Debates* ao serem discutidas as *Teses do VI Congresso do PCB* – publicadas no periódico de circulação clandestina, *Voz Operária* – nos últimos meses de 1966 e início de 1967. Dela derivariam duas posições e projetos políticos distintos:

a. os que constatavam que os "erros" haviam sido de esquerda, ou seja, a maioria do Comitê Central do PCB, os quais vencem o VI Congresso e aprovam uma proposta de luta contra a ditadura baseada numa política de frente democrática, que visava unir num amplo arco de alianças todos os que se opunham ao regime ditatorial e que tinham interesses na (re)conquista das liberdades democráticas. Sua plataforma centrava-se na luta por eleições diretas em todos os níveis; pela anistia aos cassados, condenados e presos políticos; pela convocação de uma Assembleia Constituinte; pela liberdade de expressão e organização; pela mudança do modelo econômico etc. A frente democrática deveria ter como instrumento aglutinador o partido de oposição legal, o Movimento Democrático Brasileiro, MDB. No movimento sindical mantém-se sua antiga prática de unidade sindical, agindo dentro da estrutura oficial, apesar de todas as suas limitações; visando renovar suas direções – sob intervenção – ou mesmo fazer com que direções resignadas ou mesmo

"pelegas" assumissem postura de defesa dos interesses dos trabalhadores e contra a política salarial e econômica da ditadura;

b. já os que pensavam a política pecebista como tendo sido de direita abandonam ou são excluídos das fileiras do PCB e irão organizar diversos partidos, movimentos ou grupos: Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), além de outros. Não obstante terem projetos políticos e práticas diversas, tinham em comum a convicção de que a ditadura só seria derrotada pela violência: "focos guerrilheiros", "guerra popular", "guerra de libertação nacional" ou outras formas de ação insurrecional. Absolutizando a luta armada, desprezava totalmente as eleições (pregando o voto nulo) e a participação nas instituições, como o parlamento. Não só se opõem, em sua maioria, mas negam-se a participar da estrutura sindical oficial (considerada atrelada, autoritária, burocrática, manipuladora, instrumento da ditadura), optando pelo paralelismo e pelas chamadas "oposições sindicais" – quando participam, iriam atuar nos que reconheciam como "sindicatos combativos" (FREDERICO, 1987).

Concomitante às dissidências do PCB, reproduzem-se dezenas de siglas revolucionárias e/ou extremistas (marxistas-leninistas, maoístas, guevaristas, trotskistas etc.), a maioria delas minúsculas e muitas com espírito de seita, contendo, inclusive, certa dose de messianismo ou fanatismo. Além de fortemente influenciadas pela cultura política terceiro-internacionalista, pelas formulações do Partido Comunista Cubano e pelo Partido Comunista Chinês, pelos movimentos de libertação nacional (Vietnã, África, America Latina), pela teologia da libertação, incorporaram também elementos de teorias em voga na época, elaboradas por intelectuais europeus, norte-americanos e de outras regiões, como H. Marcuse, L. Althusser, F. Fanon, R. Debray, A. Gunder Frank, J.-P. Sartre, P. Baran etc. Muitas delas

seriam impelidas ou animadas pela OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade, fundada e controlada pelo governo cubano em 1967.[1]

Enquanto o PCB procurava caminhar – apesar de todos os tropeços – no sentido de elaborar e praticar uma política para a democracia, que pressupunha a construção da hegemonia, seus dissidentes e outros grupos esquerdistas seguiram o caminho inverso, negligenciando-a ou mesmo negando-a. Muitos estavam convictos que no Brasil e na América Latina capitalismo e democracia eram incompatíveis. Consideravam que havia uma catástrofe iminente e a estratégia insurrecional – seja por meio de focos guerrilheiros, guerra popular prolongada ou por outras ações armadas – levaria, inevitavelmente, à instalação do governo de libertação nacional e/ou à ditadura do proletariado. O voluntarismo militarista envolveu ações como "expropriação" de bancos, justiçamentos, atentados, sequestros de embaixadores, entre outras operações e façanhas belicosas.

O foco guerrilheiro seria, para os grupos mais importantes, como ALN, a adaptação do partido leninista à realidade da América Latina: "[...] um pequeno grupo de elite, compacto e disciplinado, devotado de corpo e alma à revolução, como queria Debray, um partido verde-oliva." (REIS FILHO, 1989, p.115). Para a ALN (apud RIDENTI, 1993, p.32), por exemplo, por meio de ações armadas (no caso, focos guerrilheiros), cabia à vanguarda revolucionária expulsar do poder "[...] os grandes capitalistas e latifundiários e substituí-los pelo povo armado, instaurando o governo popular-revolucionário". E para o PCBR (apud RIDENTI, 1993, p.46) a estratégia não seria muito diversa: a tarefa imediata e básica consistiria "[...] em organizar, iniciar, desenvolver e culminar a luta armada, a partir da guerra de guerrilhas."

Opondo-se a essas concepções e práticas, o PCB na *Resolução Política* de seu VI Congresso, em 1967, fez duras críticas ao esquerdismo, ao golpismo e ao vanguardismo desses grupos. L. C. Prestes

---

[1] O governo cubano, sob violenta pressão norte-americana – numa hábil operação política – fundou a OLAS, visando tirar o foco sobre a ilha, incentivando a multiplicação de movimentos guerrilheiros na América Latina.

(apud KONDER, 1980, p.121), no início de 1969, advertiu: “[...] não será somente com atos de repercussão, sem a participação das massas, que se vencerá a ditadura.” Ou seja, não seria com ações espetaculosas e heroicas de pequenas vanguardas que se fariam as transformações sociopolíticas. E vai além: “Para tanto não bastam nem o dinheiro dos bancos, nem as armas arrancadas dos quartéis ou tomadas dos soldados e policiais, nem a libertação de presos e condenados políticos.” (PRESTES apud KONDER, 1980, p.121).

Dessa forma, em contraposição aos apelos, chamamentos e tentações à absolutização da luta armada, ao aventureirismo, ao golpismo e ao esquerdismo, elaborará uma política de frente democrática, visando unir todos os setores sociais interessados na derrota da ditadura e na conquista das liberdades democráticas, objetivando a reorganização institucional e política do país, bem como a renovação democrática, a ampliação dos direitos de cidadania, o revigoramento da sociedade civil e política e a superação das múltiplas desigualdades, da iniquidade e das relações de opressão.

Apesar de todos os percalços e problemas que enfrentou, a linha política definida pelo PCB da luta democrática começou a vingar e foi incorporada por amplos setores da oposição e suas palavras de ordem e bandeiras – anistia, eleições livres e direitas, liberdade de organização e expressão, Constituinte etc. – foram absorvidas, aos poucos, por amplos setores da sociedade civil e política. Mas, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que sua política tornava-se vitoriosa, o PCB entraria num processo de crise aguda, que se tornou terminal – enredado à tragédia do socialismo real derivado da revolução de outubro de 1917 – que o levaria ao perecimento. Por ironia da história, no momento mesmo em que o PCB extinguia-se, aqueles que se constituíram combatendo-o e que o derrotaram na luta político-ideológica – muitos deles remanescentes e/ou herdeiros do esquerdismo militarista – iriam reencarnar vários aspectos do seu projeto e de sua cultura política. Absorveram noções e categorias, definições e análises, práticas e concepções, palavras de ordem e gritos de guerra, antigos do PCB, principalmente aqueles que orientaram os pecebistas nos anos que precederam o golpe de 1964, com a resalva de manterem-se, porém, desconfiados e um certo desapreço

em sua práxis pelos procedimentos e valores democráticos. O que é preocupante, pois, parte significativa deles metamorfosearam-se e tornaram-se os novos donos do poder do país, dirigentes e mandatários da República.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Partido Comunista Brasileiro. Resolução Política do Comitê Central do PCB. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, maio 1965. Suplemento Especial.

BRIZOLA, L. Brizola: constituinte. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, p.8, 14 mar. 1964.

CARVALHO, A. V. Reforma agrária: união e cisão no bloco agrário-industrial. In: ARAÚJO, B. J. (Org.). **Reflexões sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.161-180.

CARVALHO, J. M. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

FIGUEIREDO, A. C. Democracia e reformas: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, C. N. (Org.). **1964**: visões do golpe. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. p.47-54.

FIGUEIREDO, A. C. **Democracia ou reformas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREDERICO, C. **A esquerda e o movimento operário**: 1964-1984. São Paulo: Novos Rumos, 1987. v.1.

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KONDER, L. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

MARINI, R. M. Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo. **Teoria e Prática**, São Paulo, n.3, p.25-52, abr. 1968.

PRESTES, L. C. Entrevista. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, p.3, 01 a 07 fev. 1963.

REIS FILHO, D. A. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

TAVARES, A. Causas da derrocada de 1º de abril de 1964. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n.8, p.11-33, jun. 1966.

VIANNA, L. W. 1964. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.2, p.7-10, jun. 1994.

VINHAS, M. **O partidão**: a luta por um partido de massas: 1922-1974. São Paulo: HUCITEC, 1982.

WEFFORT, F. C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

A universidade e o cinquentenario do golpe civil-militar de abril 1964

Luiz Hildebrando PEREIRA DA SILVA

Sejam minhas primeiras palavras as de agradecimento à Comissão Organizadora deste importante evento pela honra que me fazem ao conceder-me o privilégio de realizar a exposição de abertura do evento.

Sejam, em seguida, minhas palavras seguintes, as de felicitações também à Comissão Organizadora por ter ela programado a realização do Evento em recinto da Universidade Estadual Paulista, e em contato direto com a comunidade acadêmica. Esta localização do Evento, a meu ver, corresponde às responsabilidades e deveres da Academia no terreno da ética, da cultura e da memória histórica nacional. Sem pretender enumerar todas as responsabilidades e deveres nesse sentido, permito-me assinalar aquelas à que sou mais sensível, as de memória histórica que derivam de vários pontos:

A comunidade acadêmica foi, guardadas as devidas proporções, o setor da sociedade brasileira que mais sofreu com a violência repressiva da Ditadura Militar, não apenas como vítima da tortura, assassinato e desencaminhamento profissional de seus jovens estudantes, em particular os que optaram pela via armada para o combate à ditadura - como pela demissão, expulsão e perseguição de professores, pesquisadores e outros profissionais das Universidades e Instituições de Pesquisa. As denúncias relativas às violências sofridas vêm se acumulando nos últimos anos, em particular pelo trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional da Verdade com textos ou depoimentos,

listas de nomes de estudantes assassinados ou desaparecidos e referências de acesso às estas informações. Em minha exposição irei abordar, entretanto, principalmente, outro aspecto ligado à repressão: ele é relativo às repercussões do processo repressivo no desenvolvimento das atividades acadêmicas na área de pesquisa e da formação cientifica e mesmo na elaboração do conhecimento. Se tais aspectos são menos dramáticos e degradantes para a memória histórica e a dignidade do país, no que diz respeito aos direitos humanos, eles determinaram, em certas áreas do conhecimento, entretanto, um grande prejuízo ao país, comprometendo diretamente seu desenvolvimento cientifico tecnológico em várias áreas estratégicas e comprometendo seu "status" ético- profissional ao nível internacional. Isto, por sua vez afastou ou anulou projetos ambiciosos de integração de cientistas e técnicos do exterior e o desenvolvimento de colaborações pessoais e institucionais. Esses efeitos negativos coincidiram exatamente na época em que, com a criação da Universidade de Brasília em 1961, moldada em instalações físicas desenhadas por Niemeyer e acumulando novas competências de numerosos especialistas nacionais e estrangeiros. Abria-se assim, naquele período, com grande otimismo, uma nova era de desenvolvimento e progresso técnico-científico e cultural do país que foi completamente anulado.

- Não posso deixar, entretanto de assinalar alguns casos e situações excepcionais de que foram vítimas personalidades da Academia, como Mario Schenberg, um dos maiores físicos teóricos brasileiros senão o maior, preso nos primeiros dias de abril de 1964 e cujo apartamento na Rua São Vicente de Paula em São Paulo foi depredado por agentes da polícia política levando à destruição de sua rica biblioteca e o desaparecimento de numerosos quadros de sua valiosa e selecionada coleção de pintores brasileiro; Schenberg foi mais tarde demitido de sua posição de professor da USP e do Conselho Nacional de Energia Nuclear juntamente com José Israel Vargas. É importante igualmente relembrar a invasão e depredação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, na Rua Maria Antônia, a procura de documentos subversivos

na sede do Grêmio estudantil e que provocou depredações avaliadas em mais de 10 milhões denunciada pela carta de Paulo Duarte publicada no Estado de São Paulo em 15 de maio de 1964. Permito-me relembrar também a prisão de Samuel Pessoa, um dos grandes Parasitologistas e Sanitaristas do país, nos anos 1970 quando, aos 75 anos de idade, foi conduzido encapuchado para interrogatório na sede da DOI-CODI. Ainda entre os exemplos é significativo recordar o aspecto grotesco das arbitrariedades impostas a comunidade acadêmica com a prisão de Warvick Kerr, então Diretor Cientifico da recém-criada FAPESP, em Rio Claro após uma aposta entre amigos num bar em que o delegado de polícia local, o bacharel Nestor Penteado, seguro da autoridade e impunidade que lhe era assegurada após o golpe, apostou que podia mandar para a prisão um professor da Faculdade de Filosofia local e o escolhido foi Warvick Kerr.

- A Universidade de Brasília, criada em 1961 por Darcy Ribeiro foi, sem dúvida, a Instituição universitária que mais sofreu violências desde os primórdios do regime militar tendo sido invadida várias vezes. A primeira invasão deu-se no dia 9 de abril que invadiram o Campus, revistando salas e instalações e os estudantes e professores presentes. O reitor da Universidade, Anísio Teixeira, o celebre intelectual e professor criador da CAPES (Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior) foi surpreendido diante da invasão de seu escritório e demitido alguns dias depois, juntamente com Almir de Castro seu vice reitor. Os invasores procuravam 12 professores que deveriam ser presos e interrogados assim como numerosos estudantes. O episódio foi descrito em detalhe por Salmeron, em seu livro *Brasília, a Universidade Interrompida*. Salmeron (2007) é um bom exemplo de repercussões direta do processo repressivo na interrupção de progressos na abertura de acesso às novas áreas do saber. Ele, como Físico ilustre recém-chegado de Genebra, na Suíça onde passara vários anos no CERN. O Centro Europeu de Pesquisas Nucleares que montara o

maior acelerador de partículas do mundo (onde recentemente se demonstrou a existência do bóson, a particular proposta em teoria por Higgs em 1960). Salmeron, depois de muitos anos na Europa aceitara voltar ao Brasil em 1964 para assumir com o físico José Leite Lopes, o geneticista Antônio Cordeiro e o químico Oto Gotlieb a direção do Instituto de Ciências da UNB, uma das inovações introduzidas por Darcy Ribeiro: Criação dos Institutos Centrais integrando várias disciplinas. Fim da cátedra e dos catedráticos com criação da carreira de professores com vários níveis. Abria-se assim acesso a novas áreas de conhecimento ausentes no país. A segunda invasão deu-se em setembro de 1965 quando o então reitor, o famoso Laerte Ramos de Carvalho solicitou, ele mesmo, tropas militares para reprimir a greve de estudantes e professores que protestavam contra a demissão de professores. Estes acidentes, as prisões e demissões que se seguiram levaram a desorganização dos Institutos da Universidade com a partida para o exterior de Salmeron. Leite Lopes, Heron de Alencar, o do próprio Darcy Ribeiro que levou a estagnação da UNB que só se reverteu no fim da década dos 70.

- Deve-se lembrar ainda, em termos de violências excepcionais a primeira intervenção da Operação Bandeirante no Campus de Ribeirão Preto da USP em 1969 com prisões de professores e estudantes que depois foram torturados além das inqualificáveis violências contra a Madre Maurina, superiora do Convento de freiras que foi presa, torturada e violentada por investigadores da Operação Bandeirantes tendo engravidado em consequência dos estupros de que foi vítima.

Não gostaria de interromper este capitulo de minha intervenção sem lembrar o nome de José Roberto Arantes de Almeida, o “Zé Arantes”, filho de professores da UNESP e grande líder estudantil, assassinado em 1971 por agentes do DOI CODI e à quem a Câmara Municipal de Araraquara reservou o nome de Avenida no Bairro Cidade Jardim.

Passemos agora ao tema das repercussões globais dos EXPURGOS NA UNIVERSIDADE E NA ACADEMIA: 1964-1984 com a análise de alguns exemplos e várias medidas e operações repressivas:

- O Jornal Oficial de São Paulo do dia 9 de abril de 1964 publicou a seguinte nota: "[...] Nos termos do ato Institucional n°1 e do processo que Ihes move a Comissão Geral de Investigações são demitidos das suas funções na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo os senhores." (BRASIL, 1964): seguia-se o nome dos oito professores e vários médicos e funcionários demitidos (Anexo A). A nota era assinada pelo Governador do Estado, o Doutor Adhemar Pereira da Barros. É ilustrativo mostrar que, contrariando os mais elementares princípios da prática Judiciária, os processados eram punidos sem que houvesse qualquer decisão ou conclusão do processo "[...] que Ihes move a Comissão Geral de Investigações." (BRASIL, 1964).
- Em janeiro de 1966 fui visitar ex-governador Adhemar de Barros no Luxuoso Hotel George V, na Avenida do mesmo nome em Paris, depois que os militares, pelo Ato Institucional número 2 o haviam cassado juntamente com Carlos Lacerda ex- governador do Rio, participantes ambos do golpe de 1º de abril de 1964. Ambos haviam depois aderido à Frente Ampla com Juscelino Kubisheck, contra os militares pelo retorno às legalidades democráticas. No encontro com Adhemar passou-se um episódio interessante, que vale a pena ser descrito. Eu tinha solicitado audiência para pedir recursos de solidariedade aos brasileiros exilados e desempregados.

"- Entre doutor Pereira da Silva, seja bem-vindo" - disse-me ele quando bati à sua porta no Hotel.

Ele me recebeu gentilmente depois das explicações mutuas em que ficou evidenciado que ele praticamente fora obrigado pelo Ministro da Justiça, Gama e Silva, a assinar minha demissão e a dos outros 7 professores (Anexo A) e pediu-me desculpas por tê-lo feito. Pela primeira vez eu ficava sabendo que a iniciativa das nossas

demissões partira não do Governo do Estado, nem dos militares, mas da própria Universidade através de seu reitor e de seu Conselho Universitário. Estávamos papeando quando sua companheira alertou-o sobre o horário.

"- É verdade" - respondeu Adhemar, consultando o relógio e verificando que eram já 20hs passadas. Depois, voltando-se para mim:

"- A conversa está boa, mas tenho um convite para jantar com amigos franceses. Preciso sair. Mas, antes de sair, diga-me o que precisa e o que veio pedir-me?"

Expliquei-lhe que, em Paris e em Bruxelas, haviam brasileiros exilados que não tinham recursos, não tinham conseguido trabalho e passavam dificuldades. Organizáramos um núcleo de solidariedade para ajudar os mais desfavorecidos, expliquei isso a Adhemar.

"- Como não, com grande prazer! Deixe comigo seu endereço para que eu lhe envie um cheque." - respondeu Adhemar.

Enquanto lhe passava meu cartão com o endereço, acrescentei: "quero tranquilizá-lo, senhor governador, quanto ao destino desse dinheiro. Posso lhe garantir que é reservado estritamente aos fins de solidariedade e que, em absoluto, não irá financiar atividades subversivas".

"- Mas é preciso também fazer um pouco de subversão" - retorquiu, inesperadamente, Adhemar, sem hesitação.

"- Nesse sentido, não tenha dúvida senhor governador. Estamos à sua disposição. Temos outra caixinha aberta às contribuições generosas dos inimigos da ditadura militar".

Na verdade o Correio da Manhã, na data de 9 de abril de 1964, publicara a lista completa de 52 nomes a serem demitidos dos quais 44 eram professores ou instrutores da USP (Anexo C) constando da lista final de pessoas indiciadas perante a Comissão geral de investigações a partir da investigação conduzida inicialmente por três professores do Conselho Universitário da USP nomeados pelo reitor Luís Antônio Gama e Silva que acumulara o cargo de Ministro da Justiça no primeiro governo militar do General Castelo Branco: O três eram Teodureto de Arruda Souto da Escola Politécnica, Geraldo Campos Freire, Professor de Urologia da

Faculdade de Medicina e Alfredo Buzaid da Faculdade de Direito. Registre-se portanto que como assinalado no *Livro Negro da USP* (ADUSP, 1978):

> [...] iniciava-se assim um processo absolutamente inédito na história da Universidade do terrorismo cultural interno promovido pelo próprio reitor e próprio de todo o expurgo de constituir instrumento político que favorece a ascensão às posições de mando de um lado dos espíritos mais tacanhos e intolerantes e de outro os oportunistas. (ADUSP, 1978, p.17).

Esclareça-se que o processo contra os membros da lista de 52 pessoas e 44 professores foi a julgamento 9 meses mais tarde na 2ª. Auditoria Militar de São Paulo. O tenente coronel que agia como promotor apresentava a queixa contra os professores e estudantes para indiciá-los na Lei de Segurança Nacional de 1953 que previa penas severas de prisão de dezenas de anos para "tentativas de mudança da ordem social com auxílio de países estrangeiros" (BRASIL, 1953) mas o processo foi inteiramente anulado por vícios de forma. Registre-se aqui, para exemplo trechos do processo em que se dizia:

> [...] a subversão exercida até após a revolução não apresenta máscara alguma - é e foi ostensiva através do jornal acadêmico O Bisturi [...]É estranha a preocupação de lentes e alunos, manifestada insistentemente através de O Bisturi com respeito àqueles temas- padrão do credo vermelho: petróleo, nacionalismo, reformas etc. Não se revela novidade o fato deles procurarem encobrir suas verdadeiras intenções escravagistas sobre o embuste das conquistas cientificas, aproveitando, para tanto, os homens mais representativos em qualquer entidade ou organismo. Em nosso caso particular, parece que o exemplo é bastante significativo: no mais puro estilo maquiavélico, tentam os vermelhos, as rosas, os de tonalidade mais ou menos intensa do tom encarnado, iludir os que amam a liberdade e a força do Direito através da preservação do 'Dr. Jekyll' (o cientista de valor voltado para a conquista cientifica) enquanto Mister Hyde (o títere soviético, o escravagista) anda a solta.

Os professores processados foram assim inteiramente inocentados. Entretanto os demitidos já estavam demitidos havia mais de seis meses. A repressão contra professores e estudantes da USP prosseguiu-se com maior intensidade após o Ato Institucional número 5, em 1968, assinado em duas listas sucessivas nos dias 25 e 29 de abril de 1969. A Primeira continha misturados nomes de professores da USP e de Universidades Federais. É significativo nesses casos a ocorrência de erros crassos sobre a filiação dos professores e o total desprezo sobre razões das demissões e eventuais processos movidos contra as vítimas. As listas de demissões eram assinadas pelo General Costa e Silva, sabidamente já gravemente enfermo no momento e que faleceu algum tempo depois e, naturalmente, assinado pelo Ministro da Justiça Luis Antonio Gama e Silva. A primeira lista, do decreto, datado de 25 de abril de 1969 continha 42 nomes de intelectuais, cientistas e personalidades da área cultural como o sociólogo Florestan Fernandes, o físico José Leite Lopes, a matemática Maria Laura Muzinho, Plinio Sussekind da Rocha, Maria Yeda Unhares, Alberto Carvalho da Silva, futuro Presidente da FAPESP, nenhum deles com atividades políticas de esquerda e internacionalmente conhecidos e respeitados. Ficava evidente a intenção de atingir desafetos pelo Ministro Gama e Silva que aposentava três professores da Universidade Estadual de São Paulo como servidores federais, a saber os professores Florestan Fernandes, Jaime Tiomno, físico e arquiteto João Batista Vilanova Artigas.

Ao notar o erro o vice-reitor da USP em exercício, Hélio Lourenço escreve ao Ministro, protestando e em consequência, vê aparecer seu nome como aposentado numa segunda lista cujo decreto, também assinado por Gama e Silva é datado de 29 de abril. Esse segundo decreto é escandaloso por conter numerosas irregularidades que revelam a total falta de consideração pelos professores da USP. Assim Olga Bohomoletz Henriques saiu como Olga Baeta Henriques, enquanto Baeta Henriques era sobrenome de seu marido Sebastião e ambos nada tinham a ver com a USP, pois eram pesquisadores do Instituto Butantã. Luis Rey e Julio Pudles da USP eram já aposentados em 1964. Com uma só penada o ex-reitor Gama e Silva desfaz o Departamento de Sociologia com a demissão de Fernando

Henrique Cardoso e Octavio lanni pois Florestan Fernandes já fora "aposentado" em lista de 25 abril e Nuno Fidelino de Figueiredo o fora em 1964. No que diz respeito a disciplina de Filosofia as consequências eram também desastrosas pois completava a degola com as demissões de José Arthur Gianoti e Bento Prado Almeida Ferraz Junior, após a demissão de Cruz Costa em 1964, a desorganização da Filosofia Uspiana Acrescente-se os nomes de Isaias Raw e Alberto Carvalho da Silva pesquisadores impares da Faculdade de Medicina, sem posições políticas que completam a lista. Finalmente, os nomes de Caio Prado Junior que era livre docente mas não funcionário da USP e o de Mario Schenberg, grande físico já referido, ambos conhecidos comunistas, completavam a lista. Voltaremos a eles mais adiante quando tentaremos analisar as razões pessoais do Reitor Ministro Gama e Silva em sua insistência pessoal em atingi-los. Lembremos apenas que foram estes dois intelectuais, ilustres, membros da bancada comunista na Assembleia Legislativa de São Paulo, foram responsáveis da emenda que fez constar na Constituição do Estado de São Paulo de 1947 o célebre artigo 123 que dizia:

> [...] o amparo a pesquisa cientifica será propiciado pelo Estado por intermédio de uma Fundação organizada em moldes a serem estabelecidos por lei .. Anualmente o Estado atribuirá a esta Fundação, como renda especial de privativa administração, a quantia não inferior a meio por cento de sua receita ordinária. (SÃO PAULO, 1947).

Antes de encerrar esse capítulo em que nos concentramos sobre a repressão na USP e na situação única de desenvolvimento de terrorismo cultural desencadeado pelo próprio reitor, prestemos uma pequena homenagem a Pedro Calil Padis professor de Economia em Araraquara que, sem ter jamais sido professor da USP, muito na honra ao estar em nossa companhia na lista de demitidos de 1969. O fato de termos nos concentrado na USP, como exemplo de processo repressivo contra a inteligência, nas Universidades e na Academia realizado pelo regime militar e pelo papel de denunciador e desencadeador do processo repressivo desempenhado pelo próprio reitor e por elementos reacionários e conservadores nas corporações

de privilegiados de seu corpo docente e de suas lideranças administrativas concentradas no Conselho Universitário não significa que a USP foi um caso único na realidade acadêmica do período do regime militar. Fenômenos equivalentes, embora menos caricaturais, foram observados nas Universidades Federais e igualmente em Instituições de Pesquisa. O caso da FIOCRUZ no Rio de Janeiro é bem indicativo disso como evidenciado na obra de Herman Lent, grande entomologista da Casa de Oswaldo Cruz que como descrito por Hamilton (1989) no Caderno da Casa de Oswaldo Cruz - O Massacre de Manguinhos, as crises por que passou o Instituto após o golpe militar de 1964 culminaram com a cassação de 10 dos cientistas mais em evidencia na Instituição. Como na USP o processo foi igualmente obra de profissionais medíocres na direção do Instituto como Olympio da Fonseca e principalmente Rocha Lagoa que chegou a Ministro da Saúde. No auge do processo repressivo, em data de abril de 1970 foram suspensos os direitos políticos por 10 anos de Haity Moussatché, Herman Lent, Moacyr Vaz de Andrade, Augusto Cid de Mello Perissé, Hugo de Souza Lopes, Sebastião José de Oliveira, Fernando Braga Ubatuba e Tito Arcoverde Cavalcanti. Anteriormente, extremamente deprimido e estresso pela perseguição política e administrativa, o filho mais jovem de Oswaldo Crua, Walter Oswaldo Cruz, falecera em 1967 de um infarto de miocárdio.

Origem e desenvolvimento de conflito entre facções de cientistas e professores das universidades

Essas perseguições a cientistas na USP, na Fiocruz, no Rio e em outros Estados tinham em realidade origem em conflitos entre profissionais mais jovens que haviam beneficiado de estágios e permanências em centros de excelência internacional, em particular no USA, na Inglaterra e na França. Esses conflitos se estendiam na área médica-biológica por conflitos entre jovens cientistas e os grandes catedráticos da Faculdade de Medicina, puramente clínicos, que dominavam com os catedráticos engenheiros e advogados as instancias de comando na Universidade, em particular o Conselho

Universitário. O clímax desse conflito, em São Paulo, deu-se em relação à criação da FAPESP, em 1960, que descrevi em detalhe em livro que publiquei recentemente *Crônicas subversivas de um Cientista*. (PEREIRA DA SILVA, 2012).

Permito-me resumir aspecto desse conflito que explica em parte as perseguições que se verificaram após o Golpe militar de 1964:

> A fundação da FAPESP (Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo) constituiu a verdadeira Revolução paulista. Foi com a FAPESP que São Paulo saiu da Idade Média, que a Universidade deixou de ser um clube onde se reuniam ilustres médicos, engenheiros e advogados para trocar ideias, que a indústria e a agricultura paulista encontraram apoio e base para um desenvolvimento tecnológico autossustentável, que a Economia, as Ciências Humanas e as Letras foram reconhecidas como atividades válidas e úteis, que, enfim, a pesquisa nas Ciências, nas Técnicas e nas Atividades Culturais foi reconhecida como elemento-chave para o progresso da sociedade. (PEREIRA DA SILVA, 2012, p.149).

Mas tudo isso poderia ter ficado no papel. Vejam essa história. Ela começa com um telefonema [...] em março de 1960.

Ao telefone, amigos matemáticos me informavam que o professor Cecconi, ilustre matemático italiano, fora contratado pela USP, em 1956, para lecionar na Escola de Engenharia de São Carlos. O contrato era de dois anos, renovável, e fora realmente renovado uma vez. Cecconi, fora, entretanto, nomeado para uma cadeira na Universidade de Gênova e, segundo o que autorizava o contrato, com a devida antecedência, permitiria que viajasse de volta à Itália no início de 1960 e ele solicitou as passagens de volta, para ele e seus familiares.

O diretor de São Carlos pediu ao reitor e este ao Conselho Universitário que fornecesse a passagem, como rezava a carta convite a Cecconi. A resposta ao pedido demorou meses e meses. O professor Cecconi, esperando a decisão, reservara lugares no navio italiano Humberto I que saía de Santos ara Gênova mas a última hora o Conselho deu um resposta negativa [...].

Quando me informaram disso para saber o que fazer veio-me a inspiração. Passei a mão no telefone e disquei o número do gabinete do governador no Palácio dos Campos Elíseos.

"- Alô! Palácio do Governo. Que deseja?"

- Quero falar com o doutor Plínio Arruda Sampaio. É o doutor Luiz Hildebrando, professor da Faculdade de Medicina da USP.

"- Hildebrando, meu velho, que prazer. Há quantos anos! Que posso fazer por ti? Diz Plínio ao reconhecer minha voz."

- Prazer também em ouví-lo, Plínio. Como sei que você é muito ocupado, vou rápido ao assunto. Queria que você me recebesse alguns minutos a respeito de um problema extremamente grave da Universidade.

Sampaio fora chamado pelo governador Carvalho Pinto para chefiar seu gabinete. Chegando ao gabinete de Sampaio fui direto ao assunto. Insisti no aspecto desmoralizante para a Universidade daquela medida que poderia comprometer nossas relações científicas com a Europa. Carreguei nos tons.

"- Olha aqui, Hildebrando, o governador está em audiência e não posso incomodá-lo, mas vou tratar disso assim que ele se liberar. Dê-me seu telefone."

Voltei para casa e pus-me à espera. O telefone soou às 14h35m. Era Sampaio ao telefone:

"- Hildebrando? O governador manda pedir desculpa ao professor Cecconi e manda dizer-lhe para comparecer ao Palácio, amanhã, a partir das 9h. Ele não sabe se terá possibilidade de saudar o professor e agradecer-lhe pessoalmente pelos serviços prestados ao país, mas pede-me que eu o faça se ele estiver impossibilitado. A passagem aérea dele, da esposa e dos filhos estará à disposição em meu gabinete. Passe bem, um abraço! E veja se me procura outro dia com mais calma."

A pós a solução relâmpago do problema do professor Cecconi a história não termina aí. Eu, portanto, não esperava aquele novo telefonema de Sampaio, que veio uma semana depois:

"- Hildebrando? Aqui é o Sampaio. Plínio Sampaio. Como vai você?"

- Vou muito bem, depois do que você fez pelo professor Cecconi. Você ganhou dez pontos na entrada do céu.

"- Isso é nossa obrigação. Corrigir erros da Administração. A propósito, ele deu notícias?"

- Claro, já chegou a Gênova. Está radiante! E agradecidíssimo

Sampaio riu-se e depois retomou o diálogo. Começou por dizer que tinha conversando muito com o governador sobre a USP depois do incidente Cecconi [...] continuou informando que o governador estava preocupado com a nomeação do próximo reitor, sem saber em quem se apoiar, e finalizou dizendo que ele, Sampaio, gostaria de conversar comigo sobre aquilo tudo.

A conversa dessa vez foi longa. Sentados nas confortáveis poltronas de couro na sala do chefe de gabinete. O governador Carvalho Pinto, como advogado, mas especializado em economia, tinha interesse em modernizar a USP. Desenvolver e estimular uma maior integração social, as atividades de pesquisa, em particular no setor tecnológico, mas entendia que isso exigia igualmente o desenvolvimento das ciências básicas. Além disso, como homem culto que era, valorizava as atividades intelectuais, culturais e humanistas. Tinha, portanto, uma visão aberta e dinâmica da universidade e consciência de sua estrutura arcaica de poder, baseada nos velhos catedráticos, aferrados às posições. Subitamente, Sampaio me interrogou de chofre:

"- Como é que você acha que se pode mudar a situação?"

- Nomeando um reitor competente e independente.

"- Com que perfil? - retrucou."

- Homem de ciência, mas que seja igualmente um intelectual.

"- E vocês têm nomes a indicar?"

Apesar de contar com nomes importantes, nenhum deles passaria pelo Conselho.

"- Já sei - gritou Abraão Fajer, assistente de Fisiologia da Faculdade ao ser interrogado. - Nosso candidato é o Ulhôa!"

Antônio Barros de Ulhôa Cintra era professor da Faculdade de Medicina. Clínico, portanto, mas também cientista, desenvolvendo atividades de pesquisa em patologias clínica e muito bem considera-

do nacional e internacionalmente. A proposição de Abraão era engenhosa, porque Ulhôa era primo de Pedro de Alcântara, professor de Pediatria que, no momento, representava a Faculdade de Medicina no Conselho. Se a Medicina apresentasse Ulhôa como candidato carregaria os votos da Odontologia, da Enfermagem, da Veterinária No dia seguinte fomos ver Fernando Henrique Cardoso, representante dos assistentes no Conselho Universitário, e expusemos o projeto. Fernando entusiasmou-se e, bom conhecedor do Conselho, nos disse que, se o nome fosse bem-visto pelo governador e se isso chegasse aos ouvidos dos conselheiros, ele carregaria os votos de todos os eternos indecisos.

"- Vocês já consultaram o Ulhôa? - perguntou Fernando Henrique. Abraão e eu nos entreolhamos. Ulhôa Cintra estaria disposto a aceitar o encargo?"

"- Precisamos saber se ele topa - concluiu Fernando Henrique."

No dia seguinte, Abraão e eu fomos procurar Ulhôa Cintra em seu gabinete do 8º andar do Hospital das Clínicas. Abraão não foi por meios caminhos e perguntou diretamente:

"- Professor, o senhor topa ser reitor da USP?"

Eu sempre admirei a sinceridade brutal e meio truculenta de Abraão. Ele, jovem assistente, como eu, da Faculdade de Medicina, lançava a pergunta como se tivesse o Conselho Universitário nas mãos. E era tão convincente que Ulhôa Cintra passou a discorrer sobre sua visão da Universidade, como se já estivesse em campanha eleitoral. Saímos da entrevista para voltar correndo à casa de Fernando Henrique e informá-lo.

- O homem aceita. E parece que se dá bem com governador.

"- Nesse caso - disse Fernando - deixem comigo."

Deixamos. Isto é, eu deixei. Abrão Fajer e Fernando Henrique tomaram para si as demoradas negociações entre os Campos Elíseos e o Conselho Universitário. Algum tempo depois meu telefone soou:

"- Luiz? Luiz Hildebrando?"

Era Fernand Henrique Cardoso para me informar que o Ulhôa Cintra entrara na lista tríplice. Em primeiro lugar E foi assim que Ulhôa Cintra virou reitor. E foi assim que alguns meses mais tarde nasceu a FAPESP. E foi assim que, três anos mais tarde, nasceu a

lista de demitidos da Faculdade de Medicina em 9 de outubro de 1964. Ela incluía os que tinham trabalhado pela candidatura de Ulhôa Cintra e aqueles que em seguida se tornaram seus assessores na Reitoria.

Efeito pernicioso de demissões, aposentadorias e cassação

Utilizando ainda os acontecimentos relativos as repercussões das ações repressivas sobre o funcionamento de vários Departamentos e Setores da Universidade de São Paulo analisaremos alguns exemplos para avaliar as repercussões negativas afetando o desenvolvimento cientifico do país em seu todo e não apenas o Departamento ou a Universidade atingida. As medidas arbitrárias provocaram diretamente, por exemplo, a total desorganização do Departamento de Parasitologia da Faculdade de Medicina da USP, anteriormente dirigido pelo Professor Samuel Pessoa que já se aposentara em 1953. Além da demissão pelo Ato Institucional de três docentes em exercício, os professores Luiz Rey, Erney Plessman de Camargo e eu mesmo (Anexo A) as medidas de demissão levaram outros 4, não atingidos diretamente a saber os professores Leonidas de Meio Deane, Maria Paungarten. Deane, Victor Nussenzwg e Ruth Sontag Nussenzweig a decidirem afastar-se de suas posições docentes do Departamento e da Faculdade procurassem trabalho em outras Instituições, em geral definitivamente no Exterior. O Departamento que era reconhecidamente um dos mais importantes núcleos de pesquisa, senão o mais importante, em endemias parasitárias e Imunologia de parasitoses e sobre genética de sensibilidade àos trypanosomas patogênicos foi esfacelado. Registre-se que os pesquisadores citados migraram para o exterior, os Deane para a Venezuela, o Luiz Rey para a Tunísia, associado a Organização Mundial de Saúde, os Nussenzweig para a New Vork University, respectivamente como chefes de Departamento de Parasitologia e de Patologia. O Thomas Maack que foi nomeado Professor na Cornell University de New York e depois chefe do Departamento de Fisiologia e eu mesmo assumi as funções de pesquisador da Unité de Génétique Microbienne do Institut Pasteur e

fui mais tarde Chefe dos Departamento de Biologia Molecular e mais tarde ainda, Chefe do Departamento de Imunologia.

Mas essa desorganização dos Departamentos na USP, os da Faculdade de Medicina e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras na USP em 1964-1969 teve outras consequências. Sucede que éramos responsáveis pela organização de seminários sobre Biologia Molecular, a nova disciplina em pleno desenvolvimento mundial após a descoberta da estrutura do DNA - James Watson & Francis Crick que estava em plenos desenvolvimento local na Faculdade de Medicina com a associação de alguns cientistas de vanguarda: José Ferreira Fernandes, bioquímico, que regressara em 1959 de dois anos de pôs doutorado com Arthut Kornberg que em 1956 descrevera a síntese bioquímica do DNA em laboratório. Eu vinha do Pasteur onde o grupo François Jacob, Jacques Monod e André Lwoff tinham publicado os primeiros artigos sobre regulação da expressão genética (que os levou ao Prêmio Nobel de 1965) e onde assistia-se diariamente seminários conferencias de Nobéis e futuros Nobéis sobre o código genético. Haviam ainda Michel Rabinovitch, interessado na síntese de proteínas e sua regulação ao nível dos ribosomas e Isaias Raw e Julio Puddles, bioquímicos de grande competência que haviam recrutado Pedro Henrique Saldanha, geneticista de grande competência. Reúna=se assim na Faculdade o tripé que deu origem Molecular; Microbiologia, Bioquímica e Genética. Haviam ainda Victor e Ruth Nussensweig que, de New York haviam desenvolvido as bases moleculares da Imunologia de parasitose que se preparavam a regressar ao Brasil Éramos todos jovens, todos em torno dos trinta anos e organizáramos um ciclo de conferencias e seminários analíticos sobre Biologia Molecular que se reunia duas vezes por mês em seminários no anfiteatro do Departamento de Parasitologia ao qual compareciam regularmente pesquisadores do Departamento de Histologia e Embriologia (Rabinovitch e Ferreiira Fernandes) além da Parasitologia e da Bioquímica e também da Escola Paulista de Medicina e do Instituto Butantan liderados por Leal Prado e Sebastião Baeta Henriques respectivamente.

Observe-se a coincidência de nomes entre os que participavam desses seminários e a lista de punidos pelos atos institucionais. Na

verdade, com a criação de FAPESP começava haver prioridade na concessão de contratos de pesquisa aos cientistas mais jovens das disciplinas fundamentais do que aos clínicos responsáveis do ensino e das atividades de prestação de serviços médicos. Curioso observar que Ulhoa Cintra, como Reitor da USP, continuava a frequentar o Hospital das Clinicas onde dirigia uma das clinicas medicas e tomara-se de amizade por jovens pesquisadores como Fernando Henrique Cardoso, Abrão Fajer e mesmo estudantes e assistentes de disciplinas Básicas, refletida em suas frequentações à piscina dos Estudantes da Faculdade.

Enquanto isso

Enquanto isso se passava entre nós tupiniquins, ao nível mundial entre 1961 e o fim dos anos 1970 foram realizadas as descobertas importantes da Biologia Molecular que permitiram o acesso aos conceitos e técnicas da Biologia básica às aplicações técnicas fundamentais. Foram os anos em que foram definidos pontos e técnicas essenciais para o desenvolvimento da engenharia genética, isto é em tecnologias para a manipulação da sequência de DNA e integração dessas modificações para criação de novos organismos ou modificações das propriedades dos antigos, conhecidas em síntese pela expressão de transgenese e produção de transgênicos: o código genético, os enzimas de restrição que cortam as fitas de DNA em lugares precisos., as integrasses que ligam segmentos de DNA entre si e podem permitir a síntese de longas sequências a serem incorporadas em bactérias ou bacteriófagos ou em leveduras. Também as tecnologias de sequenciamento do DNA para definir sequências codificando proteínas e sequências específicas de regulação da expressão. A partir desse momento foi possível criar novas variedades de vários produtos vegetais não apenas por seleção genética clássica de variedade como por engenharia genética.

Foi possível igualmente em Imunologia criar novos antígenos para uso em vacinas ou em segmentos de DNA para diagnostico de agentes infecciosos virais, bacterianos e parasitas. Pois bem, com o

desaparecimento do grupo dos seminários de Biologia molecular, o único que se desenvolvera nos pais no início dos anos 60 e que desenvolvia as tecnologias necessárias, o país ficou sem acesso a essas tecnologias praticamente até o fim da década de 1970. Entre 1964 e 1977 praticamente nada se fez nos pais não ser no Laboratório de Carlos Chagas Filho no Instituto de Biofísica da UFRJ, onde Maury Miranda manteve-se ativo embora passando vários anos no exterior e migrando para a Espanha em 1977 para trabalhar em desenvolvimento da Drosofila com Garcia Bellido. Apenas em 1977, Carlos Morei que havia feito seu doutorado em Lausane na Suíça, com Klaus Scherrer pode se instalar na Universidade de Brasília Trazendo consigo Eugen Gaendre que depois migrou para o CENARGEN iniciou um novo grupo de Biologia Molecular para trabalhar na estrutura genética de *Trypanosoma cruzi*. Na mesma época, Castro (1998) que fez seu doutorado na Califórnia entre 1973 e 77 com Herbert Bayer, que havia clonado e produzido a insulina voltou ao Brasil e foi trabalhar no laboratório de Maury Miranda no Rio e apenas mais tarde migrou para a CENARGEN onde se iniciou o grande programa de produção de grãos transgênicos de soja e feijão. O Brasil ficara praticamente desarmado nesse terreno entre 1963 e 1977, anos estratégicos para o desenvolvimento dessas novas tecnologias e esse atraso repercutiu diretamente na produtividade no setor agrícola e na Medicina preventiva = anticorpos protetores, vacinas e desenvolvimento de novos medicamentos com metodologia molecular.

Vinte anos depois

Em julho 1981, depois de proclamada a anistia eu dei uma conferência na SBPC da Bahia sobre Imunologia da malária. Mauricio Matos Peixoto, que estava também entre eles, a um certo momento me puxou pelo braço e, conduzindo-me a um canto do anfiteatro que se esvaziava, fez-me sentar e disse: -me o seguinte - Escuta aqui, Hildebrando, o Delfim Netto, que é Ministro do Planejamento, me nomeou presidente do Conselho Nacional de Pesquisas. Eu disse a ele que aceitava se ele me desse carta branca para um certo número

de projetos que tenho na cabeça, e um deles é trazer vocês de volta, vocês da USP, compreendendo o Victor, Ruth, Rabinovitch, Isaias, Pudles, Rey. Fiquei surpreso, mas o Delfim disse que estava inteiramente de acordo. Precisamos conversar.

A conversa se deu no próprio dia, à tarde, nós dois sentados no bar do Congresso tomando chope. O Emey Camargo que estava também por ali se reuniu conosco e elaboramos a base dos planos. A ideia seria não de reintegrar os demitidos nos postos precedentes mas, criar um novo tipo de organismo, uma Unidade interdepartamental no Instituto de Ciências Biomédicas da USP, previsto no estatuto, voltado para estudos de protozoários patogênicos de interesse médico para o Brasil, como parasitas da malária, doença de Chagas, leishmaniose, concentrando em estudos de fisiopatologia e imunopatologia mas também abordando estudos fundamentais de diferenciação celular com os mesmos protozoários.

Concordamos que os demitidos seriam todos associados mas que poderíamos a essas verificações cabem a mim. A terceira, que no fundo é a mais importante, é consultar os interessados para saber se eles topam. Isso é você, Hildebrando que pode fazer.

Matos Peixoto propôs Incorporar pesquisadores que já estavam no Brasil, como era o caso de Emey, de Costa Maia e mesmo alguns de fora da USP como o Isaac Roitman e resumiu a proposta: o CNPq se responsabilizaria durante 4 anos pelos salários, equipamentos e material de consumo do Instituto. A USP deveria, em seguida, incorporar progressivamente os novos recrutas [...].

Na semana seguinte, depois de consultarmos o Isaac Roitman e o Maia que aceitaram, lá fui eu a Nova Iorque conversar com os Nussenzweig na New York University e com Rabinovitch.no Instituto RockfeUer. Ruth chefiava o Departamento de Parasitologia e Victor o de Patologia mas ambos se dispuseram a integrar o projeto em setembro de 1981. Michel Rabinovitch também. Eles não só toparam como se entusiasmaram e se comprometeram a detalhar os equipamentos necessários. Alem disso me trouxeram o Thomas Maack que era professor de Fisiologia da Cornell University.e o Nelson Fauso, patologista que estava em Seatle como chefe do Departamento de Patologia Eles se propôs a fazer uma reconver-

são temática para a Imuno- farmacologia e aderir ao projeto. Em Paris, não foi necessário insistir com o Pudles, que trabalhava na Universidade de Paris 13 e o mesmo se deu em Genebra com o Luiz Rey, na OMS. Assim, quando voltei a São Paulo, em meados de agosto, o quadro estava completo. O único que recusara fora o Isaias Raw. Ele estava empenhado em dedicar-se exclusivamente a produção de imuno-biológicos e já tinha entrado em entendimentos com o Instituto Butantan.

Matos Peixoto nos pôs ao par de seus entendimentos em São Paulo. Viajara a São Paulo. Os pesquisadores e responsáveis do Instituto de Ciências Biomédicas haviam recebido a proposição do projeto com entusiasmo, considerando a proposta extremamente positiva e de interesse para a USP. Entretanto, o Reitor Oliva, matemático de formação como Matos Peixoto, opusera objeções importantes:

- O Reitor Waldir Muniz Oliva disse que não podia assumir compromissos de reintegrá-los em novas posições na USP nos 4 anos seguintes. E não respondeu quando eu argumentei que entre os 4.000 docentes da USP, com as vagas de falecidos e aposentados, seria fácil nomear uma dezena de candidatos do projeto, sem ter de criar novas vagas e que todos se submeteriam, naturalmente, a concurso. Finalmente, Matos Peixoto informou-me que, em razão da recusa do Reitor, a solução era solicitar ao Governador do Estado. O governador do Estado era Paulo Maluf. Ele, presidente do CNPq, não tinha, para solicitar algo ao Governador de Estado seria necessário que o Ministro, fizesse a solicitação. O ministro era o Delfin e ele já falara ao Delfim que ficara de consultar o governador. Passaram-se dois meses. Um dia, recebo em Paris uma carta d Mauricio Matos Peixoto. Ele, tristemente, me anunciava que pressões dos políticos nordestinos tinham conseguido. Provocar a demissão dele do CNPq e sua substituição pelo Professor Cavalcanti da Paraíba. Ele lamentava muito mas teria de abandonar o projeto proposto que tanto nos animara. Nos meses seguintes, membros do Conselho Diretor do CNPq perguntaram ao Presidente Cava1canti se seria dada continuidade ao projeto proposto anteriormente de reintegração dos professores demitidos da USP num novo Instituto

Interdepartamental- O Presidente Cava1canti respondeu que, naturalmente, isso deveria partir de novo relance da iniciativa por parte do Reitor da USP. O reitor era o Waldir Oliva, que tinha, justamente, recusado apoiá-lo. E foi por isso que a Universidade de São Paulo perdeu a oportunidade única de ganhar o Instituto Interdepartamental de Protozoologia Molecular de nível internacional.

O que se viu acima permite concluir que a alta administração da USP, nos preâmbulos do regime militar e mesmo quando ele entrou em desintegração, não tinha por nós, os demitidos grande consideração ou respeito. A alta administração da USP tinha na verdade posições conservadoras e tradicionalistas. Não foi à toa que o Reitor Uspiano em 1964, o Professor Luis Gama e Silva fora o redator do Ato Institucional número 1 e 5e

Em conclusão

Nessa minha tentativa de fazer história da vida cotidiana o que eu queria dizer no fundo que os historiadores têm ainda muito o que fazer para descrever e analisar o período negro dos pais na ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1984. Não apenas nesse aspecto que eu tento resumir em relação ao desenvolvimento cientifico e tecnológico utilizando o exemplo da USP mas em muitos outros.

Teses na Universidade sobre os temas eu consegui acessar apenas duas: a de Mestrado de Botosso (2001) que descrê a repressão à guerrilhe ribeirão pretana que se apresenta com aspecto descritivo e a de doutorado na USP de Ribeiro (2011) que apresenta uma interessante descrição de luta de emancipação feminina no episódio de lutas da ALN em que as mulheres não apenas tiveram um papel de apoio aos respectivos conjugues mas um papel importante próprio.

Em seu último número de Abril de 2014 a revista *Pesquisa* da FAPESP privilegia na capa o tema d'*O trabalho de resgatar a História* com 6 importantes artigos que registram centenas de estudos que buscam compreender a natureza do golpe de 1964, o funcionamento da ditadura e seus impactos sobre o Brasil contemporâneo.

Embora só tenha tido acesso a revista em início de maio, após a redação e leitura do presente texto na Conferência de abertura do Evento "*Cinquenta anos de ditadura*" patrocinado pelos docentes e alunos do Departamento de História da UNIFESP de Araçatuba , permito-me no presente texto registrar informações derivadas desta edição da *Pesquisa* da FAPESP que, de certo modo, são paralelas às que desenvolvi em meu texto original, relativos as responsabilidades de sociedade civil no desencadeamento e no processo repressivo desencadeado pelo golpe militar. Nos anexos das referências registrei assim os principais temas tratados nesse importantíssimo trabalho da *Pesquisa* FAPESP

Eu pessoalmente acho que necessitamos de estudos mais aprofundados econômicos, sociais e políticos da época, ao nível internacional, nacional e local. Ao lado disso Acredito que as Universidades em cada Estado da Federação, em respeito aos seus membros, vítimas da repressão durante a Ditadura Militar, deveriam reservar uma sala de suas instalações, com fotos de estudantes mortos e desaparecidos por força da repressão e que, em seus muros, deviam ser sejam gravados seus nomes, para preservar a homenagem à eles devida pela comunidade acadêmica assim como os de professores

Mas [...] em relação a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO e a outras Instituições acadêmicas do país que na verdade tiveram a iniciativas de desencadear as chamadas investigações sobre os professores, com denúncias anônimas e com demissões, aposentadorias e expulsões inteiramente arbitrarias acredito que ela e outras instituições acadêmicas do país tem um débito com a memória histórica do país. Assim como atualmente se desenvolve no pais uma pressão pra que as representações dos Ministérios militares participem da Campanha da Verdade e investiguem sobre a responsabilidade das autoridades militares da época sobre o desenvolvimento dos excessos repressivos, penso que o mesmo deve ser feito em relação aos organismos responsáveis nas Universidades, isto é as Reitorias e Conselhos Universitários reconheçam a responsabilidade que tiveram no processo repressivo e arbitrário que levaram não apenas a desrespeito da dignidade de seus pares mas a tomar providencias que vieram a prejudicar o desenvolvimento cientifico , tecnológico e cultural do País.

E para terminar permito-me referir a cerimônia realizada na Faculdade de Medicina da USP em novembro de 2008 quando foi concedido o título de Professor emérito aos professores demitidos arbitrariamente em 1964 e em 1969, vários deles a título póstumo. Na cerimônia eu me referi ao Professor Samuel Pessoa. Que, em 1970, em conferência realizada em Goiânia a convite dos estudantes foi perguntado por um estudante porque ele Pessoa que sempre trabalhara em assuntos de interesse da Saúde pública humana estava trabalhando agora (na época) no Instituto Butantan em hemotozoários de cobras. Pessoa respondeu:

É porque hematozoário de cobra não dá inquérito policial militar.

Eu me permito contar igualmente que nessa época, Pessoa inconformado com a destruição do seu Departamento de que tinha tanto orgulho, já velho e não podendo conduzir carro, tinha um motorista permanente para conduzi-lo ao Butantan mas, cada vez que ele passava diante da Faculdade ele, desbocado que sempre fora, botava a cabeça fora do auto pela janela e gritava: “PUTA QUE PARIU A FACULDADE DE MEDICINA”.

E eu terminaria dizendo que, depois de seu falecimento, a sombra de Pessoa, em reação ao esfacelamento de seu Departamento, vinha a noite assombrar a Faculdade de Medicina, passeando pelos seus corredores como na tragédia de Hamlet o fantasma do pai. Depois da cerimônia de concessão do título de Professor Emérito, a sombra de Pessoa ganhou finalmente a paz.

Eu terminaria dizendo ainda que as sombras de dezenas de grandes intelectuais, cientistas e professores da USP assombram até hoje durante a noite os corredores da Reitoria e do Conselho Universitário e que para que elas retornem ao repouso e finalmente recuperem a paz de espírito pelo reconhecimento que Ihe devem pelo muito que fizeram pela Universidade e pela cultura nacional tenham a paz do reconhecimento que à eles ainda não foi dado e reconhecido [...] Tenho dito.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO [ADUSP]. **O livro negro da USP**. São Paulo: Ed. da ADUSP, 1978.

BOTOSSO, M. **A guerrilha ribeirão- pretana**: história de uma organização armada revolucionária. 2001. 238f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2001.

BRASIL. Atos do Comando Supremo da Revolução. Ato institucional, de 9 de abril de 1964. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/LeisOcerizadas/Leis1964v3.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2014.

______. Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 07 jan. 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm>. Acesso em: 18 ago. 2014.

CASTRO, L. A. B. **História sobre a ciência que vivi**. São Paulo: Âmbito Cultural, 1998.

HAMILTON, W. O massacre de Manguinhos: crônicas de uma morte anunciada. **Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.07-18, 1989.

PEREIRA DA SILVA, L. H. **Crônicas subversivas de um cientista**. Rio de Janeiro: Viera & Lent, 2012.

RIBEIRO, M. C. B. **Experiência de luta na emancipação feminina**: mulheres na ALN. 2011. 418f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

SALMERON, R. A. **A universidade interrompida**: Brasília: 1964-1965. 2.ed. Brasília: Ed. da UNB, 2007.

SÃO PAULO (Estado). **Constituição do Estado de São Paulo de 1947**. São Paulo: Assembléia legislativa, 1947.

ANEXO A – Lista de professores, estudantes e funcionários e decreto do Ministério da Cultura

- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

  Mário Schenberg, professor; Fernando Henrique Cardoso, professor; Nuno Fidelino de Figueiredo, professor; José Cruz Costa, professor; Floresta Fernandes, professor; Fuad Daher Saad, estudante.

- Faculdade de Direito

  Caio Prado Júnior, professor; João Miguel, estudante; Paulo Afonso Sampaio Amaral, estudante; Sérgio Rezende de Barros, estudante; Paulo Antônio da Silveira, estudante e jornalista; Flávio Flôres da Cunha Bierrenbach, estudante; Oscarlino Marçal, estudante

- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

  João Batista Villanova Artigas, professor; Abelardo Riedy de Souza, professor; Sylvio Barros Sawaya, estudante.

- Escola Politécnica

  Paulo Guimarães da Fonseca, professor; Marco Antônio Mastrobueno, instrutor; José Serra, estudante.

- Faculdade de Medicina

  Samuel Barnsley Pessoa, professor; Luiz Hildebrando Pereira da Silva, professor; Emey Feliciano de Camargo Plessman, instrutor; Isaias Raw, professor; Júlio Puddles, professor; Pedro Henrique Saldanha, professor; Michel Pinkus Rabinovitch, professor; Abran Becjan Fajer, professor; Thomas Maack, instrutor; Roland Veras Saldanha, instrutor; Reynaldo Veras Saldanha, instrutor; Reynaldo Chiaverini, professor; José Barros Magaldi, professor; Israel Nussen-Veig,

professor; Antônio Frederico Branco Lefévre, professor; José Maria Tacques Bittencourt, instrutor; Francisco Humberto.

Ministério da Educação e Cultura – Decreto de 29 de Abril de 1969.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe conferem os Parágrafos 19 e 29 do Artigo 69, do Ato Institucional n. 5 de 13 de Dezembro de 1968 resolve:

APOSENTAR:

Nos cargos ou funções que ocupam na Universidade de São Paulo com os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de Serviço ou rescindir os respectivos contratos, quando for o caso, dos seguintes servidores:

- Alberto de Carvalho da Silva
- Bento Prado Almeida Ferraz Júnior
- Caio Prado Júnior
- Elza Salvatori Berquó
- Emília Viotti da Costa
- Fernando Henrique Cardoso
- Hélio Lourenço de Oliveira
- Isaías Raw
- Jean Claude Bernardet
- Jon Andoni Vergareche Maitrejean
- José Arthur Gianotti
- Júlio Puddles
- Luiz Hildebrando Pereira da Silva
- Luiz Rey
- Mário Schenberg

- Octâvio Ianni
- Paulo Mendes da Rocha
- Olga Baeta Henriques
- Paula Beiguelman
- Paulo Alpheu Monteiro Duarte
- Paulo Israel Singer
- Pedra Calil Padis
- Reynaldo Chiaverini
- Sebastião Baeta Henriques

Brasília, 29 de abril de 1969; 1489 da Independência e 8/9 da República.

Costa e Silva

Luis Antônio da Gama e Silva

Tarso Dutra.

Número especial de pesquisa da FAPESP de abril de 2014 (adicionado após o evento em Araraquara)

Braços civis de uma intervenção militar por Rodrigo de Oliveira Andrade
Marcas profundas de Eduardo Nonomura
O impacto na Academia de Marcos Piveta
A arte de ser do contra de Marcos Piveta
O passado no Presente de Glenda Mezarobba

A ditadura militar no cotidiano da docência e da pesquisa

Maria Conceição D'INCAO

Introdução

Hesitei um pouco quando a professora Maria Ribeiro do Valle, da UNESP/Araraquara me convidou, por telefone, para participar do evento acima referido: 1964-2014: Golpe Militar, Memória, História e Direitos Humanos, a realizar-se em Araraquara entre 8 e 11 de abril do corrente ano.

Bastante abalada com as atrocidades que a Comissão da Verdade vem revelando sobre o tratamento dado pela ditadura aos nossos intelectuais mais diretamente envolvidos na militância crítica ao autoritarismo característico, desde sempre, da nossa sociedade, ponderei que nós, os sobreviventes, sempre pudemos atravessar os 20 anos de ditadura, por mais difíceis que nos tenham sido, fazendo o nosso trabalho e resistindo, mais ou menos, às dificuldades, maiores ou menores, que nos eram colocadas. Nada que se pudesse comparar às tragédias que nos vêm sendo reveladas.

Mas, colocada a questão, comecei a relembrar, pouco a pouco, o constrangimento maior a que nós, os intelectuais críticos que restaram nas universidades quase arrasadas pela ditadura militar, nos vimos submetidos. A começar pelo medo, evidentemente. Mas não só. Havia o desamparo de nos vermos privados de nossos mestres, a insegurança ligada ao desafio de darmos continuidade a tudo que

aprendemos com eles, a dificuldade de acesso a informações confiáveis, além da desconfiança de tudo que nos cercava...

E aí, uma vez reacendida a chama, voltei-me para a UNESP ou, melhor dizendo, para o que ela era naquele tempo: um conjunto de "Institutos Isolados de Ensino Superior", distribuidos pelo Estado de São Paulo e, não raras vezes, criados pela demanda organizada da sociedade local. Um avanço da maior importância da nossa escola pública e, portanto, da democratização da formação universitária no Estado de São Paulo.

Esses institutos mal acabavam de nascer, quando ocorreu o golpe militar de 1964. O que significa que eles se desenvolveram – ou se institucionalizaram – sob domínio da ditadura militar. Sendo nossa tarefa, no evento programado, a de desvendar as marcas deixadas pelo obscurantismo do regime militar na atual UNESP. Trabalho maior para o qual comecei a me sentir fortemente mobilizada – e emocionada. Mais e mais, à medida que me dava conta de que, nos 20 anos que trabalhei no que é hoje a UNESP – dez anos em Presidente Prudente e dez em Araraquara – meu entusiasmo originário pela universidade que estaríamos ajudando a construir passou do absoluto ao mínimo, que sempre nos é garantido, quando gostamos de ser professores: a sala de aula e suas atividades correlatas.

E mergulhada na memória desses 20 anos, decidi, presa agora a uma avalanche de lembranças reveladoras do peso maior criado pela ditadura militar ao dia a dia de nossos trabalhos de docência e pesquisa, organizar meu depoimento como uma seleção mais ou menos cronológica de situações consideradas significativas desse contexto - eu não saberia organizá-lo de maneira diferente.

Primeiros contatos com a ditadura militar

Cheguei em Presidente Prudente, em janeiro de 1964, recém formada pelo Curso de Ciências Sociais da USP e após um ano de trabalho como auxiliar de pesquisa no CESIT – Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho - criado com a liderança dos professores Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso.

Vinha com uma carta de recomendação do prof Florestan Fernandes para o prof J.F. Martins Bonilha, seu antigo colega de curso na própria USP e prof. de Sociologia em Presidente Prudente. A razão dessa minha decisão, com a qual o prof. Florestan Fernandes não concordava, era a de que eu estava grávida do meu primeiro filho e, planejando outros, achava que seria mais fácil acumular as funções de mãe e professora/socióloga numa cidade de interior. Bons tempos aqueles...

Não trazia comigo qualquer experiência de militância política clandestina. Não porque tivesse algo contra os diferentes grupos políticos existentes na USP. E muito menos porque não fosse solidária às causas que eles abraçavam. Participava das passeatas em defesa da escola pública ou de operários em greve, além das reuniões e cursos promovidos pelo "grêmio" - centro acadêmico - tendo em vista, grosso modo, a crítica ou a complementação dos cursos considerados conservadores - ou menos progressistas - na nossa grade de disciplinas obrigatórias. Mas, tendo de trabalhar para estudar - passava meus sábados e domingos na Biblioteca Municipal - faltava-me tempo para mergulhar na sutileza das divergências entre esses pequenos grupos e para avaliar a importância de cada um deles naquele cenário. Ou talvez eu não tivesse mesmo vocação para a política clandestina...

Contratada como professora de Metodologia e Técnicas de Pesquisa Social, no início de 1965, não demorei muito a ver que os tempos mudavam: o antigo diretor da faculdade, vinculado às condições de sua criação por demanda social, era substiuido por um juiz de direito, imposto pela ditadura – dr Sílvio – e que vinha acompanhado de um secretário – seu Camargo – evidentemente talhado para ficar: começou seus trabalhos elaborando uma ficha de frequência dos professores de tempo integral, para ser assinada duas vezes – chegada e saída – nos dois períodos diários de trabalho: 8h às 12h e 14h às 18h.

Na minha inocência de recém-chegada, tentei mostrar a seu Camargo que nós, professores em tempo integral, éramos pagos para dar aulas e fazer pesquisa e que dificilmente passaríamos o dia inteiro na faculdade, mas minha resistência não encontrou eco junto aos demais professores, que já sabiam melhor do que

eu o que era a ditadura. Essa ficha permaneceu lá por muitos e muitos anos. Mesmo quando, pouco a pouco, os professores foram deixando de preenchê-la no dia a dia e a assinavam, vez por outra, por períodos maiores. Quando já tinha sido transferida para Araraquara, mais de dez anos depois, tive a oportunidade de ver uma funcionária antiga da faculdade – Maria - procurando alguns professores, de porta em porta, para preenchê-la pelo período do mês já vencido.

Ainda a propósito da direção da faculdade, um grupo de professores entendeu que o Dr Sílvio era um diretor provisório e se organizou numa tentativa de substitui-lo por um colega escolhido – ou eleito - por seus pares. Uma viagem foi feita a São Paulo especialmente para levar à Coordenadoria dos Institutos Isolados – antiga CESESP – a indicação do nome que havíamos escolhido. Mas os colegas encarregados da tarefa voltaram com a indicação de um outro colega para o cargo: o professor Ferrari, geógrafo originário do Rio de Janeiro e, até onde se sabia, convidado pelos geógrafos locais para trabalhar na faculdade.

1968: a ditadura no interior da CESESP (atual UNESP)

Influenciados pelas mobilizações de maio de 68 na França, estudantes e professores dos Institutos Isolados passaram os meses de junho e julho ensaiando mobilizações reivindicatórias. Os estudantes, em articulação com os movimentos estudantis da USP. E, nós professores, no esforço maior da reunião de representantes dos diferentes Institutos para a discussão de nossos problemas comuns – a articulação dos mesmos numa grande universidade, como pano de fundo. Chegamos a fazer, até onde me lembro, duas reuniões em Botucatu, por iniciativa dos professores da Faculdade de Medicina, e uma em Araraquara, liderada pelo Prof. Safiotti e sua mulher, Helleieth Safiotti. Mas as férias de julho interferiram um pouco no planejamento de novos encontros e chegamos em agosto num novo contexto: o diretor - Ferrari - nos comunicava uma determinação da CESESP que suspendia as aulas no decorrer do mês de agosto a fim

de que, em cada Instituto fossem organizados foros de debate sobre o tema Reforma Universitária.

Mobilizados que estávamos, alunos e professores, para a discussão da nossa "reforma universitária", não nos foi difícil programar rapidamente os tais foros de debate. Um grupo de professores e alunos - com participação paritária, uma exigência do movimento estudantil - organizou-se rapidamente para a programação dos temas a serem debatidos num curso piloto. Tratava-se de pensar a universidade no seu contexto histórico mais geral - "Realidade Brasileira e Reforma Universitária" - através de um certo número de temas específicos.

Informado sobre essa proposta, Ferrari decidiu levá-la à aprovação da Congregação, aceitando a exigência de participação paritária dos estudantes. Não sei se pela urgência da tarefa que lhe tinha sido imposta pela CESESP, ou porque já imaginasse que a maioria dos professores pertencentes ao órgão colegiado seria favorável a aprovação do curso.

Na prática, os debates seriam feitos a partir da leitura de textos indicados por uma "comissão de textos", formada por professores das áreas de conhecimento mais próximas desses temas, com participação paritária de estudantes. E para o encaminhamento desses debates contou-se com a colaboração das professoras Tereza e Antônia Marini, pedagogas recém chegadas da USP, assim como da professora Sumi Butusgan, da área de Psicologia da Educação. Essas professoras traziam consigo a "metodologia da dinâmica de grupo", entendida, até onde me recordo, como recurso pedagógico importante na crítica ao autoritarismo das aulas expositivas de excelência, dominantes na nossa universidade e uma das questões centrais das mobilizações em cena na França. E foi com a contribuição maior dessa metodologia que os nossos foros de debate se realizaram, com os estudantes distribuídos pelas diferentes salas de aula disponíveis, a partir da leitura prévia de textos selecionados e com a participação mais ou menos especializada dos professores mais ou menos engajados.

Custo a acreditar, ainda hoje, no clima de aplicação e seriedade que se criou em torno desses debates: as salas repletas de estudantes de diferentes cursos - períodos da manhã e da tarde - e uma parcela

bastante importante dos professores circulando entre elas para deixar sua eventual colaboração.

E foi no relativo vazio que se criava no entorno das salas de aula durante esses debates, que pude observar, nos momentos em que me deslocava entre uma e outra sala, a presença contínua (suspeita!?) de seu Camargo e do professor Litholdo, do curso de Pedagogia, sempre conversando a uma certa distância dos nossos trabalhos....

Chegamos ao final do mês de agosto com um pequeno atraso na programação e a demanda de mais algum tempo para os trabalhos de avaliação ou afins - que não foi aceita pela direção da escola como seria de esperar.

Não foi fácil interromper toda aquela mobilização.

Mal retomávamos nossa rotina - acho que no mês de outubro - recebemos uma comissão de fiscalização da CESESP, encarregada de fazer uma apuração (?) do que acabamos chamando de "curso piloto". E que passou cerca de 3 dias entrevistando cada um dos professores mais diretamente envolvidos com as atividades programadas. O clima entre nós era de muita tensão e estranhei o fato de não ter sido chamada para a entrevista, não obstante fizesse parte dos professores convocados. No final dos trabalhos, num café que oferecíamos ao grupo que nos investigava, um deles comentou que não tinham me chamado porque lhes bastava a entrevista que tinham feito com meu marido - Jairo - professor de Administração Escolar, bastante envolvido com a estruturação/formalização do nosso curso piloto. Afinal, me perguntaram eles com aparente bom humor, "o marido é a cabeça da mulher, não é?" Concordei com eles, evidentemente. Mas pensando que não tinham me chamado porque estava grávida, o que não deixava de ser gentil.

Desdobramento dos acontecimentos de 68

As investigações da CESESP não se limitaram àquela primeira apuração dos fatos ligados aos foros de debate. Em meados do primeiro semestre de 1969 nós, os professores mais diretamente envolvidos com o curso, fomos convocados para um depoimento

em São Paulo. E enquanto nos preparávamos para essa viagem, fazendo pequenas reuniões para rememorar a experiência do curso, fui procurada pelo estudante Cirton Genaro, da diretoria do Centro Acadêmico, para uma revelação grave: um texto já publicado de Francisco Wefford, que havíamos selecionado para o debate do tema Política no Brasil, tinha sido reproduzido - mimeografado - com o enxerto de um texto recente de Mariguela - nada menos do que ele. E havia a hipótese de que esse texto teria sido enviado pelo seu Camargo para a CESESP.

Depois de examinar o texto, organizei uma reunião sigilosa para informar o contratempo a todos os professores convocados a depor em São Paulo, inclusive o diretor - Ferrari. E decidimos, sem grandes discussões, porque não seria o caso de incriminar os estudantes envolvidos, que todos diríamos não conhecer o texto, na hipótese de sermos interrogados sobre ele.

No dia seguinte pela manhã fui convocada para uma conversa com o Ferrari, na diretoria. Uma conversa longa, onde ele me pedia detalhes sobre o conteúdo do texto e dos enxertos feitos pelos estudantes, além de um relato minucioso sobre os estudantes mais envolvidos, minha participação na escolha do texto, etc...etc. Disse-lhe tudo que sabia e que não era mais do que já lhe havia dito antes. Mas, quando nossa conversa terminou e me levantei para sair, ele apertou o botão de um gravador que tinha meio escondido a seu lado, dizendo-me, claramente, que a nossa conversa tinha sido gravada.

Meio atordoada e já na minha sala, refleti sobre a situação... Decidi não contar o ocorrido para ninguém - nem mesmo para o meu marido, que também estava convocado para depor em São Paulo. Temia um pânico que desorganizasse nosso depoimento já devidamente preparado. E, ainda no calor da hora, voltei à sala do Ferrari para dizer-lhe que "guerra é guerra" e que a responsabilidade dele, como diretor, naquela história toda, tinha sido muito maior do que a minha... permitindo, por exemplo, a participação paritária dos estudantes na Congregação - só do que me lembrava no momento...

Difícil resumir aqui a tensão maior que vivi na entrevista a que fui submetida por dois dirigentes da CESESP a serviço da repressão

- ou dois agentes da repressão a serviço da CESESP? Eles já deviam ter informações bastante precisas sobre a minha importante participação na comissão de textos do curso piloto em fase de investigação... Intuitivamente, decidi me deixar levar na direção dos temas e textos selecionados pela comissão. Assim, por exemplo, quando eles me interrogaram sobre o primeiro tema do curso - Capitalismo e Socialismo - definido pelos estudantes, adiantei-me dizendo que o texto indicado para leitura no desenvolvimento desse tema tinha sido "A mercadoria", o primeiro capítulo de *O Capital* de Karl Marx. Senti-lhes o desarranjo no sorriso irônico de um deles - "Marx?!". E comecei a ganhar segurança, explicando-lhes que o papel dos professores era sempre o de trazer o debate político para os clássicos, evitando material panfletário... etc. etc...

E quando o texto adulterado pelos alunos me chegou às mãos, já pude examiná-lo, longa e tranquilamente, antes de dizer que não o conhecia, mesmo sem ter a certeza de que todos os colegas entrevistados diriam a mesma coisa...

Parece que todos os interrogados fizeram o combinado. Mas será que todos tinham sido interrogados sobre esse texto?... O fato é que as entrevistas foram muito longas e nós, os colegas, mal chegamos a nos ver na antessala das mesmas. E que não se conversou, nem mesmo de volta à faculdade, sobre a experiência da maioria dos colegas - só a de alguns poucos. Acho que o medo tinha se instaurado no grupo.

Algum tempo depois - penso que cerca de meio ano - Ferrari voltou a me chamar à sua sala, com uma espécie de pequena novela: alguém lhe teria dito que eu estava organizando um grupo para levar à Secretária da Educação - Esther de Figueiredo Ferraz - que deveria nos visitar dentro de um ou dois dias, um pedido da demissão dele como diretor. Não pude me impedir de achar a coisa cômica: eu não sabia - e nem queria saber - da visita da secretária. E não podia sequer imaginar, naquele contexto de ditadura em que vivíamos, a possibilidade de um diretor que fosse melhor do que ele, o Ferrari que, no limite, era um colega. Mas, enquanto eu lhe dizia isso, fui percebendo a gravidade da situação e fechei a questão: ele tinha de me dizer de quem tinha ouvido essa notícia - aí sim nós teríamos uma

pista. E tanto insisti que ele me contou: era o Litholdo. Comentei que se eu tivesse pensado mais um pouco teria adivinhado. E voltei para minha sala.

Mais um pouco de tempo, novo apelo de Ferrari, trazido por um funcionário: um pedido para que eu chegasse à sua sala. Era para um "acareamento" com o Litholdo, que já me esperava, muito constrangido e bem assentado na diretoria... Tive uma espécie de transtorno - achei lamentável aquela situação. Humilhante, no limite, para o próprio Litholdo... Pedi licença, peguei o meu carro e fui para casa.

Mas a coisa era mais grave: dois ou três dias depois era publicada no Diário Oficial a destituição do Ferrari e a indicação do Litholdo para a direção da Faculdade. Tempos difíceis pela frente.

Recolhimento intelectual em Presidente Prudente

Na verdade, com Litholdo ou sem ele, consolidava-se um recuo geral no tocante à participação dos professores em qualquer atividade ligada aos interesses da instituição como tal. Os professores, a maioria jovem e originária de boas faculdades públicas, concentravam-se, pouco a pouco, nas suas próprias carreiras - suas teses de doutorado na maior parte das vezes.

A predominância dos geógrafos na nossa faculdade nos assegurava um clima de produção científica bastante estimulante. Porque eles trabalhavam com pesquisas de campo, nas quais engajavam seus próprios estudantes. E era também nessa direção que eu vinha organizando, desde minha chegada na faculdade, a programação para as disciplinas de Metodologia e Técnicas de Pesquisa. Com pequenas incursões a campo - pesquisas exploratórias - que me permitissem construir, com os estudantes, problemáticas teórico-metodológicas de pesquisa, sem as quais não me parecia possível introduzi-los nos temas mais específicos dessas disciplinas.

Nesse clima de trabalho, bastante acelerado pelas teses em andamento, tínhamos todos a impressão de uma certa resistência à ditadura militar. Mas eu temia o isolamento que nos estava sendo imposto e a acomodação que já me parecia anunciada. Ocupei-me

de fazer o mestrado - um estatuto recém- criado na USP - a despeito do esforço que me significaria, em termos de algumas viagens a São Paulo, para uns poucos seminários preparatórios.

Na USP, o substituto principal dos professores de Sociologia que tinham sido caçados pela ditadura - Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso - era o professor Luiz Pereira. Que aceitou prontamente ser o orientador da minha dissertação de mestrado, desde que apresentada num prazo rigorosamente determinado - só mais para a frente eu descobriria tratar-se do prazo estabelecido pelas “autoridades competentes” para o encerramento dos trabalhos iniciados na universidade antes da ditadura. Após os quais seriam exigidos os cursos de mestrado.

1972: Arrogância e acanhamento intelectual na USP

Eu tinha acumulado, por meio de diferentes oportunidades de pesquisa em Presidente Prudente, uma quantidade de dados que me permitiria analisar o êxodo rural no município e o consequente inchamento da população urbana - um tema que começava a ser anunciado nas regiões mais desenvolvidas do país. Mas o que se passava com essa população excedente do meio rural, que permanecia na cidade aparentemente sem destino - ou sem a possibilidade de seguir em frente como acontecia nos tempos em que a região era frente de expansão - ainda era pouco estudado.

Eu sabia, pela consulta a catálogos de livros publicados em alguns países da América Latina, da existência de textos sobre essa temática: as então chamadas populações marginais. Cheguei a escrever para algumas editoras sobre a possibilidade de me enviarem esses textos. Mas a resposta aos meus apelos tardava e o meu prazo era inadiável.

Escrevi ao professor Luiz Pereira perguntando-lhe se tinha alguns desses textos - eu iria a São Paulo para consultá-los no próprio departamento de sociologia, se fosse o caso. Ele me respondeu que não tinha, o que me obrigou a finalizar meu texto sem o recurso a uma literatura especializada, que me permitisse o diálogo convencional

com a comunidade acadêmica. E acabou atrofiando um tanto a terceira parte da minha dissertação.

Mas o pior estava por vir: enquanto aguardava a defesa de minha monografia, tive acesso a uma publicação do professor Luiz Pereira, sobre populações marginais, na qual toda aquela bibliografia que eu lhe havia solicitado era citada.

Dispensável dizer do desencanto com o qual me preparei para a defesa do meu trabalho, mesmo já tendo recebido alguns livros sobre o tema, como resultado dos esforços que tinha realizado junto a algumas editoras...

Cheguei à USP para essa defesa decidida a não contar essa história. Em respeito aos demais participantes da banca: Marialice M. Foraccki e José de Souza Martins, meu antigo colega de curso.

Mas o meu colega Martins já começou a me examinar interrogando-me, arrogantemente, sobre o descompasso existente entre as duas primeiras partes da minha dissertação - ótima e boa - e a terceira, que achava péssima...

E foi além, mostrando-se igualmente indecoroso: "você tem de escolher, Conceição, ou você fica do lado de lá, catando dados como se faz no interior, ou você fica do lado de cá, como uma verdadeira filha da USP" - ou qualquer coisa por aí. "Você nem sequer citou a bibliografia do seu orientador!!!"

Contei-lhe, desconsertada, a recusa de meu orientador em me dar acesso a essa literatura...

A professora Marialice, que já me havia examinado, relembrando as muitas entrevistas que lhe fizera para sua tese, para colocar em valor o tratamento que eu dava à parte empírica do meu trabalho, me olhava perplexa -"não diga... não diga..." Mas a banca afastou-se, acho que felizmente, para decidir sobre a minha nota - 8,0 se bem me lembro. Uma nota justa do meu ponto de vista, já que eu tinha consciência dessa limitação do meu trabalho. Mas inusitada.

Nunca mais vi a Marialice, que morreu logo a seguir.

Não revi esse meu trabalho, como pretendia a princípio.

E é a primeira vez que conto essa história fora do meu grupo de amigos muito próximos.

A propósito de ditadura e mestrado

Acabei de me dar conta, no exato momento em que narrava os acontecimentos acima, que o mestrado, como pré-condição do doutorado, foi instituído nos tempos da ditadura. Não tenho informações suficientes para afirmar que ele surgiu com os prepostos da ditadura que iam, pouco a pouco, consolidando-se dentro da universidade. Mas os rumos tomados pela sua institucionalização permitem uma reflexão sobre o tema.

Ele surgiu como pré-condição do doutorado - o título a que tinham direito os profissionais da investigação científica. E em substituição à antiga prática que existia na USP, de oferecer cursos mais especializados inclusive com a contratação de professores estrangeiros. Cursos que, de um lado, se apresentavam como alternativa possível para os cursos opcionais dos estudantes previstos no currículo dos mesmos. E, de outro lado, como cursos de pós-graduação livres para os interessados em fazer carreira acadêmica ou produção científica.

Nesse sistema que existia na USP, além da abertura aos estudantes dos caminhos da criação científica, oferecia-se também, aos professores, a possibilidade de estágios no exterior para o aprofundamento do conhecimento necessário à produção científica no interior da própria USP - o que começava com o doutoramento.

E com a criação do curso de mestrado todo esse processo de amadurecimento para a criação científica foi se restringindo, pouco a pouco, à sala de aula e aos professores de sempre, que por melhores que fossem tinham necessariamente a limitação de suas próprias especialidades.

Acompanhei mais de perto essa questão no tempo em que trabalhei na UNICAMP, contratada exatamente para participar do curso de mestrado e da criação do doutorado em sociologia. E pude ver, nesse esforço maior que fazíamos, a extensão dessas dificuldades, que já apareciam no momento da seleção dos estudantes do mestrado e, agora, do doutorado.

Havia, nos dois casos, uma prova escrita e uma prova oral, da qual só participavam os candidatos aprovados na primeira prova. E era no momento da prova oral - uma entrevista orientada para o

interesse específico de cada candidato - que a questão se colocava: como dissociar aquela multiplicidade de interesses dos candidatos, ligadas quase sempre às suas diferentes experiências de vida, à disponibilidade, sempre mais limitada, de professores especializados?

Isso acontecia entre 1985 e 1988, quando tínhamos acabado de sair da ditadura, mas o pano de fundo era o risco de vermos o nosso curso de mestrado - e, por extensão, o de doutorado - transformados em mera continuidade rotineira dos cursos de graduação.

Tenho a impressão de que isso se consolidou nas diferentes universidades. Porque as dissertações de mestrado e teses de doutorado a que tive acesso - como membro da banca examinadora e em diferentes universidades - eram, com raras exceções, meros trabalhos escolares. Não contribuíam em quase nada para o processo de produção do conhecimento científico.

Não acredito que isso se possa resolver com o maior rigor dos professores e/ou orientadores. Acho que o problema está no sempre crescente caráter escolar dos cursos de mestrado e de doutorado. E, a favor dessa minha convicção, o fato de que as melhores dissertações de mestrado ou teses de doutorado que examinei ou orientei foram, na maioria das vezes, trabalhos produzidos a partir de experiências profissionais já bem amadurecidas - de pessoas que chegavam nos cursos de mestrado ou doutorado, obrigatórios, já sensibilizadas para o trabalho de reflexão científica.

É verdade que já me distanciei bastante, por motivos pessoais, dessas lides acadêmicas. Mas suspeito que, com raízes plantadas na ditadura militar, a nossa UNESP ainda esteja lidando com essas dificuldades.

Tese de doutorado em clima de ditadura militar

No princípio de 1973, quando meu trabalho programado para doutorado - *A relação teoria e pesquisa na produção sociológica da USP* - sob orientação do prof. Florestan Fernandes, que retornara ao nosso convívio, mal começava a caminhar, fui informada em Presidente Prudente, de que os professores que não fizessem suas teses até 31 de

dezembro teriam que entrar no novo sistema de créditos que acabava de ser definido pela CESESP, ao modelo do que estaria sendo feito pela USP. Entrei em estado de angústia...

Não pela questão dos créditos, porque o professor Florestan Fernandes já havia me liberado deles - ficou mesmo chocado quando soube da dificuldade maior que me significariam. Mas esse meu trabalho demandaria muito mais tempo. E eu percebia, só então, a importância maior do nosso doutorado na determinação dos rumos dos próprios Institutos Isolados: eu começava a ver que o doutorado podia ser, naquele momento, a garantia de um mínimo de poder no encaminhamento de nosso trabalho ou dos rumos de nossas faculdades.

Meu velho sonho de um trabalho de doutorado que, ao modelo dos nossos mestres, fosse o resultado de um longo amadurecimento intelectual tinha de ser adiado - ou quem sabe abandonado.

Retornei, pela primeira vez depois do meu estranhamento com a USP, à minha dissertação de mestrado. Eu poderia ampliar minha pesquisa sobre a evolução da agricultura e a formação de um excedente populacional em Presidente Prudente para a região. E eu já tinha começado a fazer mais entrevistas qualitativas, no campo e na cidade, no esforço maior de qualificar as populações que "inchavam" a periferia urbana da região. Sabia, pela crítica àquela literatura sobre populações marginais que me tinha sido negada e cobrada no mestrado, que ela mais me desviaria do que aproximaria do problema. Porque era na relação campo / cidade que essas populações periféricas ganhavam significado. Eu chegava à questão da transformação das relações de trabalho na agricultura... E no trabalhador assalariado temporário: o boia-fria.

Conversei com o professor Florestan Fernandes, que me apoiou no projeto, mas não se sentiu apto a orientar-me. Indicou-me o Martins - meu velho amigo - que pareceu aceitar a tarefa, mas não atentou para o meu prazo. Enviou-me - cerca de três meses depois - um cronograma do que deveria ser nosso trabalho conjunto, de acordo com qual, eu lhe enviaria um projeto de tese no momento em que ela - a tese - deveria estar pronta. E, já mergulhada na tarefa maior que tinha pela frente, lembrei-me da Heleieth Safiotti, que tinha

conhecido nas já mencionadas reuniões de professores, em 1968. Ela, que tinha o sentido da urgência da titulação dos professores dos Institutos Isolados para o fortalecimento da nossa resistência aos desígnios da ditadura, não apenas se dispôs a ser minha orientadora, como se adaptou plenamente à escassez de tempo e ao ritmo do meu trabalho: lia e avalizava os textos que eu ia escrevendo e enviando-lhe pelo correio e me enviava uma literatura bem selecionada e adaptada ao que eu estava trabalhando.

E eu já sabia que podia contar com a ajuda do professor Alvanir de Figueiredo, que ha algum tempo havia assumido a diretoria da faculdade, em substituição ao professor Litholdo. Naquele tempo tudo que fazíamos passava pelo apoio da direção da faculdade: transporte para pesquisa, impressão do texto em várias vias, regularização da participação dos estudantes em nossos trabalhos, salas para reuniões de trabalho, etc..

O desafio maior era o de fazer esse trabalho nos 9 meses que me restavam até o 31 de dezembro. Levei o tema para meus alunos do curso de Prática de Pesquisa que concordaram em caminhar comigo nessa direção. Acompanhando-me nas leituras necessárias, fazendo suas próprias investigações exploratórias e chegando a seus projetos de pesquisa individuais ao mesmo tempo em que eu finalizava minha tese. Somando, portanto, com o meu trabalho.

E eu contava, também, com a ajuda de quatro estudantes voluntários, que transformamos em estagiários de pesquisa - não remunerados - a partir de uma regulamentação que passou pela aprovação da Congregação e que lhes assegurava, ao final, um atestado de estagiário, a ser incorporado aos seus currículos de profissionais recém-formados - um detalhe significativo dos tempos em que ainda não tínhamos sido atingidos pela burocratização do que viria a ser a UNESP.

Pesquisa barrada pela polícia militar

Quase no final dessa trajetória, quando começava a investigar as possibilidades de organização política que vinham se definindo para

essa nova categoria de trabalhadores temporários - os boias-frias - deparei-me com a repressão policial.

Para essa investigação eu contava com duas possibilidades de observação divulgadas pelo jornal local, coisa rara naqueles tempos de ditadura: uma greve de trabalhadores temporários em Rancharia - cidadezinha situada a cerca de 50 km de Presidente Prudente - e a resistência de um grupo de posseiros - apoiados por boias-frias - a uma operação de despejo de suas famílias pela polícia militar, no Pontal do Paranapanema.

1) Greve de boias frias em Rancharia:

A primeira dificuldade, chegando à cidadezinha bem de manhã, foi localizar os grevistas. Eu não sabia, naquele tempo, que essas greves aconteciam nos pontos de partida, quando os "gatos", empreiteiros de mão de obra e donos do caminhão que os transportaria, anunciavam o valor que eles receberiam pelo trabalho feito naquele dia. E não havia sindicato de trabalhadores em ação na cidade - havia uma referência vaga a qualquer coisa parecida no passado. O que não pude investigar melhor, por razões que serão apresentadas mais à frente.

Diante dessa dificuldade maior, passamos o dia pela periferia da cidade, visitando ao acaso algumas casas que eventualmente eram de boias-frias, nenhum deles com informações mais concretas sobre a tal greve. Apenas algumas pistas, que fui anotando para a organização da nossa volta, num outro dia.

Quando, no final da tarde, voltávamos à estrada, fomos detidos num posto policial desses que são comuns nas proximidades da entrada de algumas cidades. Fomos abordados pelo policial que entendemos ser o chefe e convidados a entrar num pequeno escritório, onde tivemos que nos apresentar e contar o que fazíamos por ali. Contei-lhe tudo exatamente como era: a perua da Faculdade Estadual de Presidente Prudente, a professora, os estudantes, a pesquisa e seus objetivos.

Os policiais nos disseram que tínhamos de esperar o chefe - não consigo me lembrar se major ou capitão - que não deveria tardar. Esperamos, sem perdão, cerca de três horas, acompanhando à dis-

tância os telefonemas que se sucediam... Até que chegou o chefe, devidamente acompanhado de outros policiais, que voltaram a nos interrogar longamente, examinaram nossos documentos e realizaram novos telefonemas.

Saímos de lá convencidos de que não deveríamos voltar nem no dia seguinte, nem nos demais.

2) Despejo de posseiros no Pontal de Paranapanema.

Essa experiência foi mais produtiva e demandou cinco ou seis viagens - algumas no meu carro, para não pesar muito na pauta de trabalho da perua da Faculdade.

Resumindo bastante, encontramos as famílias despejadas, mais mulheres e crianças, num grupo Escolar de Mirante do Paranapanema. Em meio a seus pertences, galinhas, cachorros, gatos e instrumentos de trabalho. Conversamos um tanto - o coração apertado - e ficamos sabendo que alguns homens - as lideranças, conforme entendemos - continuavam na colônia: o conjunto das casas que tinham sido desocupadas. Outros, trabalhavam como diaristas nas imediações.

Fomos de carro até a colônia e não demoramos a conhecer as lideranças, que procuravam resistir ao despejo acompanhadas de amigos e parentes que tinham chegado para fortalecer o movimento - os boias-frias que eu esperava.

Entendemos rapidamente que se tratava de mais uma história típica da região: um velho fazendeiro de Presidente Bernardes, que tinha um título suspeito de 3 ou 4 mil ha de terra e que arrendara uma parte menor - mil ha - a um suposto empresário rural de Presidente Prudente para que ele se ocupasse de desmatar a terra e devolvê-la, ao final de 3 ou 4 anos, com o capim plantado. Tarefa que ele delegara a um grupo de famílias de pequenos produtores rurais - sub-arrendatários - em troca da possibilidade de, nesse percurso, irem fazendo ali a sua agricultura de sobrevivência. Até o momento em que essas famílias decidiram não devolver a terra, transformando-se, do ponto de vista legal, em posseiros despejados por determinação da Justiça.

Nesse contexto, o que me chamava mais a atenção era o fato de os posseiros estarem bem informados sobre os seus direitos, decorrentes da ilegalidade do título de propriedade da terra em questão. E não demorei muito a chegar a Zelmo Denari, Procurador da Justiça para a região de Presidente Prudente e encarregado da defesa dos posseiros em cena.

Marquei uma entrevista com Zelmo, na qual compareci acompanhada de meus estagiários de pesquisa. Apresentei-me e aos meus estudantes e falei-lhe, rapidamente, de meu trabalho de tese de doutorado e da minha necessidade de conhecer melhor a situação legal das terras envolvidas no despejo dos posseiros do Pontal de Paranapanema. Ele nos acolheu com simpatia crescente e, ao final de meu relato, me disse:

- "Tudo bem, mas depois você me leva cigarro?" Respondi-lhe, no tom de humor que me era permitido, que nós trocaríamos cigarro, se fosse o caso - o que tive de explicar melhor aos meus estagiários, que não conheciam a expressão. Mas já fui entendendo a gravidade maior da situação e, na segunda vez em que voltei lá, na busca de mais informações sobre o andamento legal da questão dos posseiros, não levei meus estagiários - Zelmo me dava uma consciência maior do risco que corríamos.

Telefonei- lhe, no exato momento em que começava a organizar este depoimento. E depois de rememorarmos um tanto as dificuldades daquele momento, Zelmo me informou de que era, na ocasião, sub-procurador da Justiça, na função de procurador chefe da região de Presidente Prudente. E que acumulava, por iniciativa própria, a função da assistência judiciária - ou jurídica- para a qual não havia um profissional competente encarregado - de onde o risco de repressão.

Mas, enquanto eu refletia sobre a conveniência ou não de dar continuidade a meu trabalho de pesquisa, o caso crescia na imprensa local e ganhava a cena dos sermões de domingo de um padre local... Para chegar, finalmente, na própria faculdade, onde os estudantes começaram a pregar cartazes por todo canto e a se organizar em defesa dos posseiros...

Um professor de Geografia Humana, que se dizia do PCB e vivia sempre afastado de qualquer mobilização estudantil, procurou-me para sugerir meu engajamento com o padre e os estudantes, por meio de uma reunião programada na própria faculdade. Estranhei esse comportamento. Porque ele, mais isento na situação, não tomava essa iniciativa? E aquele olhar de desdém, cujo significado eu sentia como se me dissesse: só por causa de uma tese de doutorado?

Fui para casa mais cedo, torturada pela preocupação com a segurança dos estudantes e a minha responsabilidade naquilo tudo. Porque eu tinha a consciência de que essa agitação passava também pelos meus estagiários e pelos estudantes do meu curso de Prática de Pesquisa.

À noite, meu amigo estudante Cirton Genaro - o mesmo que em 1968 havia me informado sobre o texto que fora adulterado pelos estudantes - apareceu em minha casa: a faculdade corria o risco de ser invadida pela polícia e ele queria saber se eu concordava com a eliminação dos cartazes e a desmobilização total dos estudantes... No dia seguinte, tudo voltava à normalidade na nossa faculdade.

Telefonei também, no momento em que organizava este depoimento, ao Cirton, que é hoje um pintor reconhecido, cujo trabalho eu acompanho com muito carinho. Pedi-lhe que me informasse se a polícia que nos ameaçava naquele momento era a polícia militar ou a polícia civil. Disse-me que havia ameaça dos dois lados: o do batalhão da polícia militar, que já sabíamos ter chegado a Presidente Prudente com o objetivo específico de acompanhar o movimento ligado ao despejo dos posseiros, e o da delegacia de polícia, que se ocupava da mobilização de resistência dos estudantes à transformação dos centros acadêmicos em diretórios acadêmicos, onde o poder de participação política lhes seria retirado - o que acabou acontecendo um pouco mais adiante, por iniciativa de Jabas Passarinho, Ministro da Educação no Governo Médice.

Um momento de inflexão

Minha tese de doutorado - O Boia-Fria na Alta Sorocabana - foi a última a ser defendida, em abril de 1974, naquele esforço maior de nos livrarmos dos pré- requisitos para o doutorado que estavam se institucionalizando. E já num período em que começava a se esboçar na faculdade o que eu entenderia e viveria como um longo período de retraimento da atividade intelectual: nada mais parecia acontecer depois desse esforço coletivo. Comecei a me inquietar, porque, uma vez doutorada, eu não tinha mais o recurso das minhas viagens a São Paulo - e por onde andaria a vitalidade da USP, àquela altura? Sentia falta, também, de um diálogo mais frequente com o pessoal da minha área - minoritário em Presidente Prudente. E vivia uma crise de casamento.

Decidi aceitar um convite da Heleieth Safiotti e pedi minha transferência para Araraquara. Mais próxima de São Paulo e com um departamento de sociologia maior e, supostamente, mais propício à troca de experiências profissionais.

A trajetória do meu livro sobre os boias-frias no que viria a ser a UNESP

Eu já estava morando em Araraquara, para onde me mudei no começo de 1975, em razão do início do ano escolar de meus filhos, quando minha tese de doutorado, agora com o título de “O boia--fria: acumulação e miséria” foi publicada, através de um convênio feito entre a faculdade - pela mediação do então diretor, prof. Alvanir - e a Editora Vozes. E foi numa das viagens que fazia semanalmente para dar aulas em Presidente Prudente, enquanto aguardava minha transferência para Araraquara, que me defrontei com o livro publicado, ao lado do balcão onde nós professores costumávamos nos encontrar para tomar café. Alegria maior! Festejei o acontecimento com alguns colegas e tomei a liberdade de pegar alguns volumes para começar a distribuí-los para os amigos e parentes mais próximos.

Pretendia programar com a direção da escola o destino do conjunto... E voltei para Araraquara.

Na semana seguinte, já com a lista das pessoas e instituições para as quais gostaria de enviar o livro, fui informada de que ele tinha sido recolhido. Até onde entendi, pela repressão. E não havia mais ninguém que pudesse me dar alguma outra explicação. Os amigos mais chegados, tão perplexos e receosos quanto eu. O que se repetiu nas outras duas ou três viagens que fiz a Presidente Prudente.

Fui informada da aprovação da minha transferência para Araraquara pelo professor Jorge Nagle, então diretor, que me recomendou, de modo afetuoso, cuidados especiais no tocante a convites para palestras ou atividades afins.

Mas a segunda edição do livro saía já no segundo semestre de 1975 - no mesmo ano da primeira edição - e fui me dando conta de que o risco de repressão maior ao meu trabalho tinha passado.

Algum tempo depois da criação da UNESP - 1980 - minha irmã Maria Ângela, ex-colega de trabalho em Presidente Prudente e que agora trabalhava em Marília, convidou-me para passar com ela na antiga CESESP, agora reitoria da UNESP. E de repente, esparramados num dos cantos da sala do advogado / assessor que nos recebia, vi-me diante dos meus livros dos boias-frias que tinham sido recolhidos pela repressão em 1975 - "olha aí, os seus livros", me disse o personagem da ditadura que se recriava, aos meus olhos, no interior da própria UNESP.

E, mais recentemente - há cerca de três ou quatro anos - em visita, em Presidente Prudente, a meus velhos amigos Alvanir e Regina Márcia, tive a oportunidade de ver, num livro em que ele me mostrava, uma longa entrevista a que fora submetido. Nesta publicação ele contava, nas minhas palavras, que fora induzido a enviar meus livros dos boias-frias à antiga CESESP, porque estava sendo acusado de ter usado dinheiro público para a publicação de um livro subversivo na Faculdade de Presidente.

Terror anunciado pela crítica dos agentes da ditadura ao livro do boia-fria

No começo de 1977, recebi um telefonema de Regina Márcia, de Presidente Prudente, dizendo-me que Alvanir tinha chegado da CESESP com um livro intitulado *Os Boias-Frias e o Marxismo*, de um cidadão chamado Adolfo Vasconcelos Noronha, que me fazia uma crítica realmente assustadora. Dois ou três dias depois eu recebia o livro pelo correio - suponho que enviado pelo próprio autor.

Nesse livro, a título da demonstração da possibilidade de uma abordagem outra da temática do boia-fria, Adolfo Vasconcelos Noronha "pede a minha pele". Chamando-me de "dona Maria", do começo ao final do livro, com o requinte de algumas charges - três ou quatro - em que sou ridicularizada e até fuzilada. Só no final do volume, um certo reconforto: a citação de grandes e reconhecidos intelectuais do Rio de Janeiro, igualmente condenáveis à extinção.

Comecei a ler esse livro, acho que por inocência, com um certo bom humor. Pelo ridículo de suas análises no esforço maior de se contrapor ao que entendia como marxismo - sua obcessão principal. Mas, pouco a pouco, fui me deparando com o ódio visceral que esse cidadão me dedicava através de suas supostas análises. E comecei a sentir medo...

Coincidentemente, meu amigo e colega Paulo Argemiro, professor em Araraquara naqueles tempos - depois transferido para a USP - voltava de um período de férias com a família numa colônia da antiga Força Pública, onde encontrara o livro distribuído entre os militares ali presentes e trouxe-nos algumas informações sobre o autor da façanha. Tratava-se do dono de uma universidade em Guarulhos e, ao que diziam, informante policial do temido delegado Sérgio Fleuri - agente privilegiado da ditadura militar e morto, um pouco mais à frente, num acidente insólito ocorrido numa das praias do litoral Paulista.

Diante dessas informações, e bastante inquieta, resolvi consultar algumas pessoas mais experientes do que eu nesses transtornos da ditadura militar. Dentre essas pessoas, procurei, no Rio, o advogado

Modesto da Silveira - companheiro de Branca Moreira Alves que eu conhecia por intermédio da Heleieth Safioti. Bastante conhecido naqueles tempos por seu trabalho na defesa de presos políticos - hoje tem uma importante obra publicada sobre os tempos da ditadura militar - Modesto mencionou a possibilidade de uma investigação sobre a editora citada no livro - desconhecida. E procurou tranquilizar-me, lembrando que a abertura política se anunciava... Ficamos de nos falar mais à frente, se isso me trouxesse mais algum transtorno.

Mas, o lançamento de edições sucessivas, acompanhadas do convite pra debater meu livro em diferentes setores da sociedade - de universidades a sindicatos - foram me reconduzindo para o meu próprio trabalho. Sentia claramente que a oportunidade do seu lançamento, no exato momento em que começava a se esboçar a promessa de uma abertura política no país, era a explicação principal dessa demanda aparentemente ilimitada do livro do boia-fria. Mas, então, eu tinha feito a coisa certa. Não era do inevitável engajamento ideológico do pesquisador, que eu falava nos meus cursos de Metodologia e Técnicas de Pesquisa? E não era por aí que fazíamos a crítica aos manuais de técnicas de pesquisa existentes no mercado? O tão conhecido empirismo da Sociologia Americana? Grosso modo, eu tinha feito a denúncia dos descaminhos da nossa sociedade no regime militar.

E eu precisava continuar esse trabalho. Revendo e aprofundando meu esforço inicial. Lendo os livros ligados à problemática rural brasileira que eu não tinha tido tempo de ler. Retomando a questão da prática política dos boias-frias, que eu não tinha tido condições de aprofundar. A vida continuava...

Dinheiro público para a escola privada?

Retomo o livro *Os boias-frias e o Marxismo*- nesse contexto, por uma razão bastante especial no que se refere ao nosso tema: a relação entre a UNESP e a ditadura militar.

Esse livro, que não tem data de publicação, só pode ter sido escrito entre o final de 1975 - quando saiu a segunda edição do livro do

boia -fria citada pelo autor - e o final de 1976 - recebi o livro pronto no começo de 1977.

Revendo esse livro, dei-me conta de que ele começa endereçado ao diretor da "Faculdade de Filosofia Ciência de Letras de Presidente Prudente UNESP". Parei pra pensar: UNESP, naquele tempo? Liguei para minha irmã - mais atingida do que eu pelo desmonte da Faculdade de Presidente Prudente por ocasião da criação da UNESP - e para o próprio Alvanir, mais diretamente ligado àquele processo. Os dois me disseram que só se lembravam de ter ouvido falar na UNESP, mais à frente, por ocasião do desmantelamento dos antigos Institutos Isolados sob o pretexto da criação da nova universidade ...

Entrei na internet e descobri que a UNESP foi fundada em 1976. Conclui que só mesmo fundada, porque sua implantação tinha ocorrido cerca de 2 anos depois. Mas então o autor do livro em questão - Adolfo Vasconcelos Noronha - tinha acesso à antiga CESESP? Sabia do que se passava lá dentro? Teria relação com a passagem do sequestro da primeira edição do meu livro do boia-fria?

Difícil saber, mas - uma coisa puxa outra - lembrei-me da informação que tivera, naquele tempo, sobre o fato de ele ter uma faculdade em Guarulhos. Entrei na internet e descobri que existem hoje, em Guarulhos, cerca de 5 ou 6 grandes universidades - só uma federal.

Mas então seria possível pensar que a antiga faculdade do meu delator - parece que já falecido - teria sido financiada com dinheiro público? Com o conhecimento da antiga CESESP? Ou da atual UNESP? Só hipóteses, mas a questão vai mais longe. Todos temos elementos pra saber que o Governo Militar priorizou o investimento nas universidades e nas escolas privadas de uma maneira geral, em detrimento das universidades e escolas públicas. E as consequências ainda estão aí pra se ver: os resultados catastróficos da decadência da qualidade da educação pública. Coisa que os diferentes candidatos a cargos executivos vêm utilizando uns contra os outros nos períodos de campanha eleitoral, mas que tem sua origem na opção que a ditadura fez pelas escolas privadas.

A grande herança da ditadura na UNESP

A ideia de transformar os antigos Institutos Isolados em uma universidade foi, conforme já mencionei, o principal tema abordado pelos professores dos diferentes Institutos que participaram, em 1968, das reuniões programadas para a discussão de suas eventuais dificuldades comuns.

Trava-se, no essencial, da dificuldade de conciliar o que se entendia como democratização da universidade pública - oferta de vagas distribuída por todo o Estado - com a excelência das aulas a serem oferecidas. O que dependia, necessariamente, da qualidade maior da pesquisa científica a ser desenvolvida pelos professores e seus estudantes...

E foi considerando o custo maior da criação de centros de pesquisa de excelência por áreas do conhecimento em todo o Estado, que pensamos, pela primeira vez, na transformação dos Institutos Isolados em centros especializados de diferentes áreas do conhecimento: Ciências Sociais, Educação, Geologia, Língua Portuguesa, Ciências Agronômicas e por aí, ou por aí. E para contemplar o argumento da melhor distribuição das oportunidades de acesso às faculdades públicas sempre associado aos Institutos Isolados, pensávamos na construção, junto a cada um deles, de alojamentos para os estudantes, ao modelo do que foi feito na USP. Simples assim.

No entanto, o que foi feito por ocasião da criação da UNESP? Pior do que o contrário. Porque com o argumento de criar unidades mais ou menos especializadas, foram fechados vários cursos e desmantelados os antigos Institutos Isolados. Com o agravante de que, àquela altura, não só já havia alguma tradição de acumulação de conhecimento científico nos diferentes Institutos Isolados, como já estavam surgindo, em quantidade considerável, universidades e/ou faculdades privadas nas regiões em que eles se situavam. E nenhuma atenção foi dada a essas questões. O que, em grande medida, acabou transformando os cursos oferecidos pela UNESP em meras alternativas aos cursos oferecidos pelas universidades particulares. Nada parecido com a formação de qualidade que se esperava - e se espera ainda de algum modo - de uma Universidade Pública.

Não teria sido essa a intenção do governo militar? Não foi durante a ditadura que a excelência de nossas escolas de primeiro e segundo grau públicas também se perdeu? Ao ponto de nos permitir pensar na hipótese de uma transferência de dinheiro público para as escolas e faculdades privadas?

Sei que ainda existem, dentro da UNESP, áreas de conhecimento e/ou professores que se desenvolvem na direção da produção do conhecimento científico e da consequente formação superior dos estudantes. Mas tendo a ver isso, até por experiência própria, como resistência continuada aos descaminhos da educação pública durante a ditadura militar. O que não quer dizer que não chegaremos a emergir disso tudo, um dia.

Solidão e burocracia em Araraquara

Não pretendo me estender muito nesta última parte do meu depoimento. De um lado, porque entendo que quando cheguei a Araraquara, a CESESP começava a afinar o instrumento com o qual passaria a ser feito o controle do nosso trabalho intelectual e docente: a burocracia. E, de outro, porque tudo o que consegui alinhavar até aqui tem a intenção de narrar a trajetória percorrida pela ditadura militar no aprimoramento desse instrumento de controle.

Já disse que me transferi para a Faculdade de Araraquara na expectativa de um espaço maior de intercâmbio cultural. Um grande engano. Encontrei a faculdade vivendo o mesmo clima de recolhimento intelectual que deixei em Presidente Prudente, depois da corrida das teses de doutorado que também os professores de Araraquara tinham vivenciado.

Mas havia uma diferença importante, que demorei um bom tempo para entender: em Araraquara a burocratização no interior da faculdade já avançava. Numa disputa sem fim da liderança dos departamentos - de sociologia, de economia, de antropologia, etc. etc... Que ainda passava, naquele momento, pela disputa de uma liderança mais ou menos à esquerda - ou progressista - na definição dos rumos da Faculdade. Mas que não demorou muito a se descaracterizar como tal.

Comecei meus cursos de metodologia e técnicas de pesquisa como fazia em Presidente Prudente: cursos teóricos acompanhados de um curso de prática de pesquisa. E, na primeira experiência de levar os estudantes a campo, já encontrei dificuldades: com o uso da perua e com a exigência de explicações detalhadas sobre o que se ia fazer e o que se havia feito...

Consegui realizar com os estudantes uma primeira investigação junto aos pequenos produtores rurais existentes no entorno da cidade. Desse trabalho selecionei os três melhores para serem mais aprofundados e apresentados pelos seus respectivos autores - estudantes - no Congresso da SBPC em julho do ano seguinte -1976. Essa iniciativa ia ao encontro da abertura da própria SBPC na direção da redemocratização do país. Não pude realizar uma segunda experiência desse curso. Os entraves burocráticos me desestimularam... Tive de reorganizar o meu programa.

Agravando o problema, habituada que estava a articular minhas pesquisas com os trabalhos práticos dos estudantes, me via meio perdida... Precisava financiar um projeto de pesquisa. E, sobrecarregada com as demandas que me vinham do livro do boia-fria - palestras e participação em cursos ou eventos afins, todos dependentes de um pedido escrito à diretoria da Faculdade - andei meio à deriva, sem inspiração, a despeito de um ou outro pequeno texto que escrevia para um ou outro evento programado...

Em 1978, surgiu-me uma oportunidade de respirar e começar de novo. O convite para uma consultoria de pesquisa, junto à Coordenadoria de Planejamento e Avaliação, da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo. Era o tempo do Governo Paulo Egídio e o coordenador do departamento de pesquisa, Armando Barros de Castro, me convidava para trabalhar na seleção e edição de resultados de pesquisa que poderiam ser úteis para a recém iniciada mobilização dos metalúrgicos do ABC, antes da já anunciada chegada de Paulo Maluf ao Palácio Bandeirantes, onde se situava a "nossa' secretaria.

Curiosamente, não encontrei dificuldade, na Faculdade de Araraquara, de obter autorização para esse trabalho. Talvez por tratar-se de uma demanda do Estado em tempos de ditadura. E isso me

significou a possibilidade de viagens semanais, de dois dias inteiros, a São Paulo. Uma chance maior, porque encontrei lá um grupo de colegas e amigos - novos e antigos - mergulhados na ideia de que a abertura política estava começando e que tínhamos de investir nela.

Era o tempo em que Fernando Henrique se candidatava a senador pelo PMDB e o nosso grupo de trabalho se engajava na sua campanha eleitoral. Na qual mergulhei também, criando um comitê de apoio a ele em Araraquara, com a participação de um grupo relativamente grande de estudantes da Faculdade, alguns dos quais encontrei no ciclo de debates ao qual esse texto se refere. Organizamos um grande comício para o nosso candidato numa das praças de Araraquara. Um verdadeiro sucesso considerada a timidez de nossas expectativas iniciais - Fernando Henrique tinha raízes em Araraquara. Não senti muita receptividade de colegas da Faculdade para essas iniciativas.

Fernando Henrique me propôs, um pouco depois, um cargo comissionado junto a alguma instituição pública para continuar trabalhando com ele - ou para ele. Expliquei-lhe que gostava muito do meu trabalho e, com bom humor, que não sabia até quando continuaria trabalhando para o PMDB. Tornei-me sócia fundadora do PT um pouco mais adiante.

Terminada a campanha eleitoral e ainda procurando acelerar meu trabalho na Secretaria do Planejamento, nessas viagens entre São Paulo e Araraquara, fui me dando conta de que eu dependia daquela convivência intelectual para continuar o meu trabalho na universidade.

Eu tinha alguns colegas de faculdade, contratados em tempo integral, que viviam nesse vai-e-vem em que eu me encontrava. E, coincidentemente, me preocupava em encaminhar meu filho mais velho - Sérgio - que chegava ao fim dos seus estudos de primeiro grau, para um colégio particular de excelência em São Paulo. Sabia dos estragos que a ditadura estava fazendo com a nossa escola pública. Que talvez não tivessem chegado ainda a Araraquara, uma cidade de tradição cultural, mas chegariam... E eu tinha ainda minhas outras duas crianças - Mariana e Carlos - que avançavam na mesma direção. Argumentos que eu me inventava? Pode ser, porque

o que eu sentia mesmo em Araraquara era a falta de estímulo para o meu trabalho.

Resolvi me mudar para São Paulo.

E foi a partir daí que comecei a sentir, para valer, o peso maior da burocracia da CESESP. Mesmo cumprindo, rigorosamente e na esteira do que faziam meus demais colegas de trabalho que viviam em São Paulo, a carga horária de dois dias inteiros na faculdade - divididas entre aulas, eventuais reuniões e atendimento aos estudantes - eu me sentia como se estivesse sendo vigiada - talvez um tanto paranoica a essas alturas. E continuava com a obrigação das demandas por escrito para fazer palestras ou qualquer evento ligado às minhas atividades em São Paulo.

Essa espécie de perseguição parecia-me ter aumentado por ocasião de um incidente com a Delegacia de Polícia local. Eu tinha financiado pela Fundação Ford e através do CEDEC, uma pequena pesquisa de reconstrução histórica sobre as antigas mobilizações de pequenos produtores e/ou trabalhadores rurais nas imediações de Araraquara. Uma primeira aproximação do meu objetivo principal que era o dos possíveis caminhos da organização política dos trabalhadores temporários da região. E eu tinha um assistente de pesquisa - Moacir, estudante de Ciências Sociais da PUC de São Paulo - que se encarregava de entrevistar eventuais sobreviventes desses movimentos. E que foi preso num dado momento como suspeito de estar rearticulando o Partido Comunista na região. Passou uma noite na cadeia... o que não lhe foi fácil, mas procuramos tranquilizá-lo, no CEDEC, com a decisão de interromper esse projeto, com o aval da Fundação Ford...

Chegando a Araraquara, uns dias depois, fui informada de que o diretor da faculdade me esperava na diretoria. Para informar-me, em total sigilo, que eu tinha sido convocada para uma conversa na Delegacia de Polícia e que não dissesse isso a ninguém. Fui sozinha à delegacia, com uma certa apreensão. Felizmente, ao chegar lá, fui recebida por um delegado que havia sido meu aluno na Faculdade e, sem maiores manifestações de simpatia, recebeu-me e entrevistou-me com uma atenção quase carinhosa. No essencial, adaptou a minha linguagem de socióloga engajada à linguagem oficial da polícia da repressão, à medida em que ia ditando ao seu datilógrafo o que eu

ia lhe dizendo. Só contei isso a minha amiga e colega Dulce, na casa da qual eu era acolhida carinhosamente nas noites que passava em Araraquara - uma vez por semana na maioria das vezes. O diretor não me perguntou, nem mesmo na semana seguinte, como as coisas tinham se passado.

Essa experiência aumentou ainda mais o meu sentimento de estar sendo perseguida dentro da própria faculdade. O que piorou muito depois que fui convidada para fazer parte de um grande projeto de pesquisa: Cidadania e Participação Social, no CEDEC, em São Paulo. Um projeto financiado por uma organização alemã e, até onde me recordo, também pela Fundação Ford, no qual eu me propunha a fazer um estudo, grosso modo, sobre o potencial de organização política dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto - o trabalho que ficara me devendo quando escrevi o livro do bóia-fria. E agora eu tinha de fazer demandas por escrito também quando ia a campo fazer pesquisa.

Nesse clima de tensão em que vivia, tive uma crise de hipertensão durante uma das minhas aulas: debrucei-me na mesa, sem força para continuar ou me levantar. Fui levada para um hospital, com a ajuda da Dulce, já mencionada. Procurei um médico em São Paulo, que me aconselhou uma licença de trabalho de um mês, prorrogada por mais um. Nesse período fui procurada no CEDEC por uma colega - e antiga amiga - de Araraquara. Fiquei sabendo dois ou três dias depois, pela secretária do CEDEC, num dia em que tinha lá algum compromisso que não me provocaria qualquer tensão - bem nos termos do que recomendava o médico que me acompanhava. Não tive dúvida de que essa colega estivera lá para verificar se de fato eu estava doente. Ela poderia me telefonar - ou até visitar - se tivesse alguma necessidade de conversar comigo. Ou poderia ter-me procurado em Araraquara, depois que voltei a trabalhar. O que não aconteceu.

Descansada e fortalecida por algumas reuniões no CEDEC, onde fazíamos nosso trabalho em sintonia com os avanços do processo da transição democrática, voltei ao meu trabalho na Faculdade mais pacificada. Decidida a não me desgastar com as exigências burocráticas em cena e concentrar meus esforços nas minhas salas de aula e na minha pesquisa.

Foi quando me dei conta da enorme solidão em que nós, alunos e professores não engajados mais diretamente na disputa de poder que ganhava a cena dos departamentos, estávamos submetidos. No essencial, porque nada mais acontecia na faculdade para além das salas de aula. O que acabava por esvaziar-lhes um tanto o significado, já que a qualidade de uma aula - pelo menos na área de humanidades - depende sempre dos questionamentos que os estudantes trazem consigo. E os nossos estudantes das áreas de humanidades, na sua maioria, não tinham muita coisa a questionar...

Recomecei meus cursos aprendendo com a situação... Fui, pouco a pouco, substituindo minha ênfase nos aspectos teóricos e práticos da pesquisa social pelo trabalho de reconstrução das condições objetivas em que as pesquisas se realizam. Mas tudo isso andava bem devagar com os estudantes, já que estávamos todos presos àquela espécie de depressão coletiva.

Num dos dois dias que passava em Araraquara, minha aula era diurna e, no outro, noturna. Curiosamente, sempre que me lembro desse período de minha vida, a paisagem dominante é noturna e silenciosa: a escuridão do campus semipovoado, o encontro entre carinhoso e reservado com os colegas para o cafezinho do intervalo que costumávamos tomar na cantina, a conversa com um ou outro estudante ligado ao diretório acadêmico e desejoso de me comunicar algum evento programado - ou de lamentar algum projeto frustrado.

É verdade, entretanto, que também conversava, animada, com os estudantes e alguns poucos colegas sobre temas ligados à transição democrática e, até, à minha pesquisa na região canavieira de Ribeirão Preto. Porque todos sabiam da frequência com a qual eu e meus assistentes de pesquisa - Moacir, Bel, sua mulher e também estudante da PUC de São Paulo e a reconhecida fotógrafa Iolanda Huzak - saíamos de Araraquara, depois da minha aula noturna, com destino à Barrinha, a maior cidade dormitório da região, situada a cerca de 100 km de Ribeirão Preto, onde centralizávamos o nosso trabalho.

Numa dessas conversas de final de noite e num dia em que eu não tinha trabalho de campo programado e estava apressada pra tomar o ônibus para São Paulo, alguns alunos me acompanharam até o taxi com perguntas sobre os cortadores de cana. Respondi-lhes, ligeira-

mente, que achava que a região ia explodir... Isso ocorreu numa sexta feira e, na segunda, acontecia a primeira greve de cortadores de cana na região - “a greve de Guariba”. Que ganhou a primeira página dos jornais da grande imprensa não só de São Paulo, como também de outros estados. E ela era também a primeira greve de cortadores de cana que acontecia no país desde as greves de Pernambuco, ocorridas antes do regime militar. Dispensável dizer que esses alunos me esperavam na entrada da Faculdade quando cheguei para as aulas da semana em Araraquara - muita coisa a dizer de parte a parte.

Antes mesmo desse meu reencontro com meus alunos, eu tinha enviado ao jornal Folha de São Paulo um grande artigo explicando o contexto sócio-econômico em que ocorria aquela greve dos cortadores de cana - e das outras que se sucederiam não só na região de Ribeirão Preto, como também em outras regiões. Essa matéria foi publicada nas duas páginas centrais da Folha Ilustrada do domingo seguinte - 02/06/1984 - sob o título “Boia-Fria Sangue Quente”, escolhido pelo próprio jornal. E lá eu estava, como sempre, devidamente credenciada como professora da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara e Pesquisadora do CEDEC.

Mas aí recomeçaram as minhas dificuldades maiores com a Faculdade de Araraquara. Porque a partir dessa matéria comecei a ser solicitada pela imprensa e para a participação em debates nos diferentes espaços que vinham sendo construídos como parte do processo da abertura democrática em cena: jornais, sindicatos, faculdades, centros de pesquisa, ONGs e por aí afora. Em São Paulo, no interior do Estado e em outros Estados.

Inversão de valores?

Interessada em aproveitar esse momento para ampliar o espaço de debate do meu trabalho, decidi recriar os convites que recebia para fazer uma palestra em diferentes faculdades e/ou universidades, sugerindo que essa palestra fosse transformada num seminário de troca de experiências com professores - ou pesquisadores - que desenvolviam pesquisas em áreas de conhecimento próximas da minha. Mas isso

significava pelo menos dois dias de trabalho em cada uma dessas universidades e, a despeito de tornar meu trabalho mais produtivo, me sobrecarregava ainda mais e me colocava novos problemas com meus colegas de departamento em Araraquara.

Não vou me estender nessa questão, já bastante abordada em outros momentos deste depoimento. Mas sinto que devo relatar duas experiências bastante significativas da inversão de valores decorrente da burocratização do que viria a ser a UNESP. No caso, a subordinação do trabalho intelectual às exigências disciplinares e, no limite, a todo um jogo do pequeno poder e de afetos e desafetos que acabou, acredito, por limitar os trabalhos de docência e de pesquisa para o qual os professores eram contratados.

1. Eu tinha me comprometido com um dos seminários de troca de experiência acima mencionados, numa das universidades que originalmente me haviam convidado para uma palestra - trabalho maior naquele tempo em que ainda não existia a internet - e precisava negociar com os meus alunos de Araraquara a reposição de um período de aulas que coincidia com esse programa. Sem conseguir encontrar um único dia vago na minha agenda, decidi-me por retornar, mais uma vez, ao regulamento da faculdade. Onde descobri, bastante surpresa, que a carga horária obrigatória dos professores deveria ser preenchida com aulas e atividades programadas.

Encaminhei ao departamento, na manhã do dia em que comunicaria essa decisão aos meus alunos, a minha demanda regulamentar de afastamento na semana subsequente, devidamente informada pela minha decisão de repor as aulas em questão por uma atividade programada - e devidamente justificada.

Quando, às 14,00 h, cheguei para as minhas aulas semanais habituais, encontrei a sala um tanto esvaziada. Perguntei aos alunos presentes, no melhor dos humores, o que se passava. E eles disseram, com certo constrangimento, que um grupo de colegas tinha sido chamado para uma reunião emergencial do departamento... Tratava-se, no final das contas, de uma reunião onde alguns professores do departamento tentavam convencer os estudantes a não aceitarem a minha proposta de atividade programada - o que não aconteceu.

Curiosamente, cerca de dois meses depois, em dezembro, quando as aulas já tinham sido interrompidas, marquei uma aula extra para discutir com esses mesmos estudantes, a avaliação que tinha feito dos seus trabalhos de conclusão do curso. Um colega do CEDEC recém- contratado na faculdade - Paulo Kriske - que assistira a toda aquela confusão armada pela minha demanda de reposição de aula via atividade programada, me interpelava meio confuso: "...mas, depois de toda aquela confusão, você agora dá uma aula extra?" E não era muito simples explicar-lhe do que se tratava...

2. Voltando à questão da sobrecarga de trabalho em que me encontrava, depois de mais um tempo de andanças ligadas à demanda existente para o meu trabalho, comecei a me sentir emocionalmente pressionada pela necessidade de escrever, ou colocar no papel, os resultados de minhas pesquisas - para além dos relatórios técnicos que sempre fazia. E, a partir da observação de meus colegas que se sucediam em viagens para a Europa, voltei aos nossos regulamentos, com o objetivo de verificar se eu poderia me beneficiar desse direito sem ter de sair do país. E eu poderia, desde que autorizada pela faculdade, evidentemente.

Fiz uma demanda escrita com as devidas justificativas e fui convocada para a reunião em que o departamento deveria julgar e decidir sobre essa demanda. Uma verdadeira demonstração - vejo melhor agora - dos efeitos perversos da burocratização das nossas faculdades.

A reunião começou tensa e, por mais que eu estranhasse, pela objeção de minha amiga Heleieth, que no meu suposto interesse me aconselhava a aproveitar essa oportunidade para ir à França. Eu lhe explicava que precisava desse tempo agora, considerando o investimento pessoal maior que vinha fazendo na minha pesquisa e a necessidade que sentia de escrever sobre seus resultados... e possíveis desdobramentos teóricos e práticos...

E enquanto as discussões se sucediam eu pensava - porque sentia que não deveria dizer - nos nossos colegas que estavam voltando do exílio a tempo de somar com o nosso trabalho na reconstrução da nossa democracia. Muitos deles ligados ao CEDEC: o Regis de Castro Andrade, um sócio fundador, o Betinho, o Paulo Freire e o Chico de Oliveiral, coautores da estruturação das nossas atividades

de pesquisa, além de outros que iam sendo engajados, pouco a pouco, nas nossas equipes de pesquisa - o Eder Sader, o Sílvio Cacciabava e tantos mais...

Mas, a reunião avançava e chegávamos, finalmente, numa questão de natureza burocrática: eu tinha feito o meu pedido muito em cima da hora e não seria fácil me substituir nas minhas aulas. Argumentei, timidamente porque a questão era delicada, que eu costumava fazer em meus cursos a análise metodológica de monografias científicas - sabia que cada uma das minhas colegas tinha feito uma tese a partir de pesquisas científicas - e que esse era um trabalho que poderia ser feito a várias mãos. A reunião voltava a perder o rumo...

Até que, de repente, a solução era encontrada: eu poderia me afastar por um ano, mas com a condição de que viesse, pelo menos um dia por semana, durante o primeiro semestre letivo, dar as minhas aulas de metodologia de pesquisa.

Mais do que necessitada de um tempo livre para dar continuidade ao meu trabalho, tive de aceitar essa condição. Já sabendo, evidentemente, que não conseguiria renovar por mais um ano esse afastamento, como os colegas que iam para a Europa faziam não raras vezes.

À guisa de conclusão

Como conclusão sou levada a fazer duas ponderações a respeito da relação existente entre a UNESP e a Ditadura Militar.

A primeira, relativa à burocratização originária da CESESP, ainda no segundo período da ditadura. Uma burocracia já orientada para a repressão do trabalho intelectual. O que nos permite perguntar se não foi em decorrência do caráter crítico das teses que nós, das ciências humanas, apresentamos naquela data limite de 1974. No meu caso isso se evidenciou pela própria trajetória do livro do boia-fria, mas reconhecia também esse traço nas teses das minhas antigas colegas de Araraquara - com toda a experiência que tive como professora de metodologia e técnicas de pesquisa social, nunca encontrei um trabalho de pesquisa social de qualidade que não fosse o resultado de uma crítica, direta ou indireta, à nossa sociedade.

A segunda ponderação é a de que a nossa UNESP não só nasceu na ditadura militar, como também nasceu no contrafluxo do processo de redemocratização em curso no país. Fundada, conforme já mencionei, em 1976, ela consolidou sua desastrosa reorganização dos antigos Institutos Isolados já mais no final da década. Às vésperas, cabe lembrar, da chamada Transição Democrática. Com a eleição de Franco Montoro como governador do Estado de São Paulo em 1982, pelo PMDB - antigo MDB - com mais de 5 milhões de votos. E contra Reinaldo de Barros, o candidato do PSD - antiga ARENA - que obteve cerca 2,5 milhões de votos. A UNESP nasceu como algo que nos foi imposto por Luiz Ferreira Martins, a pessoa indicada, em plena ditadura militar - 1973 - para coordenar a CESESP, tendo em vista a criação da nova universidade - da qual foi reitor até 1980.

A UNESP e a ditadura civil-militar: depoimento

José Murari BOVO

Quando fui convidado a participar da mesa de debates "A UNESP e a ditadura civil-militar" como parte do evento *1964-2014: história, memória e direitos humanos* na FCLAR/UNESP, solicitaram um depoimento sobre minha experiência como participante do 30º Congresso da UNE e sobre alguns episódios ocorridos em Araraquara durante a ditadura civil-militar, uma vez que, fui aluno do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no período de 1966 a 1969.

Ao limitar minha intervenção a estes episódios fiquei isento de abordar questões teóricas, políticas ou sociológicas sobre a ditadura civil-militar e sobre os acontecimentos daquele período. Existe uma rica produção acadêmica realizada por várias pessoas, inclusive por participantes e organizadores do referido evento, entre eles a Profª Maria Ribeiro do Valle. Um simples professor de economia que dedicou muitos anos da vida profissional pesquisando a área das finanças públicas, não poderia cometer a imprudência de analisar um tema – o golpe e a ditadura militar – que é simultaneamente, áspero, controverso, intrincado, abrangente e, sobretudo, doloroso de relembrar.

Sempre que penso nos acontecimentos daquele período, especialmente pós o AI-5, vejo uma nuvem cinzenta pairando sobre eles. Os sentimentos, as lembranças, a avaliação isenta dos fatos tornam-se nebulosos, confusos e muitas vezes deixam um sentimento de frustração. Especialmente porque a partir de 1968, nossos sonhos sobre o futuro do país, referenciados nas reformas de base e na justiça social, não puderam se realizar.

Eu nasci em Jaboticabal, e em 1964, era aluno secundarista – fazia o Curso Clássico – e militava no Movimento Estudantil tendo sido um dos fundadores da União Jaboticabalense dos Estudantes Secundários (UJES). Desde sua criação a UJES promovia inúmeras atividades para os estudantes, especialmente a Semana do Estudante, na qual eram convidados intelectuais, políticos e artistas, todos evidentemente ligados às correntes de esquerda e pós 1964, contrários ao golpe militar.

Além de fazer parte da diretoria da União dos Estudantes Secundaristas, eu era um dos responsáveis na cidade pela distribuição do Jornal *Brasil, Urgente* fundado pelo Frei Carlos Josaphat. Um jornal da esquerda católica ou mais precisamente da Ação Católica, cuja linha editorial defendia a justiça social e as reformas de base.

O jornal tinha entre seus principais colaboradores: Roberto Freire, Franco Montoro, Plínio de Arruda Sampaio, Paulo Freire e apoiava, com algumas reservas, as Ligas Camponesas de Francisco Julião. Este jornal foi invadido e empastelado logo após o golpe militar, assim como foi invadida a sede da UJES, cujos móveis e equipamentos (máquinas de escrever, mimeógrafos, mesas, cadeiras) foram destruídos.

Sem pretender comparar a importância do *Brasil, Urgente* com a nossa entidade estudantil, é preciso conhecer os motivos e os mandantes da invasão da sede da UJES, e estas invasões, foram atribuídas aos próprios comerciantes de livros didáticos e de material escolar. Isto porque duas vezes ao ano, a UJES realizava em praça pública a venda de livros e cadernos escolares, no mínimo, pela metade do preço praticado nas principais casas comerciais do ramo.

Na mesa de debates "O golpe militar – história e memória", ocorrida no evento citado acima foi lembrado que uma parte significativa das forças armadas, era adepta a algumas correntes de esquerda e que se posicionaram contra o golpe militar. A menção a este fato tem relação com uma experiência concreta, ocorrida em um momento de minha vida. Em 1964, ainda fazendo o Tiro de Guerra - instituição militar do Exército Brasileiro encarregada de formar reservistas para o exército – nos dias posteriores ao golpe, a polícia civil começou

a deter algumas pessoas para prestar depoimentos sobre suas atividades, tanto na esfera política quanto no movimento estudantil. Meu instrutor não permitiu que eu fosse convocado para depor. A alegação era que eu estava servindo o exército e, portanto estava subordinado ao seu comando.

Seguindo sua orientação fiquei três dias em serviço de guarda no Tiro de Guerra, evitando assim minha convocação pela polícia civil. Este instrutor[1], logo foi substituído do comando do Tiro de Guerra em virtude da atitude tomada. Posteriormente, tive informações de que ele era contrário ao golpe militar e que havia tido uma áspera discussão com o delegado da polícia civil, por ter se recusado a me liberar para prestar depoimento.

Portanto, em 1966, ao chegar a Araraquara para iniciar meu curso de graduação já tinha certa experiência no campo da militância no movimento estudantil.

Quando comecei a fazer o primeiro ano da faculdade, um fato chamou minha atenção: na sua esmagadora maioria os professores eram contrários à ditadura e isto criava um ambiente muito favorável para as discussões em sala de aula e nos corredores da faculdade, em torno da luta contra a ditadura.

Portanto, havia uma grande liberdade para que os estudantes e o Centro Acadêmico organizassem e desenvolvessem inúmeras atividades: palestras, assembleias, passeatas, comícios, reuniões, shows musicais, peças de teatro etc.

No primeiro ano de faculdade eu já participava da diretoria do Centro Acadêmico e em 1968 fui eleito seu presidente. Como presidente, fui escolhido pela assembleia dos alunos para representar os estudantes da Faculdade de Filosofia no 30º Congresso da UNE. Além de mim, foram eleitos como delegados de Araraquara, um aluno do Instituto de Química e um aluno da Faculdade de Farmácia.

Em linhas gerais, no movimento estudantil de Araraquara haviam representantes de várias tendências (a grande maioria dos militantes estava dividida entre as duas principais tendências que Valle (1994)

[1] Por várias razões me reservo o direito de identificá-lo.

tratou em seu livro *1968 - O diálogo é a violência*[2]) e correntes da esquerda que reproduziam as divisões políticas e ideológicas que ocorriam no país e no movimento estudantil em nível nacional.

A primeira tendência defendia a luta política contra a ditadura e o imperialismo que tinha como uma de suas principais palavras de ordem: "o povo armado derruba a ditadura". Para esta tendência as passeatas constituíam instrumento importante da luta política e portanto deveriam continuar sendo utilizadas. Em 1968, a opção pelo enfrentamento da ditadura, proposto por esta tendência, definirá o principal objetivo do 30º Congresso da UNE: a luta contra a ditadura militar e o imperialismo americano.

A segunda tendência defendia a luta específica centralizada nas reivindicações estudantis, especialmente a luta contra a política educacional do governo. Após as passeatas realizadas pelo movimento estudantil no primeiro semestre de 1968, o principal objetivo do movimento estudantil seria a "[...] volta às escolas para fazer propaganda do caráter ditatorial do governo por meio de suas lutas específicas." (VALLE, 1994, p.80).

No entanto, em muitas situações, diante de fatos concretos ou de ações a serem promovidas pelo movimento estudantil de Araraquara (comícios, passeatas e panfletagens) as diferenças entre as linhas políticas tendiam a se reduzir e, de um modo geral, todos se engajavam na realização destas atividades.

Em Araraquara, havia uma Seccional do DOPS que era composta por três policiais militares[3] – dois tenentes e um major que eram alunos do Curso de Ciências Sociais. No entanto, até meados de julho de 1968 e no limite até a edição do AI-5, não havia grandes restrições à liberdade de reuniões e de realização de assembleias organizadas pelos Centros Acadêmicos.

---

[2] No livro Valle (1994) analisa com muita propriedade a questão das principais tendências do movimento estudantil que, para seu melhor entendimento, são inseridas no contexto dos acontecimentos do período.

[3] Não há evidências concretas de que essas pessoas fossem integrantes da Seccional do DOPS. No entanto, uma delas, foi meu colega de turma e ele não escondia que era um informante. Quanto à Seccional em Araraquara, vários documentos confirmam sua existência.

A grande imprensa da época noticiava os acontecimentos nacionais: greves, as passeatas dos 100 mil, dos 50 mil, a guerra da Maria Antonia, a invasão da UnB, as diferenças políticas entre as correntes do movimento estudantil, a repressão militar às passeatas, as mortes de estudantes e operários. Claro que a cobertura desses acontecimentos era feita de acordo com a linha política e ideológica dos donos dos jornais e revistas. Muitos eram contrários às manifestações de rua e às greves e poucos, muito poucos, faziam uma cobertura mais favorável, denunciando a violência da repressão às manifestações contrárias à ditadura civil-militar.

Não havia ainda a internet e a TV estava em seus primórdios. Poucas pessoas possuíam aparelhos em suas casas. Portanto, as informações que recebíamos eram, sobretudo, dos jornais, revistas, rádios, da incipiente TV e documentos elaborados pelas entidades dos estudantes, dos operários, dos professores, dos jornalistas e dos partidos políticos que haviam sido colocados na clandestinidade.

Havia também as visitas das lideranças estudantis (UNE, UEE) e de outras Faculdades do interior (São Carlos, Botucatu, Piracicaba, Campinas) que vinham fazer reuniões com os diretores dos centros acadêmicos ou participar de nossas assembleias. Por meio deles recebíamos informações sobre as atividades do movimento estudantil tanto do estado de São Paulo quanto do Brasil.

Esta situação, caracterizada por relativa liberdade de reunião e de informação, mudou radicalmente com o AI-5. A partir daí, os universitários que estudavam no interior ficaram isolados e extremamente carentes de informações sobre o que estava acontecendo nas capitais, nos estados e no país. Muito de vez em quando, vinham representantes da UNE, da UEE e de outras entidades para fazer reuniões clandestinas e extremamente fechadas com algumas lideranças do interior.

Sobre o Congresso da UNE em Ibiúna, como os fatos são bastante conhecidos, vou apenas pontuar duas questões:

1 – A decisão de realizar o Congresso com quase 800 participantes em um município pequeno e, portanto, de fácil localização pela polícia. Por que reunir a liderança nacional do movimento estudantil em um local como aquele?

Não tenho respostas a esta pergunta. Somente algumas dúvidas:

a. Foi uma atitude pretensiosa da UEE (responsável pela organização do Congresso)? Ou seja, a polícia não vai descobrir. Ou ela não tem condições de prender todos os participantes.

b. Foi um ato de enfrentamento da ditadura, de desafio? Ou seja, vamos enfrentar a polícia como fizemos nas passeatas?

c. Era necessário confrontar politicamente a ditadura uma vez que as manifestações e as reuniões do movimento estudantil estavam proibidas?

Creio que nenhuma destas hipóteses é capaz de justificar o equívoco de reunir a liderança nacional do movimento estudantil em um local de difícil acesso geográfico e de quase nenhuma condição de escapar ao cerco montado pela repressão.

Difícil acreditar que os responsáveis pela segurança dos eventos e da liderança do movimento estudantil não tivessem percebido as precárias condições (em todos os sentidos) do local em que o Congresso ocorreria.

Por que fazer o Congresso naquele local? Durante muito tempo esta questão me incomodou. Ora, eram evidentes as fragilidades do local para a realização do Congresso de uma entidade de representação nacional dos estudantes que havia sido colocada na clandestinidade. E que até aquele momento, de várias formas, havia incomodado o governo militar.

2 – A segunda questão, a mais importante a meu ver naquela conjuntura, foi o fato de que a prisão da liderança deixou um enorme vazio no movimento estudantil. O processo de substituição da liderança ficou quase impossível após o AI-5. Não foi um preço muito alto?

Para muitos analistas, o AI-5 foi a gota d'água para que muitas organizações de esquerda partissem para a luta armada. Com a forte repressão que caiu sobre o movimento estudantil e suas principais lideranças não foi possível encontrar outro caminho para a militância política fora da clandestinidade.

Quando libertados da prisão (exceto a liderança) todos os participantes do Congresso de Ibiúna, após prestar depoimento no DOPS e serem devidamente enquadrados na Lei de Segurança Nacional, retornaram para seus estados e aqueles que residiam no estado de São Paulo, para suas cidades.

Da ótica pessoal, deste momento em diante, vários acontecimentos contribuíram para amenizar o sentimento de frustração pela não realização do Congresso e diante das perspectivas sombrias que pairavam sobre o futuro do movimento estudantil e do país.

Entre elas, o fato de que alguns colegas de Araraquara nos aguardavam na saída do prédio do DOPS. O que foi não só emocionante, mas providencial. Eu e os dois companheiros de Araraquara que havíamos sido presos não tínhamos dinheiro. Estes colegas nos acompanharam na viagem de volta que foi feita de trem e durante todo o percurso no vagão-restaurante.

Os períodos de fome que passamos na prisão precisavam ser compensados. Não só porque havia pouca comida ou pela sua má qualidade, mas sobretudo, pela decisão de fazer uma greve de fome em protesto a nossa prisão e ao isolamento em que fomos colocados, impedidos de receber visitas de parentes e até de advogados.

Quando chegamos em Araraquara outra surpresa: o prédio da Faculdade de Filosofia havia sido tomado pelos alunos como protesto pelas prisões no Congresso. Ato que foi pacífico e que contou com o apoio dos professores que, como já afirmei, na sua grande maioria era contra a ditadura.

Após nossa chegada realizamos uma assembleia onde decidimos desocupar o prédio sendo que a retirada dos alunos também foi pacífica até porque o objetivo da ocupação – a liberdade dos estudantes que haviam sido presos no Congresso – já havia sido alcançado.

No entanto, com a vigência do AI-5 as assembleias e reuniões dos estudantes em Araraquara, assim como em todo o país, passaram a enfrentar muitas dificuldades. Entre elas a ausência de informações a respeito das ações e das propostas do movimento estudantil em nível estadual e nacional. O ano de 1969 e os seguintes foram marcados pelo aprofundamento da repressão e da censura em todos os níveis, dificultando os contatos e a reorganização do movimento estudantil

pós Ibiúna. Este período, também bastante estudado na literatura produzida na academia, dispensa qualquer reflexão pessoal sobre ele.

Concluí meu curso de graduação em 1969 e logo no início de 1970 inscrevi-me em um concurso para professor na área de Economia do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara. Fui selecionado em primeiro lugar, mas minha contratação foi proibida pois minha ficha no DOPS indicava que eu havia sido indiciado na Lei de Segurança Nacional por ter participado do *30º Congresso da extinta UNE*[4].

Como era professor de História Geral do cursinho de preparação para os vestibulares, mantido pelo Centro Acadêmico da faculdade, em 1970, dediquei-me a esta atividade. Simultaneamente comecei a tomar as providências necessárias que permitissem a continuidade de meus estudos.

Este período foi crucial na vida de todos aqueles que militavam nos movimentos e nas organizações que se opunham à ditadura civil-militar. Isto porque, para muitos, foi o momento de decidir a entrada ou não na clandestinidade.

Afirmo com toda a honestidade que esta questão não me abalou. Estava muito consciente de que a via da clandestinidade não era a melhor opção naquele momento por várias razões. Entre elas, o fato de que a correlação de forças era extremamente favorável à ditadura.

Em 1971, consegui uma vaga no curso de Mestrado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. A abertura desta possibilidade para dar continuidade aos meus estudos, após ter sido impedido de ser contratado como professor em Araraquara pôde ser creditada à generosa ajuda de algumas pessoas, entre elas: a Profª Vera Mariza Henriques de Miranda Costa, a Profª Diva Benevides Pinho que foi minha orientadora no mestrado e ao Prof. Manoel Tosta Berlinck. Cada um deles, à sua maneira e de diferentes formas contribuíram para que eu pudesse dar continuidade aos meus

---

[4] Pós AI-5 todas as contratações do setor público passavam obrigatoriamente pelo crivo dos órgão de segurança que verificavam os *antecedentes criminais* dos candidatos. Em anexo está o documento emitido pelo DOPS de São Paulo.

estudos. Não posso deixar de mencionar a concessão de bolsa pela FAPESP, sem a qual não teria conseguido residir em São Paulo.

Os anos de realização do mestrado também trazem recordações desagradáveis. E isto se deve ao angustiante ambiente de medo e de desconfiança observados nos corredores da FFLCH. Quase ninguém se falava. Poucos sabiam quem era quem: militante, simpatizante da oposição à ditadura militar ou informante dos órgãos de repressão. E havia muitos deles. Acrescia-se a este ambiente sombrio as terríveis notícias das mortes, das prisões, das torturas e dos desaparecimentos que vitimaram inúmeras pessoas, entre elas muitos conhecidos. Portanto, um período dolorido de ser lembrado. Olhar para ele é como enxergar uma nuvem muito escura.

Inúmeros textos que tratam deste período mencionam as **heranças** da ditadura militar.

Entre elas a **violência** dos militares por meio da tortura, dos assassinatos e do desaparecimento de muitas pessoas. Isto não pode ser esquecido. E esta é uma das razões porque o evento mencionado no início deste depoimento foi realizado. Violência que ficou como herança e que é praticada todos os dias pela polícia militar.

Mas como professor de economia não posso deixar de registrar outras três heranças do regime militar:

1. A **enorme dívida social** resultante, entre outras razões, de uma concentração da renda sem precedente na história do país;
2. A **dívida externa impagável** que, em 1985, somava mais de 100 bilhões de dólares;
3. As **elevadas taxas de inflação.** Após a transição para a democracia o país demorou dez anos para conseguir fazer a inflação chegar a um dígito. Com todo o sacrifício que este processo representou para o país e para a população, especialmente para as pessoas pertencentes às camadas de renda mais baixa.

Encerro este depoimento prestando uma homenagem ao Prof. Pedro Calil Padis. Calil, como era chamado por seus amigos e alunos,

foi professor da área de Economia do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara.

Em 1969, foi cassado pelo Ato Institucional nº 5 privando-o do que ele considerava sua atividade profissional mais importante: ensinar.

Foi também professor de economia na EAESP/FGV, coordenador do curso de pós-graduação em economia na PUC/SP, doutor em economia pela USP, com cursos de pós-graduação na Sorbone, onde também dirigiu o Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social, ex-pesquisador do CEBRAP e professor em Campinas. Em todas estas atividades, o Prof. Calil desenvolveu um trabalho intelectual de alta qualidade, que se tornou mais frutífero e enriquecido devido a importância que ele atribuía ao conteúdo social dos processos econômicos.

No dia 29 de abril de 1980, a comunidade acadêmica de São Paulo foi surpreendida com a notícia da morte súbita do Prof. Pedro Calil Padis. Deste momento em diante, os estudantes perderam um mestre querido e respeitado, os professores perderam um colega e um líder e os que lutam pelos direitos básicos da população e pela justiça social perderam um fiel e valoroso amigo.

REFERÊNCIA

VALLE, M. R. **1968 - o diálogo é a violência**: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

"Jango", de Sílvio Tendler, e a crítica do populismo

Cláudio Novaes Pinto COELHO

Não é possível para alguém da minha geração, eu tinha 6 anos de idade em 1964, assumir uma postura puramente objetiva, de total distanciamento, diante do golpe de 1964 e do papel desempenhado por João Goulart. Isso já seria um motivo suficiente para a presença da dimensão emocional, da subjetividade, nesses comentários sobre o documentário *Jango* dirigido por Tendler (1984). Mas, além disso, o próprio conteúdo do filme, tendo em vista o seu forte tom emocional, também torna a presença da subjetividade algo incontornável.

Vivi boa parte da minha infância, toda a adolescência e o início da vida adulta no período da ditadura militar. Sei que existem pessoas que gostam de viver em uma ditadura, mas nunca foi o meu caso. Entender porque a ditadura existia, e como derrubá-la, foi a principal motivação para eu ter me tornado um estudante de ciências sociais na segunda metade da década de 1970. Desde essa época, tem sido para mim impossível separar a reação emocional diante da conjuntura do golpe de 1964, de uma análise objetiva da realidade vivida pelo país. Da reação emocional fazia parte a vontade de colaborar para a derrubada da ditadura, mas também a busca pelos culpados da sua existência. Dentre os culpados, Jango, pela decisão de não resistir ao golpe, ocupava um lugar de destaque.

Quando entrei em contato com a crítica sociológica do populismo, feita, dentre outros, por Ianni (1975), pude adicionar à reação emocional uma análise objetiva que possibilitava uma compreensão

da "covardia" de Jango. A ausência de resistência ao golpe era uma expressão do colapso do populismo, do fracasso das expectativas de que a burguesia nacional tomaria uma atitude anti-imperialista. O documentário de Tendler (1984) sobre João Goulart é uma tentativa de resgate da sua importância política e da sua figura humana. Lançado em 1984, durante a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República, atraiu um público muito além do esperado, cerca de um milhão de espectadores. No entanto, no que me diz respeito, não alterou a minha reação emocional diante da figura de João Goulart, nem modificou o meu entendimento da conjuntura do golpe de1964.

De todo modo, é impossível não reconhecer as implicações políticas do resgate da figura de João Goulart, num momento em que a ditadura iniciada com a sua derrubada ainda estava em vigor. O tom emocional do filme, com a trilha sonora feita especialmente para ele por músicos do calibre de Milton Nascimento e Wagner Tiso, e com a presença de imagens da vida doméstica de Jango, com esposa e filhos, e do seu enterro no Brasil após ter morrido no exílio, colaborava intensamente para esse resgate. Num outro registro, o da valorização da sua atuação como político, imagens das suas visitas à Rússia e à China, ainda como Vice-Presidente, e aos EUA, já como Presidente, sugeriam a sua dimensão de estadista reconhecido mundialmente.

Também dotadas de forte conteúdo emocional, são as cenas das manifestações populares em apoio às reformas de base. Particularmente tocantes, são as imagens de um trem com manifestantes em prol das reformas de base, além de imagens de camponeses favoráveis à reforma agrária. Estas imagens parecem confirmar o apoio dos trabalhadores ao governo de Jango, e sua condição de líder popular. As imagens de um Presidente eleito pelo povo, ainda que na condição de Vice-Presidente, e apoiado por manifestações de massas, como o famoso comício de 13 de março na central do Brasil no Rio de Janeiro, estavam em total sintonia com o clima político da campanha pelas diretas, marcada pela presença de lideranças políticas, inclusive Governadores de Estado, em manifestações com a presença de centenas de milhares de pessoas. O tom emocional

também estava presente na campanha pelas diretas, desde o uso de camisetas amarelas como símbolo da campanha, até a participação de músicos e artistas de telenovelas, sem deixar de mencionar a presença nos comícios da cantora Fafá de Belém, cantando o hino nacional numa versão lenta e apoteótica.

A crítica sociológica do populismo servia como uma vacina para que eu não fosse "contaminado" nem pelo resgate da liderança populista de Jango, nem pelas expectativas geradas pela campanha das diretas. Em *O Colapso do Populismo no Brasil*, Ianni (1975, p.1) caracteriza o populismo como "[...] uma estratégia política de desenvolvimento econômico" que marcou o período de 1930-1964. Ainda segundo Ianni, esse período é

> A época da transição para uma economia industrial no Brasil, assinalando essa etapa crucial do desenvolvimento, pode ser simbolizada pela *política de massas*, como padrão de organização política e sustentação do novo estilo de poder. A política de massas – portanto, diferente da política de partidos – é o fundamento da *democracia populista*, que se organizou paulatinamente nas décadas que antecederam a mudança repentina ocorrida a partir do Golpe de Estado de 1 de abril de 1964. (IANNI, 1975, p.9).

A democracia populista era marcada por uma política de conciliação de classes em prol do desenvolvimento industrial do Brasil. Ianni (1975) reconhece que essa política, devido ao seu caráter contraditório, por se tratar de uma aliança entre contrários, entre classes antagônicas, estava vinculada à existência de crises e poderia levar a três opções: um capitalismo nacional, o socialismo ou a ditadura burguesa.

> Assim, os anos de 1962-1964 são anos de crises políticas sucessivas, no âmbito de uma crise geral do poder burguês; tanto quanto da economia nacional. [...] A verdade é que a política de massas estava indo muito longe, numa época de enfraquecimento do poder político da burguesia. O jogo com as massas, preconizado e realizado por um setor da própria burguesia, já não era mais suportável pela classe dominante. Os riscos se acumulavam. [...] Diante dessa situação, as burguesias agrária, industrial, comer-

> cial e financeira aliam-se. Elas compreendem que a crise traz consigo várias possiblidades de resolução do impasse. Por outro lado, ampliavam-se as condições para uma solução propriamente revolucionária. Constituíam-se as condições para uma revolução socialista. Ao lado da crise política, a crise econômica adquiria certa profundidade. Combinavam-se as tensões econômicas e políticas, enfraquecendo o poder burguês. [...] Por outro lado, as lideranças burguesas e de classe média comprometidas com um projeto de capitalismo nacional poderiam vir a tirar vantagem da situação. O nacionalismo havia preparado o ambiente para uma redefinição das relações com os Estados Unidos. [...] Mas a maioria dos setores burgueses, nacionais e estrangeiros não só compreendeu como atuou com maior rapidez. *No conjunto das opções amadurecidas durante o período crítico da democracia populista, a que se impôs foi a ditadura da burguesia.* (IANNI, 1975, p.210, grifo nosso).

Se, no rol dos culpados pelo Golpe, Jango ocupava um lugar de destaque, como representante do fracasso do nacionalismo burguês, não menos importante era o lugar ocupado pelo principal partido de esquerda na época, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), cuja linha política era de adesão ao populismo. Ainda nas palavras de Ianni (1975, p.208, grifo nosso):

> A esquerda sempre esteve, direta e indiretamente, relacionada com o populismo. Em sua maioria, mesmo em seus setores mais radicais, acreditava que se infiltrar nos movimentos de massas era uma técnica viável de ação política para a esquerda. Ao mesmo tempo que os grupos e partidos políticos de esquerda organizavam-se à parte, infiltravam-se ou aliavam-se aos movimentos, campanhas, partidos e lideranças populistas. Queriam conquistar as massas por esse meio. *Na maioria dos casos, entretanto, transformaram-se eles próprios em populistas; enredaram-se nas técnicas, na linguagem e nas interpretações do populismo.*

A crítica sociológica do populismo, ao fazer também uma crítica da esquerda, possuía evidentes implicações práticas, e foi uma contribuição fundamental para a defesa da necessidade da autonomia ideológica e organizativa dos trabalhadores, que culminou com a

formação do Partido dos Trabalhadores no início da década de 1980. A existência dessa crítica, e a presença do PT no cenário político brasileiro durante a campanha pelas diretas, tornava possível um distanciamento crítico, quer seja do resgate da figura de Jango, feito no período por Tendler (1984), quer seja da presença na campanha de lideranças políticas formadas no período populista, como Leonel Brizola, Ulisses Guimarães, Franco Montoro e Tancredo Neves.

O período populista estava, evidentemente, encerrado, mas a perspectiva de uma aliança de classes, com o esvaziamento da autonomia das classes trabalhadoras, ainda estava presente, com a proposta de "frente ampla" contra a ditadura. A atitude do PT, de recusa à participação na eleição indireta de Tancredo Neves, demonstrava a sua condição de partido preocupado com a autonomia política e ideológica dos trabalhadores.

A recuperação da imagem de Jango encontrou, posteriormente, eco nos ambientes acadêmicos. Essa recuperação caminhou juntamente com a desqualificação do conceito de populismo. Um exemplo disso é a coletânea *O Populismo e sua história* organizada pelo historiador Ferreira (2001) que, posteriormente, publicou uma biografia sobre Jango. O aspecto central da visão de Ianni (1975), o populismo enquanto principal característica de um período histórico específico é explicitamente questionado por Ferreira (2001) em seu artigo na coletânea:

> Não compreendo a expressão (populismo) como um fenômeno que tenha regido as relações entre Estado e sociedade durante o período de 1930-1964 ou como uma característica peculiar da política naquela temporalidade, pois sequer creio que o período tenha sido "populista", mas sim, como uma categoria que, ao longo do tempo, foi imaginada , e portanto construída, para explicar essa mesma política. (FERREIRA, 2001, p.63).

O "trabalhismo" seria a categoria explicativa em lugar do "populismo". Na sua interpretação do trabalhismo, Ferreira (2001) questiona também um outro postulado central do argumento de Ianni (1975), que é a subordinação ideológica dos trabalhadores diante da burguesia. Para Ferreira, o trabalhismo é uma construção da classe

trabalhadora e corresponde à sua consciência de classe, não sendo a expressão de uma "política de massas".

> No trabalhismo, estavam presentes ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressa uma consciência de classe, legítima porque histórica. (FERREIRA, 2011, p.103).

Não seria possível a recuperação da imagem política de Jango, sem que, ao mesmo tempo, não acontecesse uma recuperação da corrente política à qual estava vinculado. Mas, Jorge Ferreira não ficou apenas na crítica ao conceito de populismo, e na recuperação do trabalhismo, ele escreveu uma biografia de Jango, publicada em 2011. De acordo com Jorge Ferreira (2011, p.15):

> [...] na década de 1950, surgiu na sociedade brasileira uma geração de homens e mulheres que, partilhando ideias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, na reforma das estruturas socioeconômicas, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontraria os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem estar da sociedade.

Jango seria a principal liderança desse projeto geracional, caracterizado pelo nacionalismo e pelo reformismo:

> Essa geração encontrou em João Goulart aquele que, surgindo como o herdeiro do legado de Getúlio Vargas, assumiu a liderança do programa nacionalista e reformista. (FERREIRA, 2011, p.15).

Se para Ianni (1975), o populismo era uma projeto de desenvolvimento econômico, marcado por uma política de colaboração de classes sob a liderança burguesa, para Ferreira (2011) o projeto de desenvolvimento trabalhista era um projeto fundamentalmente dos trabalhadores, embora ele reconheça a presença de capitalistas

nesse projeto. Os anseios e perspectivas do nacionalismo marcavam presença em diferentes partidos políticos (não apenas no Partido Trabalhista Brasileiro-PTB) e em setores militares e:

> [...] tornaram-se, ainda, bandeira de luta de sindicalistas, de sua central sindical, e de algumas federações e confederações e firmaram-se no discurso político de representações estudantis, profissionais liberais, intelectuais e, inclusive, de capitalistas. (FERREIRA, 2011, p.15).

Em vários momentos do livro, Ferreira (2011) reafirma a existência de um vínculo entre o trabalhismo e a classe trabalhadora:

> Grande parte do sucesso dos trabalhistas ocorreu porque suas propostas e ideias não eram estranhas aos próprios assalariados, principalmente naquilo que eles acreditavam ser justo e injusto, tanto nas relações com o estado, quanto com outras classes sociais. (FERREIRA, 2011 p.684).

As incoerências, ou pelos menos as ambiguidades de Jango, não seriam um produto da política populista de colaboração entre classes sociais antagônicas, mas um elemento da natureza humana:

> Assim o que aponto em João Goulart não são incoerências, mas, sim ambiguidades. Aquele tipo de comportamento, inerente a qualquer ser humano, que permite a homens e mulheres viverem algo, imaginar outro e desejar outro ainda diverso. A ambiguidade faz parte das vivências humanas. (FERREIRA, 2011, p.18).

Não tenho a menor identificação com recuperação da figura política de Jango e do trabalhismo, e não é o documentário de Tendler (1984), nem os textos de Ferreira (2001, 2011), que me farão mudar de ideia. Afinal de contas se Jango era o líder de um projeto dos trabalhadores, por que eles não saíram em defesa do seu governo, resistindo ao golpe? No entanto, a recuperação de Jango, enquanto alguém que ocupava legitimamente a Presidência da República e que foi deposto por um golpe, sem dúvida é necessária, e para isso o documentário de Tendler (1984) é uma contribuição muito relevante. É extremamente importante, enquanto um resgate histórico, que

tenha sido "anulada" a sessão do Congresso que "legitimou" o golpe declarando vaga a Presidência, quando Jango ainda se encontrava em território brasileiro. É igualmente importante que se investigue a possibilidade da sua morte ter sido criminosa. Inegavelmente a figura histórica de Jango ainda é pouco conhecida socialmente, e é um bom sinal que tenham surgido, recentemente, outras produções cinematográficas, para ficarmos apenas no cinema, que abordam o golpe militar e a vida e morte de João Goulart, como os filmes *Dossiê Jango*, de Paulo Henrique Fontenelle, de 2012, e *O Dia que Durou 21 anos*, de Camilo Tavares, também de 2012.

É fundamental que as gerações que não viveram o período da ditadura militar possam construir a sua imagem a respeito desse período e da atuação de Jango; além disso também é importante que as gerações que viveram o golpe possam ter acesso a novas informações sobre o período e sobre Jango também.

Por mais que, devido à recusa de Jango de resistir ao golpe, eu não consiga superar a visão de que ele era um "covarde", por outro lado é inegável que ele procurou enfrentar problemas estruturais da sociedade brasileira, ainda não resolvidos, como a questão agrária e a dependência frente ao capitalismo mundial, em especial os Estados Unidos. Se o projeto de um capitalismo nacional fracassou, ele foi muito mais longe do que pelo menos até agora, tem sido a experiência do PT no poder. No que diz respeito à autonomia organizativa, basta lembrar a manutenção da estrutura sindical herdada do período populista, quanto à autonomia ideológica, ela se tornou letra morta com a "carta aos brasileiros" que antecedeu à eleição de Lula em 2002.

Se, no período populista, a classe trabalhadora agia sob a hegemonia ideológica do projeto de um capitalismo nacional, no período contemporâneo ("lulista"?), a classe trabalhadora está agindo sob a hegemonia ideológica do neoliberalismo. No entanto, mesmo a tímida política social dos governos do PT (aumentos reais do salário mínimo, maior formalização do mercado de trabalho, "bolsa família", etc.), que se enquadra no receituário neoliberal das políticas sociais compensatórias, vem encontrando resistência crescente da classe média e das classes dominantes, principalmente após a recente

crise mundial do capitalismo iniciada em 2008. A ação da grande mídia contra o PT, se não tem a mesma dimensão das campanhas contra Vargas e contra Jango, faz barulho suficiente para deixar claro que a tradição golpista continua viva.

Duménil e Lévy (2014), no livro *A Crise do Neoliberalismo*, argumentam que estamos vivendo o início do fim do neoliberalismo, e preveem que o próximo período histórico do capitalismo será marcado por um esvaziamento da globalização financeira sob a hegemonia norte-americana, e por uma retomada da capacidade dos estados administrarem políticas econômicas de amplitude nacionais, com a emergência de um mundo multipolar e com a retomada da produção industrial e da valorização do mercado interno nos países mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista, a começar pelos Estados Unidos.

> Essa nova estratégia de fortalecimento da economia interna dos Estados Unidos teria consequências importantes para os países da periferia mais profundamente engajados na divisão neoliberal internacional do trabalho, mas, no longo prazo, essas tendências abrem oportunidades para o estabelecimento de modelos nacionais de desenvolvimento, como aconteceu depois da Grande Depressão (como na substituição de importações na América Latina), essa tão necessária alternativa à globalização neoliberal. (DUMÉNI; LÉVY, 2014, p.39).

Se tal previsão se confirmar, estarão criadas condições mais favoráveis para as perspectivas de transformação social. Se a existência do PT não pode ser compreendida sem uma compreensão do papel desempenhado pela crítica do populismo, é possível afirmar que a superação do PT só acontecerá se houver uma retomada do nacionalismo, que era um componente essencial do populismo. No entanto, essa retomada não poderá acontecer com base num projeto de capitalismo nacional sob a liderança burguesa, superado historicamente, mas enquanto um projeto anticapitalista e anti-imperialista defendido efetivamente pelas classes trabalhadoras .

Na crítica teórica do populismo, a questão social (o antagonismo de classes) não se separava da questão nacional (caráter dependente

da sociedade brasileira), mas na sua dimensão prática, na ação política concreta, a questão nacional foi abandonada. A retomada de um projeto de transformação social deverá significar uma superação do populismo e da experiência do PT no poder. Mas, para que essa superação aconteça, será sempre útil uma compreensão da capacidade mobilizadora que o nacionalismo possuía nos anos 1950 e 1960; nesse aspecto o filme de Tendler (1984) deve ser reconhecido como uma contribuição importante. Por outro lado, a compreensão dos limites dessa mobilização trazida pela crítica do populismo é indispensável. Ver, ou rever, a obra de Tendler (1984) é importante, mas ler, ou reler, Ianni (1975) é fundamental.

REFERÊNCIAS

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FERREIRA, J. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

______. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, J. (Org.). **O populismo e sua história:** debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.59-124.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JANGO: como, quando e porque se depõe um presidente da república. Direção de Sílvio Tendler. [S.l.]: Caliban, 1984. 1 DVD.

“Marighella”

Isa Grinspum FERRAZ

Meia dúzia de fotos e nenhuma imagem em movimento. Algumas folhas de papel de seda datilografadas dirigidas a pessoas cujos nomes foram cortados a gilete. Uma ou duas rotas de fuga rabiscadas à caneta Bic azul, alguns planos de ação, mensagens cifradas em códigos numéricos, nenhum objeto pessoal. Esse era o acervo de que eu dispunha quando me propus a fazer um filme sobre Carlos Marighella. Quarenta anos de perseguições, prisões e clandestinidade e uma disciplina atroz, eliminaram quase todos os traços palpáveis de sua passagem pelo mundo.

Mas mesmo assim Carlos Marighella era um enigma que eu queria decifrar. Fazer um filme sobre ele não seria jamais tarefa fácil. Eu já sabia que esboçar qualquer retrato é sempre uma aventura no escuro, e que o resultado é necessariamente impreciso, fragmentado, incompleto. No meu caso, o problema era ainda maior, porque ao enigma se somava um estigma: o do terrorista perigoso, cruel, implacável, que devia ser “afastado do convívio por aqueles que zelam pela boa profilaxia social”, como dizia matéria de capa de jornal carioca dos anos da Intentona Comunista de 35. Por décadas, Marighella foi um nome maldito. Nos anos 60, transformou-se no “inimigo público número 1” da ditadura militar. Por décadas foi um personagem a ser banido para fora da história, encoberto por uma nuvem de ódio e ignorância. Em que documentos, textos e artigos de jornal e revista eu poderia confiar para minha pesquisa? Onde encontrar pistas que esclarecessem tantas e tantas lacunas de uma trama que não se fechava?

Meu filme quase arqueológico foi buscar pistas no registro da memória de quem o conheceu. Memórias filtradas pela imprecisão do tempo, fruto da subjetividade dos depoentes, e da minha própria – sobrinha que sou desse homem-mito que, em casa, era só um tio muito querido e especial. Mas memórias valiosíssimas para a construção do retrato possível.

Com a colaboração do jornalista Mario Magalhães, autor da biografia *Marighella: o homem que incendiou o mundo*, reuni depoimentos de algumas das pessoas mais próximas ao líder revolucionário nas várias etapas de sua vida. E não apenas de Carlos Augusto Marighella, seu filho, e de Clara Charf, sua viúva. Entrevistei mais de trinta pessoas que conviveram de perto com Marighella. Reuni um material inédito, denso e de grande valor humano, onde não há objetividade nem neutralidade, se é que isso existe. E nem apologia. Em *Marighella*, fato e mito se mesclam para criar um dos mil recortes possíveis, o meu recorte. Isso é afirmado já no minuto zero do filme. Trata-se de um filme polifônico, sim, apesar de não ter dado a palavra ao “outro lado”. O “outro lado” já se fez ouvir nesses anos todos, seja pelo silêncio, seja pelas prisões, torturas e mortes.

Marighella foi caça cobiçada. É preciso conhecer a história do país para compreender a sua trajetória complexa e conflituosa, que atravessou o século XX, desde o princípio, em 1934, ainda no PCB, até sua morte, em 1969, na Aliança Libertadora Nacional, principal movimento guerrilheiro de então.

O filme *Marighella* assume todas essas lacunas e precariedades como dados e brinca com eles. Uma lanterna ilumina uma imagem aqui e esconde um ângulo ali. Fragmentos de foto passam fugazes pela tela, quase indecifráveis. Ruídos pontuam a narração... Nada se resolve. O mito tem mil faces, mas a imagem que se forma ao final não se resolve.

Optei por trabalhar com materiais variados de arquivo, fossem documentais ou não. Penso que cada boa imagem garimpada pode contar uma história, trazendo consigo uma grande carga de significados e referências que, recolocados em contextos novos, podem dar uma densidade enorme ao que se quer narrar, agregando mais e mais camadas de sentido. Nossa pesquisa foi vasta. E fizemos grandes des-

cobertas: raríssimas imagens da Bahia dos anos 30, um tragicômico desenho animado criado pelos americanos em plena Guerra Fria, um "tratado guerrilheiro" de Godard, um curta de Chris Marker sobre Carlos Marighella, o Grupo Oficina filmado pelas lentes do Zé do Caixão, imagens coloridas da repressão aos estudantes captadas por câmeras francesas e ainda inéditas no Brasil, e muito mais.

Essas imagens de arquivo, somadas aos depoimentos profundamente humanos que obtivemos dos entrevistados, a textos e poemas do próprio Marighella, à precisa e delicada trilha sonora criada por Marco Antonio Guimarães, e ao trabalho de Leandro Lima na direção de arte, criaram climas, contextos, vivências, e fizeram desse um filme onde nada é gratuito nem literal. O rap de Mano Brown arremata a narrativa, transformando, nas palavras de José Miguel Wisnik, o "tabu em totem".

Assim, muito se diz e o mito vai se revelando aos nossos olhos. Mas o homem tem mil faces, e a imagem que se forma ao final nunca se completa. Pois como diz o trecho do poema de Marighella que fecha o filme, "melhor explicação ou mais segura, encontra-se debaixo da figura".

Memoria, verdad y justicia: el modelo argentino

Horacio VERBITSKY

Debido a la violencia previa entre fracciones del peronismo, la dictadura militar fuera recibida con cierto alivio por vastos sectores de la sociedad. Y esta actitud recorrió todo el arco político, es difícil de encontrar una excepción, desde el partido comunista hasta la iglesia católica. El partido comunista, por ejemplo, planteaba una convergencia cívico-militar y consideraba que los militares de la dictadura argentina eran militares democráticos y que el riesgo era que fueran desplazados estos líderes moderados por un ala fascista *Pinochetista*. Desde la clandestinidad en estos años escuchábamos radios internacionales tratando de saber que se decía de la Argentina. Había un programa diario de radio Moscú que se transmitía tres veces por día . Se llama *Escucha Chile* y denunciaba permanentemente a la junta fascista y sus crímenes. Y en cambio sólo se dedicaba a la Argentina un programa de media hora semanal. *La Semana Argentina* era de una neutralidad absoluta, mencionaba a la dictadura como "el gobierno militar" y solo criticaba algunos aspectos de la política económica. Esto, a pesar de que en los campos de concentración de la dictadura había militantes de ese partido comunista que eran torturados y asesinados. En el otro extremo, el nuncio apostólico monseñor Pio Laghi recibía a la enviada de derechos humanos del gobierno del presidente norte-americano James Carter, Patricia Derian, que era una militante cristiana, sureña, que había participado de las movilizaciones por los derechos civiles con Martin Luther King, por la igualdad de derechos. Ella venía a la Argentina

a investigar los crímenes de la dictadura y el representante vaticano le decía que los dictadores eran buenos cristianos, gente honesta, que no había que atacarlos abiertamente. Esta coincidencia entre las conducciones comunista y católica, de no presionar a los presuntos moderados por temor a que vengan los sanguinarios, ignoraba que al interior de la dictadura había un acuerdo absoluto para llevar a delante la represión clandestina y secreta. Era un juego perverso, porque por un lado se negaban todas las denuncias, se simulaban una situación de calma y normalidad, pero por otro lado querían que se supiera que había un régimen de terror porque la combinación entre los transcendidos nunca publicados, pero que corrían de boca en boca, y esa situación de aparente normalidad era la forma efectiva de realización del terror. Todos sabían que detrás de esta fachada de normalidad, ocurrían cosas terribles de las cuales no se podría hablar, pero que podrían pasarles a cualquiera en cualquier momento. Ese fue el mecanismo de producción de terror, vehiculizado por grandes medios de prensa, absolutamente alineados con el gobierno militar. Los medios de prensa pequeños o independientes fueron inmediatamente clausurados y los grandes se asociaron con la dictadura. Los tres mayores diarios de la Argentina, Clarin, La Nación y, en esta época, La Razón, se asociaron con el Estado para la construcción de una fábrica de papel para periódicos, la única fábrica, y contaron con generosos subsidios de la dictadura que previamente despojó de esta planta a su verdaderos propietarios, que fueron secuestrados y torturados en los campos de concentración y eran investigados, con información suministrada por Clarin y La Nación, que eran los beneficiarios. Tan escandaloso era esta acuerdo que hasta la sociedad inter-americana de prensa, la SIP, que envió una misión investigativa a la Argentina, declaró preocupación por esta sociedad entre el Estado y los grandes diarios y por los subsidios que el Estado les daba, po rque hasta la SIP preveía que esto comprometía la independencia de los medios. Entonces los medios, esos medios, desinformaban, sistemáticamente, sobre lo que estaba ocurriendo. El gran escritor argentino Rodolfo Walsh escribio una carta abierta a la junta militar y la distribuyó clandestinamente al cumplirse un año del golpe, el 24 de marzo de 1977.Al día siguiente

fue secuestrado y desaparecido. El gran escritor que era Walsh desnudó la "sistemática ejecución de rehenes en lugares descampados y horas de la madrugada con el pretexto de fraguados combates e imaginarias tentativas de fuga" y ni siquiera se privó de la ironía para caracterizar el doble mensaje de la dictadura: "Extremistas que panfletean el campo, pintan las acequias o se amontonan de a diez en vehículos que se incendian son los estereotipos de un libreto que no está hecho para ser creído sino para burlar la reacción internacional ante ejecuciones en regla mientras en lo interno se subraya su carácter de represalias." La reproducción masiva de este libreto por los grandes medios, como si fuera la Biblia, llegó a crear un estado de opinión en el cual el discurso de la dictadura militar penetró muy profundamente en la sociedad. La experiencia más impresionante que me tocó vivir ocurrió durante el campeonato mundial de fútbol de 1978. Nueve meses antes, en septiembre de 1977 un compañero mío de militancia en Montoneros, Alberto Camps, fue asesinado por los militares, que secuestraron a su mujer, que sigue detenida desaparecida hasta el día de hoy, y se llevaron a un asilo a sus dos hijitos. El abuelo pudo recuperarlos porque era un dirigente político de la unión cívica radical, partido que no hay que juzgar por su nombre porque es el menos radical de los partidos. Gracias a los contactos que ese partido de centro-derecha tenía con los militares consiguió que sus nietos no fueran entregados a familias militares sino que se les devolvieran, los criaran los abuelos. Camps era muy conocido, porque en 1972, cuando la anterior dictadura fusiló en una base naval a 22 presos que habian fracasado en un intento de fuga de la cárcel, fue uno de los tres sobrevivientes, al que dieron por muerto sin rematarlo. Éramos muy amigos. Los fines de semana los chiquitos venían a mí casa como una prolongación, un contacto con lo que había sido la historia previa con los padres, que incluso habían vivido un tiempo en mi casa. En junio de 1978, cuando se jugó el último partido del campeonato mundial de futbol, estos chiquitos estaban en mí casa. Cuando terminó el partido, salimos para llevarlos a casa de los abuelos, pero no habíamos previsto que iba estar bloqueada toda la ciudad por las movilizaciones de festejo. No había transporte y solo se podía ir caminando. Y tuvimos que hacer una larguísima

caminata en medio de la gente que festejaba, la nena que tenía un año y medio y venía montada a caballito en mis hombros, el varón caminaba tomado de la mano mirando para arriba, impresionado con todo ese clima que ustedes conocen muy bien porque este es un país tan futbolero como la Argentina. Cuando llegamos a casa de la abuela, la nena tenía una banderita argentina con la que quiso participar del festejo. La abuela que tenía el televisor prendido en los festejos dice: "Ahora voy a salir yo a la calle a bailar, para que vean en Europa que aquí no corren ríos de sangre como dicen ellos". Yo me quedé estupefacto, solo atine a decirle "¿No corren?", y ahí se despertó. La dictadura estaba hablando a través de la madre de un asesinado, la suegra de una detenida desaparecida, que estaba criando a los hijitos de ellos. Hasta a tal punto penetró la propaganda de la dictadura.

Su referencia a lo que dicen en Europa, es porque ante un bloqueo informativo interno tan grande, lo único que podíamos hacer era la denuncia internacional. Por un lado habíamos creado una agencia de noticias clandestina que distribuía información a todos los medios, que no la publicaban, y por otro editábamos un medio interactivo que se llamaba *Cadena Informativa*. Inventado por Rodolfo J. Walsh era un medio de comunicación tan simple como original. Cada carilla de la *Cadena Informativa* contenía alguna de las informaciones prohibidas sobre los negocios sucios o los crímenes de la dictadura militar. Las entregábamos en mano y pedíamos que las hicieran circular, de modo que cada receptor fuera al mismo tiempo un emisor. Al pie decía: "Cadena Informativa es uno de los instrumentos que está creando el pueblo argentino para romper el bloqueo de la información. Cadena Informativa puede ser usted mismo, un instrumento para que usted se libere del terror y libere a otros del terror. Reproduzca esta información por los medios a su alcance: a mano, a máquina, a mimeógrafo. Mande copias a sus amigos: nueve de cada diez las estarán esperando. Millones quieren ser informados. El terror se basa en la incomunicación. Rompa el aislamiento. Vuelva a sentir la satisfacción moral de un acto de libertad." Algunos compañeros que estaban en el exilio, como Juan Gelman o Daniel Vaca Narvaja trabajaban sobre los medios y los los políticos europe-

os, para conseguir declaraciones, pronunciamientos, publicaciones, denuncias, que la dictadura llamaba *Una campaña anti-Argentina en el exterior*. Los alimentábamos con información enviada desde la Argentina a través de un navegante de Aerolíneas Argentinas, padre de un detenido-desaparecido. Ese hombre, Teobaldo Altamiranda había sido tripulante del avión en el que en 1973 regresó Perón a la Argentina. La dictadura habían inventado un slogan, con el que hicieron miles de calcomanías que se regalaban para que los automovilistas las pegaran en los vidrios de los autos. Decían “Los argentinos somos derechos y humanos”, como forma de exacerbar el nacionalismo, el patrioterismo, el localismo para encubrir los crímenes de la dictadura. Para que la verdad se conociera eran muy importantes las visitas de organizaciones internacionales. En 1976 hubo una misión de Amnesty que fue por supuesto vigilada, controlada, seguida por la dictadura, les robaron cosas que tenían en la habitación del hotel, les grabaron sus comunicaciones, pero de todos los modos la misión recorrió el país y recibió denuncias. Ése fue un primer paso de ruptura del bloqueo informativo. Después vino una misión de la Orden de Abogados de Nueva York, que son básicamente abogados de empresas, son abogados de Wall Street. Dentro de la delegación que vino, habían varias personas que tenían de alguna consciencia social y política e hicieron una investigación bastante solida sobre la persecución a los abogados, a sus colegas argentinos. Es muy interesante leer 35 años después el informe que ellos escribieron, porque muestra como los abogados importantes de la Argentina, los pares de ellos en la Argentina, eran absolutos defensores de la dictadura y justificaban todo, y ellos dejaron constancia de esto. Después hubo una visita de la Sociedad Interamericana de Prensa, que también vino por las denuncias sobre la desaparición de periodistas. Por cierto la Sociedad Interamericana de Prensa no es una sociedad de periodistas sini de propietarios de medios. Los que vinieron a la Argentina fueron los propietarios de dos diarios norteamericanos: Ignacio Lozano, dueño “La Opinión” de Los Ángeles, y Edgard Seaton, propietario del “Mercury” de Kansas. También ellos hicieron un informe muy serio sobre lo que estaba ocurriendo, y dejaron constancia de cosas que son importantísimas vistas a tantos

años de distancia. Escribieron, por ejemplo, que los editores de los principales medios decían que la seguridad nacional era más importante que la que libertad de expresión y así justificaban los crímenes de la dictadura. En 1998, cuando se cumplieron vente años de esa misión, uno de esos editores argentinos participó de un acto por el Día del Periodista, en el que dijo que tenían que reprocharse no haber sido suficientemente críticos en los años de la dictadura. Eso no es así, admite un pecado de omisión cuando en verdad fueron partícipes, fueron coautores. Lo que deberían reprocharse es haber sido cómplices. El informe de la SIP recién se conoció cuando lo publiqué en 1998 y luego fue agregado a algunas causas judiciales. De esa manera se iba logrando agrietar el macizo bloque de negación, de mentira. El golpe decisivo fue la visita de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos en 1979. Por primera vez el tema tomó estado público en forma inocultable. La dictadura hizo un intento muy miserable, muy canallesco, de enfrentar a las víctimas con las torcidas de futbol que estaban festejando el campeonato mundial juvenil, que el equipo del Maradona ganó en Japón en 1979. Frente a la sede de la OEA formaban fila los familiares de las victimas para llevar sus denuncias. A través de periodistas cómplices, locutores deportivos, la dictadura instigó a los hinchas de futbol a que fueran allí a insultar a los familiares y gritarles la consigna “Los argentinos son los derechos y humanos”. Eso fue muy doloroso para los familiares, pero al mismo tiempo les dio una visibilidad que no tenían. Una cola de varias cuadras de gente que estaba en la puerta de la OEA para presentar denuncias y los hinchas de futbol que iban a insultarlos instaló el caso públicamente. En retrospección no fue una victoria sino una derrota de la dictadura. Y en el año 80 la comisión interamericana publicó un informe devastador, donde por primera vez estableció que se habían cometido numerosas y graves violaciones de fundamentales derechos humanos por acción u omisión de las autoridades:

- a la vida, ya que el informe presume que los miles de detenidos desaparecidos han muerto.

- a la libertad, por las numerosas detenciones indiscriminadas e irrazonables.
- a la seguridad e integridad personal, por el empleo alarmante y sistemático de torturas.
- a la justicia, dada la falta de garantías en los tribunales militares, la ineficacia del recurso de hábeas corpus, y la muerte, desaparición o encarcelamiento de abogados defensores.

La CIDH también recomendó al gobierno investigar, procesar y sancionar a los agentes públicos responsables de las torturas y las muertes, informar sobre la situación de los desaparecidos, derogar el estado de sitio, poner en libertad a los detenidos a disposición del Poder Ejecutivo sin causa razonable. Esas recomendaciones son similares a las que muchos años después recibiría Brasil por los crímenes de Araguaia.

Las organizaciones de derechos humanos cumplieron en todo este proceso un rol principalísimo, fundamental, desde aquellos momentos de soledad absoluta, ese núcleo familiar de las victimas que denunció los hechos, que presentó el recurso de habeas corpus, a pesar de que la justicia lo rechazaba, que distribuyo las publicaciones clandestinas que nosotros hacíamos, que viajaran a las capitales del mundo a llevar las denuncias que no se podían publicar en la Argentina, que trajeran clandestinamente copias de este informe de la comisión interamericana de cual luego hicieran copias y distribuyeran también clandestinamente y siempre con la exigencia de memoria, de verdad y de justicia, fueran fundamentales. Esta es una de las características del proceso argentino, la demostración de que las situaciones no son estáticas y que lo que hoy parece imposible, mañana será factible realizarlo. Pero sin esta participación activa de este sector de la sociedad, nada de que lo ocurrió en la Argentina habría ocurrido, ellos fueron absolutamente decisivos. Conozco las enormes diferencias que hay entre la Argentina y Brasil, soy absolutamente consciente y esta consciencia incluí primero el conocimiento de las características diferentes de la represión en Brasil y en la Argentina. Si bien tanto en el Brasil cuanto en la Argentina

hubo instructores franceses de las guerras coloniales, como el general Aussaresses, que estuvo aquí en la base de Manaus capacitando a militares y policías brasileños, y en la Argentina también actuaban los instructores franceses, en la Argentina tuvieron un papel más importante que los norteamericanos. La Argentina es el país que tiene el índice proporcional más bajo de asistencia de oficiales a la escuela de las Américas de Panamá. Tuvo más importancia el entrenamiento de los franceses. Por supuesto, esto se dio en el contexto de la Guerra Fría y de lo que se denominó la Tercera Guerra Mundial, en la que Estados Unidos era la potencia hegemónica. Dentro de ese contexto macro regido por los norteamericanos, la practica concreta la proveían los franceses. En Brasil y en Uruguay, lo fundamental fue la cárcel y la tortura, mientras en la Argentina la clave fue la desaparición forzada de personas, según el modelo francés de Argelia. La cárcel y la tortura por terribles que sean tiene una posibilidad de cicatrización con el tiempo mucho mayor que la desaparición. La desaparición de un hijo, de un padre, de una esposa, de quienes no se sabe nada, nadie explica nada, la frase famosa de Videla "el desaparecido no tiene entidad, no existe, no está" como única explicación. Esto produce un fenómeno psicológico muy fuerte que no se borra con el paso del tiempo, al contrario, se agiganta. Ellos usaron este método clandestino de la desaparición forzada por razones de eficiencia y con asesoramiento eclesiástico. En el año 1995 yo recibí la confesión de un oficial de la marina, el capitán Adolfo Scilingo, que dijo que el método de arrojar a los detenidos al mar desde aviones, estando aún con vida, fue aprobado por la jerarquía eclesiástica porque consideraban que era una forma cristiana de muerte, porque no sufrían, por primero los drogaban y los tiraban adormecidos. En el corto plazo fue eficiente, la prensa internacional tardó en descubrir lo que estaba ocurriendo, no hubo aislamiento o repudio a la dictadura argentina como sí hubo a respecto de la chilena. Pero a largo plazo so colocaran su propia bomba de tiempo con el método de la desaparición forzada, porque así generaron un núcleo activo y irreductible de familiares de víctimas que no transigirán nunca, que no abandonaran nunca la lucha, que siempre exigirán información y castigo. La dictadura prohibió la distribución del informe de la

CIDH, que distribuimos en forma clandestina, pero publicó su respuesta a la Comisión, que también contribuyó a visibilizar el caso. Además se discutió en la asamblea general de la OEA, era ya el final del mandato de Carter que quería dejar un legado, y fue muy duro en la presión a la OEA. Ese mismo año le dieron el premio Nobel de la paz a un argentino, Adolfo Pérez Esquivel, que era uno de los miembros del movimiento de derechos humanos, que había estado preso y torturado. Entonces, bueno, ahí la dictadura intentó convocar a una ronda de diálogos con los políticos, después de prohibido a actividad política, convocó a una ronda de diálogo en el puso como condición para poder asistir el respaldo a todos lo actuado por la dictadura en que le llamaban *La Lucha Contra la Subversión*. Y hay varias declaraciones de este periodo de los jefes militares, por ejemplo, el jefe del Ejército, Roberto Viola, pasó a retiro para después ser electo presidente por la junta militar y él dijo que la condición fundamental para el transito hasta la democracia era que las fuerzas armadas nunca admitirían la revisión de lo actuado porque para su concepto ético constituía una traición y un agravio permitir el enjuiciamiento de quienes según él combatieron con honor y sacrificio. El general que lo sucedió y que se hizo famoso poco después por la ocupación de las Islas Malvinas, Leopoldo Galtieri, dijo que los medios empleados se justificaban por la integridad de la nación que habían preservado y dijo "no pidan explicaciones porque no las daremos. Una vez designado presidente viajó a Estados Unidos, donde gobernaba Ronald Reagan. Durante una conferencia de prensa le preguntaron si no temían juicio cp,presidente eñ de Núremberg, y al responder lo traicionó el inconsciente. "Si Alemania hubiera ganado la guerra el juicio de Núremberg se hubiera celebrado en Richmnond, Virginia", resppmdió, implicando lo que otro militar dijo claramente: "A un ejército vencedor no se le piden cuentas" y ellos creían que eran un ejército vencedor. Pero en realidad estaban cada vez más arrinconados. Se publicaban informes como el de la CIDH, se concedió el Premio Nobel de la paz al activista por los derechos humanos Adolfo Pérez Esquivel.

Así surgió la idea disparatada de la ocupación militar de las Islas Malvinas, que habían sido arrebatadas a la soberanía argentina

por la fuerza en el siglo anterior por Gran Bretaña. Esa exaltación nacionalista era imaginada como respuesta a la crisis económica, al malestar social y a la creciente demanda de explicación por los crimenes cometidos. Y también en este caso, al principio parecía que podían lograrlo porque hubo una gran exaltación- Con la consigna "Las Malvinas son argentinas", hubo un gran acto en la plaza de Mayo. Galtieri creyó que era Perón y habló desde balcón de la casa del gobierno, pero la incapacidad absoluta que mostró ese régimen se manifestó también en la forma desastrosa en que manejó la situación, rechazando la posibilidad de negociar que ofrecieron los Estados Unidos y el Vaticano. Prefirieron ir a un enfrentamiento militar en cual fueron derrotados por una potencia mundial y ni siquiera entonces fueron capaces de entender el intentó de la Iglesia Católica por salvar a las Fuerzas Armadas de la dictadura. Esa dictadura no había forma de salvarla, ya estaba irremisiblemente perdida. Y todavía tuvieran un año más para organizar la salida electoral con la ayuda de la iglesia católica que intentó lo que llamó de "servicio de reconciliación", donde todos tenían que perdonar a todos, como si fueron situaciones simétricas, equivalentes. Otra diferencia muy importante entre la Argentina y Brasil, además de la proporción de víctimas sobre la población total, es la composición social de las víctimas. En Brasil hubo muchos crímenes de poblaciones indígenas, rurales, porque la represión política se vinculó con el despojo de las tierras. Esa gente no tiene acceso a los grandes medios, a la consciencia pública. En cambio en la Argentina la represión tuvo un impacto fuerte en los obreros industriales y las clases medias profesionales, universitarias, intelectuales. La alta representación de estos sectores entre los detenidos-desaparecidos le dio una gran repercusión y una gran visibilidad a lo sucedido.

La junta militar publicó un denominado documento final, ellos creían que iba a ser final, donde dieron por muertos a todos los detenidos y solo admitieron haber cometido errores que dejaban librados el juicio de Dios. Además dieron un acta institucional y una ley de auto-amnistía. muy diferente a la brasileña.

La ley de amnistía de Brasil permitió el regreso al país de muchísima gente que estaba en el exilio y gente que tuvo un rol político

importante en todo lo que vino después, como el propio FHC. En la Argentina se perdonaban a sí mismos. Pero ya era tarde para ellos, hubo varios jueces designados por la propia junta militar que declararon inconstitucional esa ley y la campaña electoral instaló la cuestión de los desaparecidos por la represión en el centro del debate público. El candidato de la UCR, Raúl Alfonsín prometió investigar y castigar estos crímenes. Lo primero que hizo al asumir la presidencia en 1983 fue impulsar esas investigaciones y su enjuiciamiento.

Este largo relato que cubre siete años, desde golpe del 76 hasta que termina la dictadura en 1983, permite ver como se fue pasando del aislamiento y la soledad más absolutos a la difusión de lo que había ocurrido, a la denuncia pública también dentro del país, a las movilizaciones masivas. En Brasil en el año 1983, las manifestaciones masivas eran por "*diretas já*", en la Argentina por juicio y castigo por los crímenes de la dictadura. Alfonsín creó entonces una comisión investigadora, la primera comisión de la verdad que se crea en el mundo. Los organismos defensores de los derechos humanos querían que se formara una comisión parlamentaria bicameral y les parecía que una comisión de notables, como la que proponía Alfonsín, tenía menor jerarquía, que podría ser manipulada políticamente. En verdad, nos equivocamos totalmente, viendo la experiencia posterior esa comisión de notables cumplió un rol fundamental que no hubiera cumplido una comisión de legisladores, sometida a todos los tironeo políticos de los cuales si quieren mi amigo Adriano Diogo puede darles una larga explicación de cómo funciona, "esto no conviene, esto no se debe, esto no es el momento, esto perjudica tal cosa, esto …". En cambio, esa comisión de notables, un escritor, un médico, un filólogo, una periodista, un rabino, un obispo protestante se movieron con gran libertad y el trabajo que ellos hicieron fue el alimento para el juicio que se hizo en 1985. Ellos hicieron su informe en 1984 y el juicio a los ex comandantes fue en 1985.

Quiero destacar este punto, pensando que puede ser de interese para ustedes: la comisión de la verdad es complementaria y no alternativa a la posibilidad de la justicia, no es comisión de la verdad o juicio, puede ser comisión de la verdad y juicio, y una cosa refuerza la otra. Por supuesto, quienes quieren la impunidad siempre tratan

de oponer una cosa a la otra, "no, no, nuestro camino es la verdad, pero aquí no hablemos de justicia". En la Argentina, está demostrado que no hay incompatibilidad entre una cosa y la otra. El juicio de 85 Alfonsín quería que terminara rápido y que fuera el último, que fuera un juicio simbólico a la conducción superior y nada más, pero la conmoción social que había lo impidió. Por el conocimiento que tengo de lo que pasa en Brasil, pienso que todas las investigaciones de estos años, las caravanas, las comisiones de la verdad crean un clima de alguna manera parecido al de las revelaciones que hubo en aquel momento en la Argentina y que hizo que los jueces elegidos por el propio Alfonsín, jueces de carrera y no jueces políticos, contrariaran ese propósito presidencial y en la sentencia condenando a Videla y a los otros comandantes, dijeran que también había que investigar a las jerarquía inferiores que habían tenido responsabilidad, capacidad de decisión o que habían cometido crimenes atroces y aberrantes. Esta fue una de las ventanas que permitió seguir adelante en los momentos en que más presion hubo para que se cerrara toda investigación. Cuando Alfonsín impulsa a el juicio al asumir la presidencia, él quería hacer una ley que limite el juzgamiento a las cúpulas, pero como él no tenía mayoría en el congreso, tuvo que aceptar una clausula que le impuso la oposición que decía "y aquellos que hayan cometido crimenes atroces y aberrantes", y la verdad es que no hubo ningún crimen que no fuera atroz y aberrante. Esa expresión está tomada de derecho medieval, de Grocio. Esa expresión se refiere al tipo de delitos que nunca fueron excusados en ninguna época de la historia. La expresión medieval "crimenes atroces y aberrantes" se aplicaba a la perfección a todos los crímenes de la dictadura porque el método de secuestrar, de torturar en un campo clandestino de concentración y de asesinar y de desaparecer el cuerpo, ¿qué otra descripción merece que no sea atroz y aberrante? Esa ventana que quedó abierta permitió decir a los jueces "hay que procesar también a los de niveles inferiores pero con capacitad de decisión y a los autores de crímenes atroces y aberrantes".

Así en el año 1986 comenzaron otros juicios contra generales, contra marinos, que reaccionaban con gran preocupación, atacaban al gobierno y amenazaban con desestabilizarlo. "Si siguen avanzando,

se derrumba la democracia, los militares no van a permitir eso", decían. En 1987 avanzaron dos megacausas, una del Ejército y otra de la Marina, en las que llegó a haber diecisiete altos jefes de la marina detenidos. Cuando empezaron las investigaciones sobre las zonas de seguridad que manejó el ejercito, incluyendo oficiales en actividad, se produjo la rebelión de la semana santa de 1987 de los llamados "*Carapintadas*", por el maquillaje de encubrimiento que utilizaban. Luego de ese alzamiento armado Alfonsín envió al congreso la ley de obediencia debida, que era prácticamente igual a que no pudo hacer aprobar en 1984. en esa ley se presume sin alternativa que quienes estaban en jerarquías inferiores, solo obedecían órdenes, no podían resistirlas, y en consecuencia no puede avanzar contra ellos el juicio. Esa ley fue aprobada en 1987, empezaron a quedar en libertad todos los que estaban presos salvo los que ya habían sido condenados. En ese momento parecía que se acababa todo, que había nada más que hacer. Además la crisis económica había sido muy fuerte, la híper inflación fue devastadora. El nuevo presidente Menen anunció un plan económico equivalente a que aquí se llamó Cruzado, que frenó de golpe la inflación. También hubo un fuerte ingreso de capitales para las privatizaciones, en la cuales se regalaron prácticamente las empresas del Estado. Parecía que la verdad, la memoria y la justicia habían desaparecido del interes de la sociedad.

Pasaron varios años durante los cuales únicamente los organismos de derechos humanos, los familiares de las víctimas y algunos pequeños sectores políticos mantuvieron en alto la exigencia, hasta que en el año 1995 se produjo la confesión de este capitán Scilingo, que me contó como él en persona mató a treinta personas. Esto produce una conmoción muy grande, a partir de la cual empieza una nueva etapa. Padres de víctimas de la dictadura se presentan a la justicia y plantean que las leyes de impunidad impiden castigar a los responsables, pero que esto no releva al Estado de su obligación de investigar y informar a cada familia lo que pasó.

Así pasamos de una comisión de la verdad a un juicio penal, de un juicio penal a una amnistía y luego a otro juicio penal, porque se hace en los tribunales y con el código de procedimiento penal, pero que no permite castigar sino que el resultado final del proceso tiene

que ser un informe sobre la situación de cada víctima. Además, los organismos de derechos humanos recurrieron de nuevo a la instancia internacional, la comisión interamericana, que 1992 produjo una resolución para la Argentina y otra para Uruguay, idénticas, donde declara que esas amnistías son incompatibles con la convención americana de derechos humanos y ratifican la obligación de investigar, de castigar que tiene el Estado. Esas resoluciones no eran operativas, pero ahí estaban, como la caja negra del avión, que no se ve, pero irradia, irradia, irradia hasta que llega finalmente alguien que detecta donde está y esa radiación se convierte en otra cosa, en información que pasa a ser operativa. Y eso ocurrió con la confesión de capitán Scilingo, a raíz de eso el Senado le negó la promoción a dos oficiales de la marina que reconocieron en la audiencia ante el Senado que habían torturado y el tema volvió a quedar instalado en la consciencia pública con mucha fuerza.

Los juicios por la verdad se fueron extendiendo por todo el país. Distintos tribunales los llevaron adelante. También jugó en ese momento la dimensión internacional porque por denuncias de los familiares y de los organismos se abrieron procesos en Italia, en Francia, en España, en Alemania, en Estados Unidos contra militares argentinos. En Italia, en Francia y en Alemania eran por crimenes cometidos en la Argentina contra ciudadanos de sus países. En cambio, en España se elaboró el muy original concepto de la justicia o la jurisdicción universal, que dice que ante estos crimines atroces y aberrantes, el bien jurídico lesionado es la humanidad. Por ello, si el autor elude el castigo allí donde cometió los crimines, puede ser procesado en el lugar donde sea capturado. Por eso los procesos iniciados en España, fueron contra militares argentinos por crimenes contra argentinos cometidos en la Argentina. Exiliados chilenos pidieron que lo mismo se hiciera por los crímenes de la dictadura de Pinochet.

La detención en Londres del ex dictador chileno en 1998 tuvo un impacto mundial. La defensa de Pinochet invocó el principio de inmunidad soberana, alegando que un ex jefe de Estado no puede ser juzgado por cosas que realizó en el ejercicio del poder. Tuve el privilegio de asistir a una de las audiencias del juicio de extradición ante los LAw Lords británicos, en Westminster. La abogada de Pinochet

en esa audiencia dijo "si Hitler hubiera sobrevivido a Segunda Guerra Mundial, hubiera podido venir a tomar el té en Harrods sin que pudieran hacerle nada". No podría creer lo que había escuchado y le pregunté a un inglés que estaba al lado mío si yo había entendido bien. "Si, sí, dijo eso", me confirmó. Faltaban días para que se cumplieran cincuenta años de la declaración universal de los derecho del hombre y era en plena guerra de los Balcanes, donde los campos de concentración con los cadáveres vivientes detrás de las alambradas se veían en colores por la televisión en directo. En ese contexto era inadmisible la idea de la inmunidad soberana argumentada por la defesa de Pinochet. Por supuesto una vez que los Law Lords concedieron su extradición no una vez sino dos, porque el juicio debió repetirse por una cuestión de técnica procesal, vino toda la negociación política y en vez de enviarlo a Madrid como había resuelto la justicia inglesa, los dos gobiernos fingieron que Pinochet estaba demente y lo devolvieron a Chile. Pero aún así fue muy positivo. El gobierno de Chile se había comprometido a juzgarlo y cumplió. Comenzó así el juicio contra Pinochet.

Además, las leyes de impunidad de la Argentina habían excluido dos delitos que nunca fueron perdonados. Uno era el saqueo de bienes de los detenidos desaparecidos, los propios militares decían "nosotros hicimos actos de guerra, pero no somos bandidos, no robamos un reloj". En realidad robaron mucho más que un reloj. Saqueaban de forma sistemática los bienes, obligaban a la familia de los desaparecidos a firmar escrituras transfiriendo las casas, con esas casas montaron inmobiliarias e hicieron fortunas. Tampoco fue perdonado el robo de los hijos de los detenidos-desaparecidos, esos bebés que se entregaban a familias militares que no podían tener hijos. Después del arresto de Pinochet en Londres, los jueces argentinos empezaron a procesar a militares por saqueo de bienes y robo de bebés.

La suma de todo eso creó un contexto nuevo. Había militares detenidos por los saqueos, y el robo de los bebes, condenas en Italia, Francia, Estados Unidos, España, pedidos de extradición del juez español Baltasar Garzón contra un centenar de militares argentinos, la extensión de los juicios por la verdad a todo el país. En 2000 la

institución que yo presido, el Centro de Estudios Legales y Sociales, Cels, entendió que no quedaban razon es nacionales, internacionales, jurídicas, éticas, históricas para que sigueran en pie las leyes de impunidad. Por eso pedimos a la justicia que las declarara nulas, cosa que un juez de primera instancia hizo en 2001. A partir de entonces comenzaron a reabrirse las causas. Y dos semanas después de esa decisión de la justicia argentina declarando nulas esas leyes, la corte interamericana de derechos humanos sentenció con argumentos prácticamente idénticos, en el caso "Barrios Altos", de Perú, donde dijo que esas graves violaciones de los derechos humanos no prescribían por el paso del tiempo ni podían ser amnistiadas.

La exigencia constante de los familiares de las víctimas, siempre con la movilización social en las calles con el acompañamiento de cada vez mayor cantidad de sectores de la sociedad a sus reclamos fue lo que hizo posible llegar al punto en el que hoy estamos. Ya ha habido más de quinientas sentencias de las cuales cuatrocientos setenta fueron condenas y cuarenta y tantas fueron absoluciones. Cada vez que en un juicio hay una absolución, para nosotros es muy contradictorio. Por un lado acompañamos a los familiares de las víctimas, percibimos su frustración, su impotencia y lo sentimos como una cosa muy dolorosa. Pero si hacemos un esfuerzo por abstraernos de esta situación particular de la mamá o de papá o de la esposa y miramos desde mayor distancia, hacemos un travelling de alejamiento y lo vemos de más lejos esas absoluciones son la prueba de que son juicios justos, de que nadie entra condenado, que no son linchamientos, que no son tribunales populares, que no es venganza, que es justicia.

Acá tengo un libro que acaba de aparecer en la Argentina, se llama *La Cascada de la Justicia* de una académica norteamericana llamada Kathryn Sikkink, cuya investigación sociológica refuta con datos concretos todas las afirmaciones que los partidarios de la impunidad han hecho en contra de la justicia. Su conclusión después de compilar bases de datos de todo el mundo es que los juicios no ponen en peligro la democracia, sino que la consolidan, no traen riesgos de mayores violaciones de derechos humanos, sino que los disminuyen, no provocan mayor brutalidad policial, sino todo lo

contrario, la disminuyen. También habla de Brasil. Este gran país es la gran excepción en la región, es el único donde no ha habido justicia. Y ella menciona con hipótesis de investigación que el hecho que no haya habido castigo para los crimenes de la dictadura en Brasil explica los altos niveles de violencia que hay en la sociedad brasileña y sobre todo la brutalidad institucional, la brutalidad policial.

Espero que este relato les sea útil. Está lejos de mi la intención de dar consejos, soy muy respetuoso de las particularidades nacionales, sé que cada grupo nacional desarrolla su propios instrumentos de lucha pero de todo corazón acompaño los esfuerzos que ustedes están haciendo para ponerle un punto de inflexión a esta línea de la impunidad, camino en el que creo que han avanzado bastante.

Sólo me faltó decirles que en 2003, a todo lo que estuve describiendo se sumó la decisión política. Cuando Néstor Kirchner llegó ese año a la presidencia ya había casi un centenar de militares detenidos y procesados, pero él dio el impulso político que permitió que la corte suprema confirmara en 2001 el fallo contra la impunidad que nosotros habíamos conseguido en 2001. Esto permitió que finalmente se realizaran en todo el país los juicios. De modo que también hay que sumar la política como elemento muy importante.

Les agradezco de todo el corazón la invitación y me haría feliz saber que de algo les sirva la experiencia que les transmito.

Sobre os autores e organizadores

Caio Navarro de Toledo

Título do texto: TESES REVISIONISTAS SOBRE 1964: democracia e golpismo

Graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1968); doutor em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1974). Atualmente é professor colaborador voluntário do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador junto ao Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), Unicamp. Tem experiência na área das ideologias políticas, em particular do pensamento político brasileiro contemporâneo.

E-mail: cntoledo@terra.com.br

Cláudio Novaes Pinto Coelho

Título do texto: "JANGO", DE SÍLVIO TENDLER, E A CRÍTICA DO POPULISMO

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1980); mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1986) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1991). Atualmente é professor titular da Faculdade Cásper Líbero. Tem experiência na área de Comunicação e Sociologia, com ênfase em Teoria Crítica da Comunicação e Teoria Sociológica Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação jornalística, indústria cultural, comunicação publicitária, cultura de consumo, comunicação política e sociedade

do espetáculo. É coordenador do grupo de Pesquisa Comunicação e Sociedade do Espetáculo.

E-mail: cnpcoelho@uol.com.br

Horacio Verbitsky

Título do texto: MEMORIA, VERDAD Y JUSTICIA: EL MODELO ARGENTINO

Escritor e jornalista, é autor de vinte e um livros sobre temas políticos, militares, econômicos, eclesiásticos e de direitos humanos, entre os quais se destacam *Robo para la Corona, Hacer la Corte, El Vuelo, Historia Política de la Iglesia Católica* e *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Preside o CELS e integra a comissão diretora de *Human Rights Watch* e o Conselho Internacional de Jornalismo Investigativo. Foi membro do conselho da *Fundación del Nuevo Periodismo Iberoamericano* desde sua fundação por Gabriel García Márquez.

E-mail: ros12@pagina12.com.ar

Isa Grinspum Ferraz

Título do texto: NOTAS SOBRE O FILME MARIGHELLA

Graduada em Ciências Sociais e Filosofia pela Universidade de São Paulo; coordenadora e criadora de projetos para editoriais e televisão na fundação Roberto Marinho. Em 1996, coordenou o Projeto Especial Núcleo, da TVE. Concebeu e dirigiu a série de documentário *O povo brasileiro*, baseada em obra de Darcy Ribeiro e as séries *Intérpretes do Brasil e O valor do amanhã*.

E-mail: isagferraz@uol.com.br

José Antonio Segatto

Título do texto: CRISE POLÍTICA E DERROTA DA DEMOCRACIA

Graduado em História pela Universidade de São Paulo (1978); doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1993) e Livre-Docência pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1999). Atualmente é professor Titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, da Faculdade de Ciências e Letras, do Departamento de Sociologia,

Campus de Araraquara. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Desenvolvimento, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, cidadania, literatura, política, socialismo, revolução e classes sociais.

E-mail: segatto@fclar.unesp.br

José Murari Bovo

Título do texto: A UNESP E A DITADURA CIVIL-MILITAR: DEPOIMENTO

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista **Júlio de Mesquita Filho (1969);** especialização em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (1986); mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1974) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista **Júlio de Mesquita Filho (1999)**. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Monetária e Fiscal. Atuando principalmente nos seguintes temas: Federalismo Fiscal, Finanças Públicas, Impactos Econômicos, universidade.

E-mail: bovo@fclar.unesp.br

Luiz Alberto Moniz Bandeira

Título do texto: 1964: a CIA e o golpe militar no Brasil

Bacharel em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (1960); doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1980). Professor Titular de História da Política Exterior na Universidade de Brasília (aposentado) e Doutor Honoris Causa pelas Faculdades Integradas do Brasil-UniBrasil e pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente reside na Alemanha, onde foi professor visitante nas Universidades de Heidelberg e Colônia. Autor de mais de 20 obras, várias das quais best-seller e entre elas O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil (1961-1964), cuja 8ª edição revisada, aumentada e atualizada foi lançada pela Editora UNESP. Algumas de suas obras foram traduzidas e publicadas na Rússia, Argentina, Chile, Alemanha, China e Portugal.

E-mail: moniz-bandeira@t-online.de

Luiz Hildebrando Pereira da Silva

Título do texto: A UNIVERSIDADE E O CINQUENTENARIO DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE ABRIL 1964

Doutorado em Medicina pela Universidade de São Paulo (1953); especialização em pós-graduação em genética molecular (1963). Livre docência em Parasitologia. É pesquisador honorário da Fiocruz, Conselheiro da CAPES e do Conselho Superior do MCTI da Presidência da República Federativa do Brasil. **É membro do Comitê Gestor do** InPeTAm da UFRJ e colabora com várias Universidades do país e do exterior e membro da Academia Brasileira de Ciências e Professor Emérito das Universidades Federal de Rondônia (UBIR) e USP. Aposentou no Instituto Pasteur, França. Atualmente, dirige o Instituto de Pesquisa em Patologias Tropicais de Rondônia.

E-mail: hildebrando@ipepatro.org.br

Maria Conceição D'Incao

Título do texto: A DITADURA MILITAR NO COTIDIANO DA DOCÊNCIA E DA PESQUISA

Graduada pela Universidade de São Paulo (1962), mestrado pela Universidade de São Paulo (1972), doutorado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1974), pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (1987) e pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (1987). Atualmente é professora livre-docente da Universidade Estadual de Campinas, pesquisadora colaboradora do Museu Paraense Emílio Goeldi, consultoria a programa de desenvolvimento da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, coordenação de pesquisa do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Outras Sociologias Específicas. Atuando principalmente nos seguintes temas: Assalariado Rural, Boia-Fria, Campesinato, Capitalismo Agrário, Cidadania e Desenvolvimento da Agricultura.

E-mail: dincao.mc@gmail.com

SOBRE O VOLUME

Série Temas em Sociologia nº 7
Formato: 14 x 21 cm
Mancha: 10,4 x 17,4 cm
Tipologia: Garamond 12/11
Polen bold 90 g/m2 (miolo)
Cartão supremo 250 g/m2 (capa)
Primeira edição: 2014